



**Ana Caroline dos S. Gimenes Machado**

**Trabalho e precariedade no Complexo Petroquímico do Rio  
de Janeiro (Comperj):**

Uma análise das implicações da interrupção das obras e demissões em  
massa ocorridas a partir de 2014

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção de grau de Doutor em Serviço Social  
pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço  
Social, do Departamento de Serviço Social da  
PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Inez Terezinha Stampa

Rio de Janeiro  
Abril de 2024



**Ana Caroline dos S. Gimenes Machado**

**Trabalho e precariedade no Complexo Petroquímico do Rio  
de Janeiro (Comperj):**

Uma análise das implicações da interrupção das obras e demissões em  
massa ocorridas a partir de 2014

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof.<sup>a</sup> Inez Terezinha Stampa**

Orientadora

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Ana Elizabeth Lole dos Santos**

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Márcia Regina Botão Gomes**

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Prof. Roberto Vêras de Oliveira**

UFPB

**Prof. Moacyr Salles Ramos**

UFF

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Ana Caroline dos S. Gimenes Machado**

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFF, 2012). É Mestre em Serviço Social (PUC-Rio, 2019). É Especialista em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social (ENSP/Fiocruz, 2020). É Especialista em Assistência Social e Direitos Humanos (PUC-Rio, 2017). Associada ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Trappus/PUC-Rio). Premiada com Bolsa Mestrado Nota 10 Faperj (2018). Premiada com Bolsa Doutorado Nota 10 Faperj (2022).

#### Ficha Catalográfica

Machado, Ana Caroline dos Santos Gimenes

Trabalho e precariedade no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) : uma análise das implicações da interrupção das obras e demissões em massa ocorridas a partir de 2014 / Ana Caroline dos Santos Gimenes Machado ; orientadora: Inez Terezinha Stampa. – 2024.

221 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Trabalho. 3. Precariedade. 4. Comperj. 5. Demissões em massa. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para todos os trabalhadores vilipendiados pelos efeitos austeros  
da conjuntura capitalista contemporânea.

## Agradecimentos

Ao meu amado Deus, por estar ao meu lado desde o início da minha caminhada, preenchendo meus espaços opacos com Sua luz e oferecendo a Sua paz que, por muitas vezes, ultrapassou todo o meu entendimento.

Ao meu marido e melhor amigo que caminha ao meu lado desde os tempos do vestibular, pavimentando essa estrada com parceria, compreensão, incentivo, cuidado, respeito, amor, e muitas comidas reconfortantes.

Ao meu pai que, mesmo sem perceber, plantou em mim sementes de questionamentos críticos contra a sociedade hodierna. E à minha mãe, que sempre me cobriu com seus cuidados, suas orações e seu infinito amor.

À minha melhor amiga e incentivadora pessoal Érika Tolentino, presente mais especial que a PUC-Rio me trouxe, que durante todo o meu percurso acadêmico dos últimos nove anos, sempre foi minha companhia leal para todos os momentos, apesar da distância geográfica.

À minha querida orientadora Inez Stampa que, generosa e dedicadamente, auxiliou-me na construção deste estudo, sempre empenhada em desenvolver e aprimorar os debates fomentados em minha produção, com muito cuidado e respeito.

Aos meus queridos professores do doutorado, que compartilharam diligentemente seu conhecimento, construindo a mola propulsora para galgar novos cimos.

Aos professores Ana Lole, Márcia Botão, Moacyr Salles Ramos e Roberto Vêras, que gentilmente aceitaram compor essa banca e pelas contribuições enriquecedoras para a construção deste trabalho.

A todos os meus colegas de turma que agregaram minha vida acadêmica com suas experiências, conhecimentos e generosidade.

Aos trabalhadores desempregados do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa, expressando suas agruras, anseios e expectativas com tamanha coragem e emoção.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon), e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Construção Pesada e Montagem Industrial do Estado da Bahia (Sintepav), com seus respectivos presidentes, que se mostraram dispostos a contribuir com a pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo incentivo ofertado concedendo subsídios para esta trajetória.

À PUC-Rio e ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pela atenção, zelo e gentileza.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

A todos que, de alguma forma, cooperaram direta ou indiretamente para a elaboração deste estudo. Minha gratidão e o meu respeito!

## Resumo

Gimenes Machado, Ana Caroline dos Santos; Stampa, Inez Terezinha. **Trabalho e precariedade no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): uma análise das implicações da interrupção das obras e demissões em massa ocorridas a partir de 2014**. Rio de Janeiro, 2024. 221p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As peculiaridades da conjuntura neoliberal brasileira produzem expressões cada vez mais complexas de uma questão social ampliada e austera. As vicissitudes geradas nesse contexto de hegemonia do capital financeiro, fomentam efeitos deletérios à classe trabalhadora como o processo de precarização de trabalho, expresso através da flexibilização das relações trabalhistas, remunerações irrisórias, terceirização, contratos temporários, desproteção social, aumento do desemprego afetando diariamente o interior da classe trabalhadora e o seu movimento sindical. Esse processo arrasta o trabalhador para uma condição de precariedade, na qual a instabilidade e a insegurança são o fio condutor para sua exploração. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), renomeado de Polo GasLub em Itaboraí/RJ foi uma das mais imponentes obras do governo federal e o maior empreendimento individual de toda a história da Petrobras, o que plantou a promessa da criação de cerca de 200 mil postos de trabalho diretos e indiretos. Semelhantemente, com grande expectativa de desenvolvimento econômico, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu em Maragogipe provocou um aumento populacional para a região do Recôncavo baiano em busca de emprego e melhores condições de vida. No período de 2014 a 2017, o Brasil enfrentou uma série de desafios econômicos, incluindo recessão, instabilidade política e alta taxa de desemprego. Esses fatores contribuíram para a desaceleração e paralisação de mais de 14 mil obras em todo o país, o que gerou um processo de demissões em massa tanto no Comperj quanto no Estaleiro. A investigação parcial e política conduzida pela Operação Lava Jato, impulsionada pela grande mídia, na qual diversas empresas com contratos no Comperj e no Estaleiro estavam envolvidas impactou a economia brasileira como um todo, afetando austeramente os trabalhadores prestadores de serviço. Este estudo se propôs a dar continuidade à pesquisa iniciada

no mestrado acadêmico, examinado os aspectos decorrentes das implicações da paralisação das obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), junto aos trabalhadores da construção civil após as demissões em massa, observando como esse processo se desenvolveu em outras localidades, como no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, onde os trabalhadores também foram afetados com a interrupção das obras no ano de 2014. Para tanto, através de uma abordagem qualitativa, fez-se uso de instrumentos de investigação como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, com exame de registros relativos à temática abordada e entrevistas realizadas com trabalhadores do Comperj e do Estaleiro, analisando suas narrativas de trajetória ocupacional. A pesquisa apresenta o quanto o processo interrupção das obras foi nocivo para os trabalhadores, conduzindo-os à precariedade em condições de trabalho instáveis, baixos salários, falta de benefícios e desemprego prolongado. Além disso, esse processo de precarização do trabalho não apenas afetou os indivíduos demitidos, mas também teve impactos na comunidade e na economia local. Este estudo buscou compreender a condição de precariedade vivenciada por esses trabalhadores contratados que ficaram desempregados em ambas as regiões, no período de 2014, observando como essas paralizações de grandes obras se apresentaram como um arquétipo no Brasil, nos últimos anos.

## **Palavras-chave**

Trabalho; Trabalhadores; Precariedade; Comperj; Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

## Abstract

Gimenes Machado, Ana Caroline dos Santos; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **Work and precariousness at the Rio de Janeiro Petrochemical Complex (Comperj): an analysis of the implications of the interruption of works and mass layoffs that occurred from 2014**. Rio de Janeiro, 2024. 221p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The peculiarities of the Brazilian neoliberal conjuncture produce increasingly complex expressions of an expanded and austere social question. The vicissitudes generated in this context of hegemony of financial capital foster deleterious effects on the working class, such as the process of precariousness of work, expressed through the flexibilization of labor relations, derisory wages, outsourcing, temporary contracts, social unprotection, increased unemployment affecting the interior of the working class and its trade union movement on a daily basis. This process drags the worker into a condition of precariousness, in which instability and insecurity are the common thread for their exploitation. The Rio de Janeiro Petrochemical Complex (Comperj), renamed the GasLub Complex in Itaboraí/RJ, was one of the most imposing works of the federal government and the largest single undertaking in the entire history of Petrobras, which planted the promise of creating about 200 thousand direct and indirect jobs. Similarly, with great expectations of economic development, the Enseada do Paraguaçu Shipyard in Maragogipe caused a population increase for the Recôncavo region of Bahia in search of employment and better living conditions. In the period from 2014 to 2017, Brazil faced a number of economic challenges, including recession, political instability, and high unemployment. These factors contributed to the slowdown and stoppage of more than 14,000 works across the country, which generated a process of mass layoffs both at Comperj and at the Shipyard. The partial and political investigation conducted by Operation Car Wash, driven by the mainstream media, in which several companies with contracts at Comperj and the Shipyard were involved, impacted the Brazilian economy as a whole, severely affecting service providers. This study aimed to continue the research started in the academic master's degree, examining the aspects arising from the implications of the work stoppage in the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj), with the

construction workers after the mass layoffs, observing how this process developed in other locations, such as the Enseada do Paraguaçu Shipyard, where workers were also affected by the interruption of the works in 2014. To this end, through a qualitative approach, research instruments such as bibliographic research, documentary research, with examination of records related to the theme addressed and interviews with workers from Comperj and the Shipyard, analyzing their narratives of occupational trajectory, were used. The research shows how the process of interruption of the works was harmful to the workers, leading them to precariousness in unstable working conditions, low wages, lack of benefits and prolonged unemployment. In addition, this process of job insecurity not only affected the laid-off individuals, but also had impacts on the community and the local economy. This study sought to understand the precarious condition experienced by these contracted workers who became unemployed in both regions in 2014, observing how these stoppages of large works have been presented as an archetype in Brazil in recent years.

## **Keywords**

Work; Workers; Precariousness; Comperj; Enseada of Paraguaçu Shipyard.

## Sumário

1. Introdução	21
2. Panorama do contexto político e econômico brasileiro durante a interrupção das obras	38
2.1. Notas sobre expressões da crise capitalista no contexto contemporâneo	46
2.2. Trabalho, precarização e questão social no contexto neoliberal	59
2.3. Lava Jato: um capítulo controverso na trajetória brasileira	79
2.4. Uma análise do que representou a Operação Lava Jato	81
3. Obras paradas, sonhos adormecidos	89
3.1. Sobre sonhos construídos com o Programa de Aceleração do Crescimento	90
3.2. Estaleiro Enseada do Paraguaçu, o gigante que nunca andou!	97
4. Interrupções nas obras no Comperj, demissões em massa e deterioração da região	120
4.1 A atuação do sindicato em meio ao caos das demissões	128
4.2. De “Eldorado” a “cidade fantasma”: considerações sobre o município de Itaboraí, sede do Complexo Petroquímico	140
4.3. Condições de trabalho dos trabalhadores desempregados do Comperj	154
4.4. Perfil dos trabalhadores da construção civil do Comperj que foram demitidos em 2014	164
4.5. De Comperj a Polo GasILub Itaboraí: um novo nome para antigos problemas	181
5. Considerações finais	192

6. Referências	202
Anexo 1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	214
Anexo 2 Roteiro de entrevista com os trabalhadores desempregados do Comperj	217
Anexo 3 Roteiro de entrevista com os trabalhadores desempregados do Estaleiro Enseada do Paraguaçu	218
Anexo 4 Roteiro de entrevista com liderança sindical do Comperj (Sintramon)	219
Anexo 5 Roteiro de entrevista com liderança sindical do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (Sintepav)	220
Anexo 6 Roteiro de entrevista com funcionários do Comperj e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu	221

## Lista de gráficos

Gráfico 1 – Taxa de desocupação e taxas combinadas (2012 – 2023)	70
Gráfico 2 - Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo, 3º trimestre 2023	71
Gráfico 3 - Trabalho e rendimento em Itaboraí/RJ, 2021	143
Gráfico 4 - Perfil de admissões e desligamentos no município de Itaboraí em 2018	148

## Lista de quadros

Quadro 1 - Identificação dos trabalhadores entrevistados	99
Quadro 2 - Vínculos empregatícios segundo setor econômico (2011/2017)	121
Quadro 3 - Número de empregos formais em Itaboraí nos anos de 2016 e 2017	126
Quadro 4 - Painel de admissões e desligamentos em Itaboraí/RJ em 2023	149
Quadro 5 - Relatório de Violência/ ISP – Município de Itaboraí – 2017/2018	151
Quadro 6 - Identificação dos trabalhadores entrevistados	166
Quadro 7 - Trajetória ocupacional dos trabalhadores entrevistados	168

## Lista de figuras

Figura 1 – Fotografia publicada na rede social oficial do Sintepav	98
Figura 2 – Estaleiro Enseada do Paraguaçu	101
Figura 3 – Estudos geológicos do PAC 2, em 2013	103
Figura 4 – Estrutura sem uso enferrujada no distrito de São Roque	106
Figura 5 – Goliath – O maior guindaste do país	107
Figura 6 – Trabalhadores do Estaleiro Enseada do Paraguaçu	109
Figura 7 – Pousada e restaurante fechado -São Roque, BA, 2021	114
Figura 8 – Estabelecimento comercial e pousada fechados – São Roque, BA,2021	115
Figura 9 – A praça da cidade completamente vazia – São Roque, BA, 2021	115
Figura 10 – Trabalhadores demitidos do Comperj, 2015	125
Figura 11 – Ação do Sintramon com os trabalhadores do Comperj em 2015	130
Figura 12 – Trabalhadores desempregados recorrem ao sindicato em busca de uma vaga no Comperj, 2018	132
Figura 13 – Trabalhadores de empresa contratada para as obras do Comperj fazem caminhada até a sede da Petrobras, após bloqueio da Ponte Rio-Niterói, 2015	133
Figura 14 – Trabalhadores do Comperj lançam carta pública à população, 2015	135
Figura 15 – Cidade de Itaboraí, RJ	141
Figura 16 – Vista geral do Comperj	156
Figura 17 – Obras do gasoduto em Itaboraí/RJ, 2018	163
Figura 18 – Trabalhadores fazem protesto na portaria do Comperj	179

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABESE – Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

AIJE – Ações de Investigação Judicial Eleitoral

AM – Amazonas

APA – Área de Proteção Ambiental

BA – Bahia

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas

CEF – Caixa Econômica Federal

CENPES – Centro de Pesquisas da Petrobras

CEP – Consórcio Estaleiro Paraguaçu

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPC – Corporação Nacional de Petróleo da China

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONLESTE – Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense

COVID-19 – *Coronavirus Disease* - Doença por Coronavírus 2019

CUT – Central Única de Trabalhadores

DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EEP – Estaleiro Enseada do Paraguaçu

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EP – Enseada do Paraguaçu

EPC – *Enginnering, Procurement e Construction* (Engenharia, Aquisição e Construção)

ESEC – Estação Ecológica

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FCP – Fundação Cultural Palmares

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FIOL – Ferrovia da Integração Oeste-Leste

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPSOs – *Floating Production, Storage and Offloading*

FUP – Federação Única dos Petroleiros

GASENE – Gasoduto Sudeste-Nordeste

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCID – Sistema de Indicadores de Cidadania

ICMBIO – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISP – Instituto de Segurança Pública

ISPER – Sistema Público de Emprego e Renda

ISS – Impostos Sobre Serviços

KHI – *Kawasaki Heavy Industries Ltd*

KM – *Kerui* Método

LO – Licença Operação

LP – Licença Prévia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MP – Medida Provisória

MPC – Modo de Produção Capitalista

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OAS – Olivieri, Araújo e Suarez

OEA – Organização dos Estados Americanos

OGU – Orçamento Geral da União

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PLR – Participação nos Lucros ou Resultados

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPP – Parcerias Público-Privadas

PROSUP – Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares

QAV – Querosene de Aviação

QGGI – Consórcio Queiroz-Galvão-Iesa-Galvão

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RAE – Relatório de Acompanhamento de Empreendimento

REDUC – Refinaria Duque de Caxias

RESEX – Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SINDUSCON-SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SINICON – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada

SINTEPAV – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial do Estado da Bahia

SINTRAMON – Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí

SPE – Sociedade de Propósito Específico

STF – Supremo Tribunal Federal

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU – Tribunal de Contas da União

TD – Trabalhador Demitido

TDE – Trabalhador Demitido do Estaleiro

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TMD – Teoria Marxista da Dependência

TOPA – Todos pela Alfabetização

UC – Unidade de Conservação

UHDT – Unidades de Hidrotratamento

UPAs – Unidades Petroquímicas Associadas

UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural

UTGCAB – Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas

ZPE – Zona de Processamento de Exportações

# 1

## Introdução

O objetivo desta pesquisa consiste em aprofundar a análise sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da construção civil após as demissões em massa no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí/RJ. Neste estudo foi possível observar como esse processo se desenvolveu em outras localidades, como no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, no município de Maragogipe/BA, sob o contexto de radicalização do neoliberalismo.

O estudo proposto buscou dar continuidade à pesquisa iniciada no mestrado acadêmico (Machado, 2019), examinando os aspectos derivados das implicações da paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), junto aos trabalhadores da construção civil após as demissões em massa, ocorridas a partir do segundo semestre de 2014.

Ao dar prosseguimento a análise das condições de inserção ocupacional dos trabalhadores da construção civil do Comperj (processo iniciado no mestrado), esperou-se examinar de forma mais acentuada as repercussões da Operação Lava-Jato nesse processo de demissões em massa que afetou muitos outros trabalhadores, como os trabalhadores do Estaleiro Enseada do Paraguaçu pelas obras interrompidas. Nesse sentido, foi necessário observar quais espaços laborais ocupavam anteriormente e em quais ocupações se encontram (ou não) inseridos atualmente, e no contexto pandêmico, pontuando algumas das repercussões da suspensão das obras na região, examinando as consequências da paralisação das obras para os trabalhadores, em suas inserções ocupacionais, realocação no mercado de trabalho e impactos nas respectivas regiões.

Neste sentido, o estudo aqui apresentado traz elementos sobre as inserções ocupacionais desses trabalhadores, observando quais espaços laborais ocupavam antes de trabalhar no Comperj, e como vem se desenvolvendo o processo de realocação no mercado de trabalho desde a paralisação das obras.

Conforme mostrou a pesquisa realizada no mestrado, o Complexo Petroquímico estava em construção quando suas obras foram interrompidas. Os trabalhadores terceirizados, que haviam sido contratados para trabalhar nas empresas que possuíam contrato com o Comperj, foram surpreendidos com o anúncio de paralisação das obras. O processo vivenciado pelos trabalhadores do Comperj é reflexo do cenário atual de crise brasileira, articulado a uma crise que afeta a economia mundial desde o final dos anos de 1970, uma crise estrutural, que vem suscitando transformações profundas para a classe trabalhadora sobretudo após o aprofundamento da crise de 2008<sup>1</sup>.

Algumas especificidades da conjuntura neoliberal brasileira produziram novas expressões de uma questão social<sup>2</sup> mais expandida e diversificada nesse contexto de crise. O aumento do desemprego e a extensão do tempo médio para retornar ao mercado de trabalho formal, por exemplo, corroboram para uma maior pauperização da população. Somam-se a isso vultosas discrepâncias de renda no país, o que provoca a desigualdade social imbricada na concentração de riqueza para uma parcela ínfima da população.

Vivem-se, nesse contexto, mudanças significativas no interior da classe trabalhadora e no seu movimento sindical. Antunes (2018) sinaliza que há uma redução drástica dos empregos, e os que se mantêm empregados colecionam perdas em decorrência das configurações capitalistas atuais, dentre as quais podem se destacar o desmonte de muitos dos direitos conquistados ao longo das lutas travadas pela classe trabalhadora, a precarização das relações trabalhistas, o rebaixamento salarial, a terceirização, o aumento da informalidade e do trabalho intermitente,

---

<sup>1</sup> Conforme apontam Stampa e Santana (2011, p. 9): “Desde 2008 estamos experimentando mais uma das crises cíclicas do capital. Crise financeira, quebra de bancos e empresas, diminuição do ritmo de crescimento e desemprego são temas em destaque na imprensa nacional e internacional. Apesar dos países terem gasto cerca de 34 trilhões de dólares para salvar grandes empresas e bancos, tentando, assim, recompor a economia mundial a partir da concessão a grandes corporações financeiras, comerciais e industriais de um valor correspondente a três vezes o PIB da América Latina em 2008, as condições de vida dos trabalhadores ao redor do globo não melhoraram, nem se retirou do horizonte da grande maioria dos trabalhadores dos países pobres as ameaças de desemprego e miséria, que persistem e se agravam. É preciso, portanto, compreender a crise em uma perspectiva histórica, analisando os seus fundamentos e seu impacto na vida dos trabalhadores”.

<sup>2</sup> Segundo Iamamoto, (1999, p. 27), a questão social pode ser definida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

entre outras particularidades próprias da recomposição capitalista atual que, em países de capitalismo periférico, como o Brasil, ganham proporções ainda mais alarmantes.

Em meio a esse panorama marcado pela radicalização do neoliberalismo<sup>3</sup>, por sucessivas privatizações de estatais, defesa intransigente dos interesses das classes dominantes e destruição dos direitos do trabalho é que a pandemia de Covid-19, causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) atingiu o país, com sua aparição e rápida proliferação desde o início de 2020, em todo o mundo, em larga escala, com configurações estruturais e especificidades do contexto brasileiro que, segundo o Painel Coronavírus<sup>4</sup>, atualizado em 2023, já conta mais de 708.638 mortes pela doença.

A pandemia que assolou o Brasil e o mundo é mais uma expressão do capitalismo em sua fase financeirizada, que desemboca em uma crise exacerbada do próprio capital. Dessa forma, essa crise não é somente fruto de uma crise sanitária mundial, mas de uma crise estrutural perpassada por um período de pandemia que escancara a face mais perversa do capital. A responsabilidade da crise não é do novo Coronavírus. Ele é apenas produto socialmente determinado no sistema capitalista, em uma sociedade de classes antagônicas, que tem na figura do Estado um grande aliado.

Tendo em vista esse contexto, esta pesquisa se ateve em dar prosseguimento a análise das inserções de trabalho atuais e analisar os prejuízos causados aos trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico de Itaboraí/RJ (Comperj), rebatizado de Polo GasLub Itaboraí, que teve suas obras interrompidas em 2014.

Neste sentido, tornou-se necessário conhecer suas inserções ocupacionais, observando quais espaços laborais ocupavam antes de trabalhar no Comperj, e quais são as ocupações em que se encontram (ou não) inseridos atualmente, após o contexto pandêmico, analisando como vem se desenvolvendo o processo de

---

<sup>3</sup> O neoliberalismo é uma concepção político-ideológica segundo a qual o mercado se traduz em um valor incontestável, de modo que qualquer empecilho à livre circulação de mercadorias é visto como ameaça ao equilíbrio das forças sociais (Dardot; Laval, 2016).

<sup>4</sup> Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

realocação no mercado de trabalho desde a paralisação das obras, buscando também pontuar algumas das repercussões da suspensão das obras para a região.

A investigação conduzida pela Operação Lava-Jato<sup>5</sup>, parcial e política, tendo em vista a forma como foram conduzidas as investigações, atribuindo ao Partido dos Trabalhadores (PT) a responsabilidade pela profusão da corrupção no país, impulsionada pela grande mídia, na qual diversas empresas<sup>6</sup> com contratos no Comperj estavam envolvidas, além de representar um desmonte do setor de petróleo no estado do Rio de Janeiro, impactou a economia brasileira como um todo, afetando austeramente os trabalhadores que prestavam serviços para a estatal. Sobretudo aqueles oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade, provenientes de outros estados, expostos frequentemente ao fenômeno do desemprego, submetidos às formas mais precárias de trabalho, que vislumbraram o Comperj como a esperança de uma empregabilidade perene.

Indústrias e empresas que foram atraídas para a região de Itaboraí/RJ, onde está localizado o Comperj, em decorrência do anúncio da construção do complexo petroquímico, também foram afetadas com a suspensão das obras, produzindo falência de diversos empreendimentos, frustração das previsões otimistas em relação ao desenvolvimento do Complexo e suas repercussões, e um número elevado de desempregados no município e arredores. Desde a interrupção das obras em 2014, já foram 37 mil trabalhadores demitidos, apenas no Comperj, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon).

---

<sup>5</sup> A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. A operação teve início em 17 de março de 2014 e conta com 80 fases operacionais autorizadas, entre outros, pelo então juiz Sergio Moro (da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, PR), hoje senador da República, durante as quais foram presas e condenadas mais de cem pessoas, tendo seu término em 1º de fevereiro de 2021, quando a força-tarefa foi incorporada aos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos). O nome da operação deve-se ao uso de um posto de combustíveis para movimentar valores de origem ilícita, investigada na primeira fase da operação. Fonte: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>. Acesso em: 10 mai. 2021.

<sup>6</sup> Dentre as quais: Andrade Gutierrez, Engevix Engenharia, Mendes Junior, Odebrecht, Galvão Engenharia, Queiroz Galvão, UTC Engenharia.

O interesse pessoal em pesquisar desde o mestrado os desdobramentos das demissões para os trabalhadores da construção civil do Comperj surgiu após a abertura de um empreendimento de pequeno porte, de materiais de construção, em Itaboraí, em 2010, tendo em vista o contingente elevado de empresas, indústrias e imóveis que estavam sendo construídos na região, por ocasião da instalação do Comperj. Foi possível observar, nesse período, manifestações recorrentes de trabalhadores do Comperj que interrompiam o tráfego, pleiteando melhores condições de trabalho e salários.

O Complexo Petroquímico funcionava como uma espécie de catalisador de investimentos na região. Com a paralisação das obras, todos esses investimentos foram diretamente afetados, e por conseguinte, todos os trabalhadores que estavam ligados a esses empreendimentos ficaram sem trabalho. De acordo com matéria publicada na página eletrônica da Federação Única dos Petroleiros (FUP)<sup>7</sup>, naquele período foram, ao menos, quatro mil salas comerciais fechadas e, conforme a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), o comércio da cidade se retraiu em mais de 40%, evidenciando que os trabalhadores que estavam vinculados ao comércio também foram afetados. Além disso, o mercado imobiliário também foi comprometido, chegando a 45% a diminuição no preço dos imóveis na região durante o período adotado para a pesquisa realizada.

Essa conjuntura caótica no município de Itaboraí/RJ, o qual tem sido considerado como *fantasma* devido à quantidade de empreendimentos fechados, despertou o interesse em continuar os estudos iniciados no mestrado sobre os trabalhadores da construção civil demitidos do Comperj, visto que, no contexto hodierno de radicalização do neoliberalismo<sup>8</sup>, ainda existem muitas questões latentes que precisam ser analisadas com maior rigor.

Posteriormente, diversos investimentos realizados na região foram interrompidos ainda na construção, como prédios que ficaram vazios, além de

---

<sup>7</sup> Desmonte da Petrobras e Lava Jato deixam 25 mil desempregados, em Itaboraí (RJ). Publicado em: 17 mai. 2018. Fonte: <https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/22663-desmonte-da-petrobras-e-lava-jato-deixam-25-mil-desempregados-em-itaborai-rj>. Acesso em: 07 jul. 2021.

<sup>8</sup> Trata-se do neoliberalismo radical que impera na América Latina e no Brasil e que pretende solapar o caminho de desenvolvimento autônomo e entregar a riquezas acumuladas às grandes corporações (Dardot; Laval, 2016).

estabelecimentos comerciais e imóveis, prejudicando não somente a especulação imobiliária, mas também milhares de trabalhadores da construção civil. Assim como outras iniciativas semelhantes, a empresa que possuía de materiais de construção não resistiu, tendo sido encerrada em meio ao processo de desaceleração das obras de investimentos no Comperj.

O Complexo foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>9</sup> como uma das mais imponentes obras do governo federal e, caracterizou-se por ser o maior empreendimento individual de toda a história da Petrobras, o qual gerou grande expectativa com a promessa da criação de cerca de 200 mil postos de trabalho diretos e indiretos, dentre os quais destacam-se os da construção civil que, majoritariamente, configuram-se em postos terceirizados, por meio do uso de diversos consórcios durante as distintas fases da construção, com o intuito de se obter redução dos custos com a força de trabalho.

Véras (2014, p.115), em sua análise sobre conflitos e negociações nos canteiros de obras do PAC em 2011, afirma que o programa foi utilizado como o instrumento fundamental para o discurso eleitoral da candidatura da ex-presidente Dilma Rousseff, e que “por meio de investimentos em infraestrutura, o governo visou aumentar a produtividade das empresas, estimular investimentos privados, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais”.

---

<sup>9</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (mais conhecido como PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007, foi um programa do governo federal brasileiro (segundo mandato do presidente Lula – 2007-2010, do PT) que englobava um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que teve como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. Em 2011, já no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, do PT, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorado pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que pudessem melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Fonte: <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 15 mai. 2021. No entanto, até 2016 (quando a então presidente Dilma Rousseff, que estava em seu segundo mandato, sofreu o *impeachment*), apenas 16,8% das pouco mais de 29 mil obras anunciadas nas duas etapas foram concluídas no período previsto. Em 2019, o Tribunal de Contas da União apontou 14 mil obras paralisadas do PAC, com motivos principais de problemas técnicos e abandono das empresas executoras. Fonte: <http://www.tcu.gov.br/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Conforme o Relatório Balanço do PAC de 2009<sup>10</sup>, antes do desenvolvimento do PAC, os investimentos do governo federal representaram 0,64% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2006. Já em 2007, no primeiro ano do programa, o índice ascendeu para 0,73% e, em 2008, conseguiu a marca de 1% do PIB. Nesse ínterim, a Petrobras aumentou seus investimentos de 0,76% do PIB para 1,1%, sendo responsável por 35% do PAC, o que permitiu o PIB crescer em 3,7% em 2006 e 5,4% em 2007. Até o terceiro trimestre de 2008, o PIB aumentou em 6,4%, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

De 2015 a 2018, a avaliação de investimentos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) era R\$ 1,04 trilhão. Com a queda de arrecadação, o governo federal reduziu o repasse em 2016. Duas mil obras foram interrompidas, o que colaborou para constituir o cenário de demissões na construção civil e de desaceleração do crescimento econômico do país. De acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União<sup>11</sup>, divulgado em maio de 2019, existiam 14 mil obras paralisadas em todo o país durante o período recortado para a realização desta pesquisa.

Correlatamente, no distrito de São Roque de Paraguaçu, no município de Maragogipe/BA, a partir do segundo semestre de 2014, o processo de interrupção das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, renomeado posteriormente para Enseada - Indústria Naval, surpreendeu a população, prejudicou os comerciantes e pescadores locais, os empreendedores que vislumbraram o desenvolvimento econômico e os trabalhadores que foram atraídos para a região, a fim de alcançar um emprego formal no setor industrial naval.

O Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP) está localizado no distrito de São Roque do Paraguaçu, no município de Maragogipe/BA, dentro da Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguaçu (Resex, Baía de Iguaçu), ocupando uma área de 1,6 milhão de metros<sup>2</sup>. O lançamento da pedra fundamental do Estaleiro ocorreu em 2012, o qual seria implantado para atender as

<sup>10</sup>Balanço do PAC, 2009. Disponível em [http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/renai/public/arquivo/arq1272978276.pdf](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1272978276.pdf). Acesso em 15 mar. 2024.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/obras-paralisadas-no-pais-causas-e-solucoes.htm>, publicado em: 23/05/2019. Acesso em: 28 ago.2022.

demandas do pré-sal por um consórcio entre as empresas Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão e UTC, além da japonesa *Kawasaki Heavy Industries, Ltd*, com a finalidade de atuar na construção e integração de unidades *offshore*<sup>12</sup>, como plataformas, navios especializados e unidades de perfuração para exploração do petróleo na camada pré-sal. Sua Licença de Operação (LO) foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em outubro de 2014.

Representando uma potência e com grande expectativa de desenvolvimento econômico, a implantação das atividades no Estaleiro Enseada do Paraguaçu provocou um aumento populacional para a região do Recôncavo Baiano<sup>13</sup>. Com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, o consórcio das empresas do EEP desempenhou um papel basilar na consolidação da produção do polo naval, sendo estimado como uma referência em emprego e renda naquela ocasião. Conforme matéria publicada na página eletrônica do *Jornal Grande Bahia*<sup>14</sup>, em agosto de 2014, a perspectiva era que em 2015 se alcançasse plena capacidade de produção, quando a Bahia possuiria um dos estaleiros mais modernos do mundo. Esperava-se que o estaleiro fosse capaz de processar 36 mil toneladas de aço por ano.

De acordo com Pereira (2014), ocorreram distintas alterações nos indicadores socioeconômicos e no perfil da população nas áreas de alcance da intervenção do estaleiro através do setor industrial naval, visto que se vivenciou na região um extenso período de estagnação econômica, após o período colonial. No auge da sua construção, com quase oito mil pessoas contratadas no setor industrial, a instalação do Estaleiro favoreceu, inicialmente, os pescadores locais, com a venda da pesca, o setor de serviços, além dos empresários que acompanhavam o crescimento local. O

---

<sup>12</sup> “Unidades *offshore* são as estruturas localizadas em alto mar. Elas atuam para a extração de petróleo no oceano e são muito utilizadas em oceanos profundos, com reservas abundantes de petróleo e geralmente afastadas do continente”. Fonte: <https://opetroleo.com.br/afinal-o-que-onshore-e-offshore/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

<sup>13</sup> O Recôncavo Baiano ou Recôncavo da Bahia é uma área formada por 20 municípios no Estado da Bahia, na região da baía de todos os Santos. Está a cerca de 100 quilômetros de distância da capital Salvador. Parte da região metropolitana de Salvador também pertence ao Recôncavo.

<sup>14</sup> “Estaleiro Enseada do Paraguaçu monta na Bahia um dos mais altos guindastes do mundo”. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/08/estaleiro-enseada-do-paraguacu-monta-na-bahia-um-dos-mais-altos-guindastes-do-mundo/>, publicado em 25/08/2014. Acesso em: 20 ago. 2022.

referido autor sinalizou que mais de 10 mil empregos diretos e indiretos haviam sido gerados naquela região entre a construção do estaleiro e o polo industrial de Maragogipe (Pereira, 2014).

Entretanto, a implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu acarretou diversas modificações no aspecto ambiental. As atividades desenvolvidas com o intuito de viabilizar o empreendimento, trouxeram efeitos prejudiciais às comunidades da região da Baía de Iguape. Pereira (2014, p. 47) destaca a “supressão da vegetação para consolidação das fundações, sendo necessário o desmatamento de uma extensa área onde abrigava grande potencial de biodiversidade vegetal e animal”. Além disso, o processo de dragagem, necessário para a realização das obras no estaleiro, provocou perdas significativas ao ambiente pesqueiro, pois a remoção de sedimentos do fundo do mar afastou a biodiversidade existente no local, ocasionando redução dos pescados e lesando as famílias que extraíam sua subsistência da pesca e da agricultura.

Em nota, divulgada no dia primeiro de julho de 2019, em sua página eletrônica<sup>15</sup>, o Ministério Público Federal (MPF) esclareceu que ajuizou, em janeiro de 2017, ação civil pública contra as empresas Odebrecht, OAS Engenharia e Participações, Construtora OAS, *Kawasaki Heavy Industries*, UTC Engenharia – integrantes do Consórcio Estaleiro Enseada do Paraguaçu – e contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (ICMBio), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Ibama), a União e o Estado da Bahia por autorizarem e instalarem, ilegalmente, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Reserva Extrativista Baía de Iguape, em Maragogipe, BA, a 150 km de Salvador.

Ao pesquisar sobre algumas das obras interrompidas, foi possível assistir o documentário *Maré Vazante*, que mostrava os efeitos deletérios causados pela paralização das obras no estaleiro da indústria naval que havia se instalado na região do distrito de São Roque do Paraguaçu/BA. Nesse documentário, foi possível ouvir relatos de moradores que sofreram os impactos da paralisação das obras,

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/nota-de-esclarecimento-ao-fantastico-sobre-atuacao-do-mpf-no-caso-do-estaleiro-enseada-do-paraguacu-ba>, publicado em 01 jul. 2019. Acesso em: 20 ago. 2022.

comerciantes que tiveram seus estabelecimentos esvaziados, colecionando grandes prejuízos, proprietários de pousadas e trabalhadores da construção civil que foram atraídos pela construção do estaleiro, vislumbrando o desenvolvimento da região com sua implantação. Ou seja, uma situação muito semelhante, resguardadas as características de cada região, a que havia ocorrido com as obras do Comperj.

Os entrevistados pelo autor do documentário expuseram sua indignação pela paralisação abrupta das obras do estaleiro, a qual ocorreu sem aviso prévio, sem uma previsão de encerramento. Os trabalhadores do estaleiro, os pescadores e os comerciantes não puderam se preparar, minimamente, para as intempéries que lhes sobrevieram.

Assim como no município de Itaboraí, e em muitas outras regiões do país, a região do recôncavo baiano depositou sua expectativa de crescimento econômico na implantação das grandes obras do PAC, com a do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Localizado em uma região bastante empobrecida, que sobreviveu durante muito tempo por meio da atividade pesqueira tradicional e coleta de mariscos e acreditou no desenvolvimento que surgiria através da oferta de emprego nas obras e operação do estaleiro.

De acordo com o documentário *Maré Vazante*<sup>16</sup>, o distrito de São Roque do Paraguaçu possui cerca de 5 mil habitantes. A área de influência do estaleiro é habitada por comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhas, que desenvolveram a atividade pesqueira e a agricultura familiar na região durante séculos. Neste sentido, a região escolhida para a implantação do EEP abrigava não somente suas atividades pesqueiras, que garantiam a venda e a subsistência familiar, como também era um local que carregava suas histórias e memórias construídas. Os moradores que, em sua maioria, retiravam da pesca e da agricultura local os meios para sua sobrevivência, tiveram a promessa de auferir vaga de emprego formal até para as futuras gerações, com a possibilidade de se inserirem no setor industrial que ali se implantara. Conforme Silva (2015, p.51),

---

<sup>16</sup> Documentário sobre os impactos da paralisação das obras do Estaleiro Enseada Paraguaçu no povoado de São Roque do Paraguaçu, situado no estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RtRvgYtAimI>, publicado em 22 abr. 2017 por João Alvarez. Acesso em: 26 ago. 2019. Não foi possível acessar os dados sobre a população de São Roque do Paraguaçu no Censo IBGE 2010 e na página da Prefeitura de Maragogipe, BA.

Com publicidade amplamente difundida nos meios de comunicação, divulgando números que oscilam entre 3 mil empregos diretos a 15 mil empregos indiretos, sendo que durante a fase inicial (etapa já concluída) seriam empregos para mão-de-obra da construção civil, utilizando-se de carpinteiro, serventes, operadores de guindastes e outros equipamentos, motoristas e operários para montagem de galpões.

Em dezembro de 2014, centenas de trabalhadores começaram a ser demitidos nas obras do Estaleiro, os quais responderam às demissões organizando manifestações em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial do Estado da Bahia (Sintepav), em Salvador, em protesto contra as demissões e cobrando do governo do Estado, dos prefeitos da região do Recôncavo Baiano, da Federação das Indústrias e dos acionistas das construtoras a garantia e responsabilidade pelo seguimento das obras e da geração de empregos.

Perdas de postos de trabalho, atraso nos pagamentos e queda na arrecadação foram algumas das visíveis consequências da paralisação das obras do EEP, que ocorreram oficialmente entre o final de 2014 e o início de 2015. O motivo informado pela matéria publicada em fevereiro de 2015 pelo *Jornal Grande Bahia*<sup>17</sup> seria a crise nacional na indústria naval, resultante da falta de pagamentos das obras contratadas, em decorrência, também, do valor internacional do barril de petróleo, de US\$ 100 para US\$ 50, e devido às investigações da Operação Lava Jato sobre as empresas responsáveis pela construção do estaleiro, com exceção da *Kawasaki*.

O que se pode observar, atualmente, no distrito de São Roque do Paraguaçu, são os rastros de mais uma paralisação de obras no Brasil, que representou por um tempo a pujança de oportunidade de trabalho e desenvolvimento para a região, a qual hoje se traduz em desalento, desemprego e escassez para a população local. Em setembro de 2018, uma matéria publicada pela página eletrônica *Recôncavo Online*<sup>18</sup> revelou que quem anda por São Roque pode notar que se configurou em

<sup>17</sup> “Maragogipe: Estaleiro Enseada Indústria Naval decide suspender obras”. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/02/maragogipe-estaleiro-enseada-industria-naval-decide-suspender-obras/>, publicado em 27 fev. 2015. Acesso em: 20 jan. 2021.

<sup>18</sup> “Recôncavo: São Roque transforma-se em cidade-fantasma após crise no Estaleiro Paraguaçu”. Disponível em: <http://www.reconcavoonline.com.br/2018/09/01/reconcavo-sao-roque-transforma-se-em-cidade-fantasma-apos-crise-na-enseada-paraguacu/>, publicado em 13 ago. 2018. Acesso em: 26 ago. 2021.

uma cidade (praticamente) *fantasma*. A obra monumental do EEP, que pode ser avistada de longe, é o super guindaste *Goliath*, um dos mais altos guindastes do mundo, sendo o maior da América Latina, com 150 metros de altura – o equivalente a um prédio de 50 andares – 143 metros de comprimento, 7 mil toneladas e capacidade para içar cargas de até 1,8 mil toneladas, o qual, hoje, produz apenas sombra no local do Estaleiro.

Dessa forma, tendo em vista as especificidades que caracterizaram a interrupção das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, pretendeu-se, com este estudo, compreender a problemática vivenciada pelos trabalhadores contratados que ficaram desempregados em muitas regiões do país, a partir de 2014, observando como essas paralizações se apresentam como um arquétipo no Brasil, nos últimos anos.

Neste sentido, considerando as similaridades e as especificidades de cada região, o estudo buscou analisar como a dinâmica da interrupção das obras no Comperj e em regiões como as do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, repercutiu sobre os trabalhadores que perderam seus espaços ocupacionais, observando suas atuais inserções de trabalho naquela região, a partir de uma perspectiva do cenário pandêmico, permeado pela precarização do trabalho, informalidade e terceirização, as quais se constituem como estratégias do capital para manter e ampliar a superexploração da classe trabalhadora.

Para a realização da pesquisa, foram observadas as implicações da paralização das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) para os trabalhadores da construção civil, analisando também o cenário em que vivem os trabalhadores desempregados do Estaleiro Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA, os quais também foram surpreendidos com a interrupção das obras no ano de 2014. Neste sentido, fez-se necessário um estudo de conceitos e categorias relacionados à temática da pesquisa, com vistas a construir um referencial teórico consistente para analisar os efeitos da conjuntura recessiva brasileira, na qual a atual crise é um reflexo das crises cíclicas do capital sobre aqueles que estavam dentro do circuito de produção e agora se encontram desempregados ou subempregados.

Segundo Martins (2013, p.15), a pesquisa é uma “atividade intelectual que investiga e desvenda, que cria o dado, que faz da informação bruta um dado sociológico e que transforma o dado em interpretação do dado”. Tem-se, enquanto elementos de investigação e análise, categorias teóricas de historicidade, contradição, totalidade e trabalho, onde se pretende desvelar suas interconexões, interpretando o fenômeno do desemprego proveniente do recrudescimento das configurações próprias do sistema capitalista neoliberal.

O estudo dos fenômenos precisou ser relacionado com suas múltiplas determinações e transformações. De acordo com Boschetti (2009, p. 7), “o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo”.

Para tanto, fez-se uso de instrumentos de investigação como pesquisa bibliográfica, buscando mapear a produção dos autores utilizados para o embasamento teórico e seguir acompanhando o movimento dos que vêm tratando da temática, suas discussões e elaborações atuais; busca de obras recentes nas plataformas, nos bancos de dados, repositórios de teses e dissertações, entendendo a importância das reflexões e análises.

Em outra frente, a pesquisa documental, com exame de registros relativos à temática abordada, analisando o conteúdo de boletins produzidos pelos sindicatos dos trabalhadores do Comperj e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, bem como relatórios e dossiês sobre suas condições de trabalho, ponderando em qual contexto os documentos foram escritos, por quem, e por qual motivo. A entrevista foi o principal instrumento de coleta de dados para a pesquisa, a qual foi realizada com uma amostra não probabilística.

Para investigar os espaços laborais em que os trabalhadores demitidos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu ocupavam anteriormente, a pesquisa ancorou-se na metodologia da história oral, visto que, através de suas narrativas de trajetória ocupacional, conforme Santos (2015, p. 200), “fazem emergir significados das experiências e percepções de um passado multifacetado. Dessa forma, são construções que refletem, simultaneamente, o passado e o presente”, e para analisar

o momento em que esses trabalhadores se encontram<sup>19</sup>, foi também, muito importante examinar suas histórias de vida que corroboraram para suas vivências.

Cabe ressaltar que “mais do que informantes, as pessoas às quais recorremos para conhecer sociologicamente a sociedade que estudamos são nossos colaboradores, com sua visão vivencial e crítica” (Martins, 2013, p. 29). Dentre os sujeitos da pesquisa estão dois trabalhadores empregados no que se transformou o Comperj, a fim de verificar quais obras estão sendo realizadas atualmente nesses espaços, buscando ampliar a pesquisa iniciada no mestrado acadêmico, observando como o cenário pandêmico impactou suas condições de trabalho, bem como sua liderança do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramom). Além disso, foram utilizadas as entrevistas realizadas na pesquisa, por ocasião do mestrado, e para esses trabalhadores do Comperj foi utilizada a sigla Trabalhador Demitido (TD), a fim de resguardar o sigilo dos trabalhadores.

Foram entrevistados, também, cinco trabalhadores demitidos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, com o intuito de averiguar suas trajetórias ocupacionais, analisando os impactos do processo de demissões corridas no final de 2014, bem como suas condições de trabalho hodiernas. Ao longo desta tese, utilizou-se a sigla Trabalhador Demitido do Estaleiro (TDE) para identificar esses trabalhadores entrevistados. Além de um trabalhador, que estava atuando nas obras que estavam sendo realizadas no Estaleiro, em 2021, a liderança do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial do Estado da Bahia (Sintepav). Houve ainda uma conversa com a coordenadora da juventude do distrito de São Roque do Paraguaçu, que apesar de não ser um sujeito de pesquisa, contribuiu com algumas informações pertinentes, visto que atua viabilizando a profissionalização dos jovens da cidade.

Para a realização de uma pesquisa social a abordagem quantitativa e a qualitativa não são incompatíveis, havendo uma oposição complementar (Minayo, 1996). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, as quais foram gravadas e seguidamente transcritas, visto que concordaram em

---

<sup>19</sup> O último contato realizado com esses trabalhadores ocorreu em agosto/setembro de 2021.

participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que segue no anexo 1 desta tese. Este último procedimento visa assegurar os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos. Houve a garantia do sigilo, não identificação do participante e da confidencialidade dos dados coletados.

Considerando a vigência da pandemia de Covid-19 no período da investigação, foram adotados os cuidados necessários no desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, as entrevistas a serem realizadas foram precedidas de paramentação sob rígido protocolo de segurança, com utilização de máscara de proteção, álcool em gel, respeitando a distância mínima exigida, tendo em vista as peculiaridades na coleta de dados durante uma pandemia.

A intenção principal deste estudo consistiu no levantamento e análise de dados para a elaboração da tese de doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Contudo, os resultados da pesquisa foram, paulatinamente (e na medida do possível), socializados através de publicações em anais de eventos acadêmicos (congressos e seminários) e artigos em periódicos, bem como o relatório final (a tese) e seus resultados poderão ser apresentados aos trabalhadores participantes da pesquisa e seus respectivos sindicatos, caso tenham interesse.

Esta pesquisa foi custeada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), através de bolsa à doutoranda no âmbito do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) e de bolsa doutorado nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

No segundo capítulo, “Panorama do contexto político e econômico brasileiro durante a interrupção das obras” realizou-se uma reflexão sobre as expressões da crise capitalista no cenário contemporâneo, observando o âmbito do trabalho e de sua precarização em um contexto neoliberal. A análise se debruça sobre os meandros intrincados e as nuances subjacentes à dinâmica econômica global, identificando os mecanismos pelos quais o paradigma neoliberal fomenta a erosão dos direitos trabalhistas e a ampliação das disparidades socioeconômicas.

A crise político-econômica atual que afeta o país é uma expressão acirrada da questão social e que repercute, portanto, nos trabalhadores como os do Comperj e os do Estaleiro. Foram abordados, ainda, os efeitos deletérios das atuais transformações no mundo do trabalho sobre a classe trabalhadora, e ainda, buscou-se examinar as repercussões adversas, e muitas vezes negligenciadas, da Lava Jato, enquanto um megaevento jurídico, que, sob o pretexto de combater a corrupção, acabou por desencadear uma série de efeitos colaterais danosos para o tecido econômico do país. Buscou-se lançar luz aos danos infligidos aos trabalhadores dos setores estratégicos da economia, que foram paralisados por investigações prolongadas e incertezas jurídicas.

No terceiro capítulo foi realizada uma análise sobre as “Obras paradas e sonhos adormecidos”, refletindo sobre os impactos diretos que incidiram sobre trabalhadores do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. As interrupções das obras do Programa de Aceleração do Crescimento representaram não apenas um emaranhado de estruturas inacabadas, mas também um símbolo tangível de aspirações interrompidas e expectativas frustradas. Neste contexto, foram observadas algumas das consequências devastadoras para os trabalhadores do Estaleiro, comunidades locais e para a economia como um todo, destacando as dimensões humanas por trás das estatísticas e dos relatórios econômicos. Por meio desta investigação, buscou-se conhecer as histórias silenciadas e os sonhos interrompidos por trás das obras interrompidas.

No capítulo quatro são analisadas as “Interrupções nas obras no Comperj, demissões em massa e deterioração da região”. O capítulo versa sobre a atuação do principal sindicato dos trabalhadores da construção civil do Comperj, o Sintramon, em meio ao processo de demissões. Nesse capítulo, são realizadas, também, algumas considerações sobre o município de Itaboraí, onde se encontra a sede do Complexo Petroquímico, enfatizando o perfil dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro que participaram desta pesquisa.

Por fim, as considerações finais, onde foram desenvolvidas recapitulações dos pontos basilares abordados ao longo do estudo, bem como algumas

ponderações sobre os fenômenos observados e sobre conclusões obtidas através da pesquisa.

## 2

### **Panorama do contexto político e econômico brasileiro durante a interrupção das obras**

*Crises são essenciais para a reprodução do capitalismo.*  
David Harvey (2016, p.9)

Neste capítulo será realizada uma análise do contexto político e econômico brasileiro durante o período que antecede as interrupções de grandes obras em território nacional. Este período foi marcado por uma série de desafios e transformações que exerceram um impacto significativo sobre o cenário político e econômico do país. A interrupção das obras, em particular, representou um ponto crucial neste contexto, afetando não apenas a dinâmica dos setores envolvidos, mas também reverberando por toda a estrutura socioeconômica brasileira. A partir desta análise, buscará compreender as múltiplas facetas deste período de interrupção das obras, considerando tanto os aspectos políticos quanto os econômicos, a fim de lançar luz sobre os desafios enfrentados pelo Brasil nesse período e as possíveis implicações para seu desenvolvimento futuro.

De acordo com o momento histórico examinado, o capitalismo apresentará expressões da questão social com distintas especificidades, sendo estas inerentes ao modelo capitalista. Netto (2001, p. 157) reflete que “diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’”.

Discorrer sobre alguns efeitos das expressões da questão social na contemporaneidade nos imputa rever alguns conceitos que expressam sua concepção. Segundo Pastorini (2004, p. 96), “a ‘questão social’ tem sua gênese na forma como os homens se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e que essa organização tem suas expressões na esfera da reprodução social”.

A questão social expressa a nítida contradição do modo de produção capitalista, baseado na exploração do trabalho pelo capital. Montañó (2012, p. 280)

afirma que “a ‘questão social’, como fenômeno próprio do Modo de Produção Capitalista, constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes”. Iamamoto (2013, p. 330) pontua que a origem da questão social “encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização”.

Não obstante, Ianni (1989), numa análise histórico-social sobre o processo de formação da questão social no Brasil, chama a atenção para a presença de uma questão social na sociedade brasileira, ainda no longo período marcado pelo trabalho escravo, mas, sobretudo, na sua abolição, na emergência do trabalho livre. Ele argumenta que o escravo não dispunha nem de si próprio, ou seja, não era possível negociar-se a si mesmo para obter os meios de seu sustento, o que favorecia um solo fértil para a existência de uma inegável questão social.

Com a possibilidade da venda de sua força de trabalho, surgiram novas contradições, embates e uma possibilidade de negociação. De acordo com Silva (2013, p. 262), “a questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira”. A autora sinaliza que a questão social brasileira tem raízes ainda na fase colonial de sua formação, e caracteriza a sociedade brasileira “por traços do trabalho escravo, do extermínio da população indígena, do preconceito social e de domínios estamentais/patrimonialistas, conjugados ao domínio autoritário-corporativo” (p.268).

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que possuímos distintos ingredientes no caldeirão histórico-político-econômico brasileiro para a criação da profunda crise que assola o país. O contexto de crise atual é fruto de uma crise engendrada no próprio modelo capitalista e que avança desde a década de 1970, trazendo contornos peculiares para o século XXI. Harvey (2011, p. 16), analisando o cenário de países capitalistas, pondera que o neoliberalismo é incorporado nesse período como estratégia de enfrentamento da crise, legitimando “políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista”.

A ofensiva do capital instaurou o projeto neoliberal com seus planos de ajuste em diversas economias mundiais, sobretudo na economia brasileira, que com a ampliação da dívida externa a juros flutuantes fortaleceu sua dependência financeira. Para os interesses deste estudo, faz-se necessário observar algumas especificidades da conjuntura brasileira que produziram novas expressões da questão social, agora mais expandida e diversificada nesse contexto de crise.

Grandes corporações financeiras mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial<sup>20</sup>, empreenderam um conjunto de estratégias para recuperar as taxas de lucro perdidas com o fim do que Mandel (1990) denominou como: *onda longa expansiva* – a qual foi desfrutada nos países capitalistas desenvolvidos e financiada pelos países periféricos.

O advento do neoliberalismo, com o intuito de desbaratar a crise iniciada na década de 1970, acentuou a lógica destrutiva do capitalismo monopolista<sup>21</sup>, pois, a partir das medidas adotadas, podem-se perceber mudanças substantivas na gestão e organização do trabalho. Aqui, destacam-se as contrarreformas adotadas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 e as ainda em curso<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> O Banco Mundial (*World Bank*) é considerado o maior e mais distinto banco do mundo. É uma instituição financeira internacional que financia empréstimos a países em desenvolvimento. Possui o status de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (*United Nations Development Programme*) e em outros fóruns internacionais, como o G-20 financeiro (abreviatura para Grupo dos 20 - é um grupo constituído por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Criado em 1999, após as consecutivas crises financeiras da década de 1990, objetivando auxiliar a negociação internacional. A sede do Banco Mundial encontra-se em Washington, D.C., EUA, e ele é parte do Grupo do Banco Mundial (*World Bank Group*), que é um grupo formado por cinco organizações internacionais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird; Associação Internacional de Desenvolvimento - AID); Corporação Financeira Internacional - SFI; Agência Multilateral de Garantia de Investimentos - AMGI; e Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos - Cirdi), que realizam empréstimos expressivos a países em desenvolvimento. Conforme Valle e Leite (2018), “o Banco Mundial assume o papel de liderança política e intelectual do capitalismo globalizado, orquestrando a materialização do ajustamento estrutural no topo da agenda política internacional no universo financeiro/econômico. A hegemonia da cartilha do BM desenvolve-se em parceria com a de seu irmão gêmeo, também filho de Bretton Woods — o FMI —, que aplicava a mesma programática monetária, demarcando a tênue linha divisória existente entre essas duas organizações na referida década” (Valle; Leite, 2018, p.112).

<sup>21</sup> Também denominado de capitalismo financeiro, busca maximizar os lucros por meio do controle dos mercados, ainda que ao custo do acirramento das contradições fundamentais do capitalismo associado a novas formas de antagonismos de classes. Corresponde a um tipo de economia em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

<sup>22</sup> Dentre as quais, serão abordadas ainda neste capítulo, as contrarreformas trabalhistas e da Previdência Social.

Além do conteúdo econômico, – no qual se observa uma culpabilização<sup>23</sup> equivocada sobre a previdência social brasileira – está imbricado nessa crise o conteúdo político de disputa de interesses das classes sociais envolvidas. As soluções para costurar as roturas que o capitalismo tende a deixar no tecido social do Brasil têm sido cosidas através do rompimento de pactos sociais estabelecidos desde a década de 1940. A natureza contraditória do modelo capitalista, para acrescer sua acumulação, recria as condições responsáveis por potencializar suas contradições e fomentar suas crises.

O desenvolvimento econômico brasileiro alcançado a partir dos anos de 1950 com a busca de industrialização e urbanização conduziu o Brasil a níveis elevadíssimos de crescimento, sendo denominado o período do "milagre econômico". Entretanto, não obtivemos o nível de desenvolvimento social auferido pelas sociedades capitalistas centrais durante o período do modelo do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), nem tecemos uma economia em bases centralmente independentes.

De acordo com Netto (2007), foram os recursos absorvidos dos países periféricos que possibilitaram o financiamento do *Welfare State* pelas grandes burguesias dos países desenvolvidos. O autor analisa que se estabeleceu, historicamente, uma relação de exploração entre países centrais e os da periferia do capitalismo e que a dívida externa contraída por estes possibilitou a exportação de capital para àqueles.

O esgotamento do crescimento econômico dos “trinta anos gloriosos”<sup>24</sup>, a partir dos anos de 1970 nos países capitalistas centrais, refletiu fortemente nas economias periféricas. As altas taxas de juros da dívida externa brasileira, por

---

<sup>23</sup> O Estado, fortemente aliado com as frações burguesas da sociedade, atribui o momento de crise econômica brasileira à previdência social, afirmando que existe um “rombo” na previdência ocasionado pelo “excesso” de benefícios e aposentadorias, quando, na realidade, rotineiramente, sobejam-se os benefícios, renúncias e desonerações fiscais que o governo outorga às grandes empresas, especialmente aos grandes conglomerados industriais e financeiros, incluindo grandes grupos de mídia.

<sup>24</sup> Período em que houve crescimento econômico associado ao desenvolvimento social nos países capitalistas centrais, após a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970, denominado de *Welfare State*.

exemplo, impulsionaram o custeio da saída da crise por países desenvolvidos. Iamamoto (2013, p. 327) salienta que, como respostas à crise:

As medidas modernizadoras anticrise, recomendadas aos países da periferia mundial, desde a década de noventa, pelos organismos multilaterais vêm redundando em uma recuperação das taxas de lucro e, simultaneamente, têm acentuado a desigualdade na maioria de nossos países.

Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora foram desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, ampliaram as expressões da questão social (Behring, 2013). Os direitos pleiteados pelas classes subalternizadas e assegurados pela Constituição Federal de 1988 foram restringidos e, segundo Santos (2012, p.189), “refletem uma alteração de monta no padrão de proteção social que transita da cidadania regulada para algum grau de universalidade, do ponto de vista dos princípios legais”.

Pastorini (2004) ressalta que alguns autores, equivocadamente, asseguram que estamos diante de uma “nova questão social” devido às novas configurações que a “questão social” assumiu a partir das transformações societárias ocorridas em decorrência do capitalismo contemporâneo, sobretudo, no último quartel do século XX. Entre eles, destaca Pierre Rosanvallon, em seu livro *La nueva cuestión social* (1995), no qual atribui a uma “nova questão social” o aumento do desemprego e do surgimento de novas formas de pobreza (Pastorini, 2004). Essa afirmativa pressupõe a superação (durante o período do *Welfare State*) de uma “antiga questão social”, na qual o pauperismo era sua expressão máxima.

No entanto, a pobreza e a desigualdade permaneceram como nítidas expressões da questão social, não sendo superadas as condições que a originam e encontram-se, juntamente com outras expressões, exponenciadas e diversificadas no contexto neoliberal. A “questão social” atual exhibe novas expressões em relação às anteriores e “as mudanças vividas nas últimas décadas estão relacionadas com as condições impostas pela “globalização” financeira” (Pastorini, 2004, p. 45). Conforme afirma Stampa (2012) a manifestação mais nítida da questão social

consiste na precarização social do trabalho e no desemprego, juntamente com a degradação das condições de vida e negligência do Estado com os serviços públicos e seu sucateamento.

Santos (2012, p. 197) alerta que “as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas tendem a se ampliar, fazendo com que o medo de perder o emprego apareça novamente como a principal força disciplinadora do trabalho”. A necessidade de se manterem nos espaços ocupacionais impele os trabalhadores a se submeterem a condições aviltantes de trabalho. Neste sentido, crescem postos de trabalhos precarizados, terceirizados, temporários, sem garantias e sem direitos trabalhistas.

O privilégio autorizado pelo governo para a instalação do capital estrangeiro no Brasil desde os “anos dourados” na década de 1950 possibilitou alta extração de lucro enviado para o exterior com o recurso do barateamento de mão de obra brasileira disponível. Isso aprofundou a dependência da economia nacional ao capital estrangeiro, visto que as multinacionais obtiveram o controle do setor industrial, avolumando a dívida externa.

Mota (2010, p. 123) destaca que “os países periféricos têm se transformado em imensos reservatórios de força de trabalho barata e precária para as megacorporações transnacionais”. O trabalhador, que se encontra fora do mercado de trabalho e sem meios de obter sua subsistência, é atraído pela oferta de emprego nas indústrias de capital estrangeiro, vislumbrando uma promissora oportunidade de vender sua força de trabalho em comparação com as ofertas de trabalho disponíveis no país.

O incentivo do Estado para atuação do capital estrangeiro no país tem sido marcante nos governos brasileiros, sobretudo nos anos de 1990. Neste sentido, destaca-se o posicionamento do governo e do então presidente da Petrobras, Pedro Parente<sup>25</sup>, em derrubar a política de conteúdo local e excluir as empresas nacionais da concorrência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj),

---

<sup>25</sup> Pedro Pullen Parente é engenheiro e administrador de empresas. No âmbito da administração pública federal participou dos governos de José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, por último, no governo de Michel Temer (2016-2018), enquanto presidente da Petrobras (maio 2016 - junho 2018).

privilegiando as empresas estrangeiras. A justificativa dada pela Petrobras para que as empresas brasileiras fossem excluídas da concorrência, no Comperj, era a de que estavam sendo investigadas na Operação Lava Jato.

Segundo o diretor executivo de Petróleo, Gás Natural, Bioenergia e Petroquímica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Alberto Machado Neto<sup>26</sup>, isso representa um contrassenso, pois 21 das 30 empresas estrangeiras convidadas a participar da concorrência do Comperj envolveram-se em casos de desvios e de ilegalidades nos últimos anos pelo mundo. O referido diretor afirma que não haveria impeditivos para a participação de outras empresas no empreendimento, ainda que de forma compartilhada, “fatiando” a obra, tendo em vista que o orçamento inicial do Comperj era de dois bilhões de reais.

Em março de 2018 a Petrobras e a empresa chinesa *Shandong Kerui Petroleum* assinaram contrato para a retomada das obras no Comperj. Contudo, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramom), a expectativa era que a retomada da construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no Comperj gerasse apenas cinco mil postos de trabalho, quando o número de desempregados era de cerca de 20 mil somente em Itaboraí, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) naquele período.

De acordo com uma matéria publicada na página oficial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em setembro de 2023<sup>27</sup>, um dos temas principais da reunião do Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Firjan da reunião que ocorreu em 15 de setembro de 2023, na sede da federação, foi que a previsão de entrada em operação da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) seria no segundo semestre de 2024. Segundo o gerente geral do polo da

---

<sup>26</sup> Artigo publicado pelo Jornal GGN em 05 fev. 2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/infraestrutura/governo-prejudica-petroquimicas-nacionais-com-discurso-fraco/>. Acessado em: 22 mai. 2018.

<sup>27</sup> GasLub é debatido em reunião do Conselho de Petróleo e Gás da Firjan. Publicado em 15/09/2023. Disponível em <https://www.firjan.com.br/noticias/conselho-de-petroleo-e-gas-debate-gaslub-1.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Petrobras, Cândido Luis Queiroz da Silva, a UPGN estaria com 90% de sua construção, sendo finalizada pela empresa contratada, a Toyo Setal.

São cerca de 1.200 trabalhadores no local e no pico das obras está previsto chegar a 2 mil. No segundo semestre de 2024, a operação de teste será iniciada e até o final do ano de 2024, a operação comercial. A UPGN era para ter sido inaugurada em 2022. Contudo a petroleira teve problemas com a empresa responsável pelas obras, a Kerui-Método. O contrato foi rescindido em setembro de 2024 e a Petrobras recontratou os serviços da Toyo Setal, o que repercutiu no cronograma do projeto.

De acordo com o levantamento realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>28</sup>, existem aproximadamente 224.267 pessoas no município de Itaboraí, RJ. No levantamento realizado em 2021, o IBGE<sup>29</sup> informou que havia somente 35.450 pessoas ocupadas, ou seja, apenas 14,50% do contingente populacional da região.

Cabe ressaltar que os postos de trabalho gerados, possivelmente, não conseguiram abarcar o enorme contingente de trabalhadores desempregados no município e regiões vizinhas. Estes postos são altamente disputados por um contingente expressivo e crescente de trabalhadores que vislumbraram a retomada das obras como uma saída para o desemprego. Filas constantes de trabalhadores desempregados se formavam em frente ao Sintramon, o que ratificou essa afirmativa, conforme relato do próprio sindicato.

Neste sentido, pode-se afirmar que essa vagarosa e peculiar retomada de algumas obras no que se metamorfoseou o complexo petroquímico não representará a solução para o momento de crise que vive o município de Itaboraí, a qual é apenas um reflexo de uma crise muito maior que assola o estado do Rio de Janeiro e o país.

---

<sup>28</sup> Censo de 2022. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama>. Acesso em 31 mar. 2024.

<sup>29</sup> Censo de 2021. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama>. Acesso em 31 mar. 2024.

## 2.1

### Notas sobre expressões da crise capitalista no contexto contemporâneo

O capitalismo possui a capacidade de se reinventar nos momentos em que as crises se desenvolvem. Sua disposição em ressignificar suas instabilidades produz uma nova versão de si mesmo, intensificando ou criando novos mecanismos de exploração nos processos de circulação e acumulação do capital. Em sua análise sobre a crise estrutural do capital, Mészáros (2011) explica que o desenvolvimento capitalista conjuntural é perpassado por crises cíclicas periódicas. Contudo, no contexto hodierno, sob a hegemonia do capital financeiro, ela se apresenta de maneira estrutural, ainda que, associada às crises cíclicas capitalistas. É uma crise que permeia as três dimensões fundamentais do capital: tanto produção e consumo, como circulação/distribuição/realização.

Mészáros (2011, p. 136) assegura que “a crise estrutural se faz valer *ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica*”. O autor afirma que essa crise em que estamos vivenciando – que decorre desde os anos de 1970, e que se apresenta na conjuntura atual com novas roupagens – não é capaz de ser suplantada “nem mesmo com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas” (p. 137), por ser uma crise que não está restrita apenas à dimensão econômica.

Estamos diante de uma crise que vem alcançando todas as esferas da sociedade, dentre as quais se destaca também a política. O presente cenário pode ser identificado pelo que Florestan Fernandes (1980) denominou de *contrarrevolução* a respeito do momento histórico pós-1964 no Brasil. O autor distingue o período como um momento em que a burguesia lutava pela sua própria sobrevivência e a do sistema capitalista:

[...] não estamos diante de uma revolução, mas de uma contrarrevolução (que, além do mais, é largamente planejada e programada), a qual se autoproclamou uma revolução (já que teve poder político, militar e legal para ir mais longe, autodeterminando sua ‘legitimidade’) (Fernandes, 1980, p.155).

Macedo e Cerqueira (2012) apontam que o golpe de Estado impetrado naquele momento, sob a justificativa de uma “ameaça comunista”, encobria o receio do crescimento de setores das classes trabalhadoras que vinham granjeando espaço político. Guardadas as devidas peculiaridades hodiernas, a conjuntura atual possui algumas similitudes com o período histórico supracitado.

O processo de golpe vivenciado em 2016<sup>30</sup> se desenvolveu num contexto em que o Brasil vinha sofrendo com retração da economia, queda do preço do petróleo, inflação elevada (aumento significativo principalmente no preço de alimentos, habitação e transporte<sup>31</sup>), desemprego em grande escala, descontentamento popular, entre outras intempéries. A quebra de alianças entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB – atual MDB – Movimento Democrático Brasileiro) impulsionou a oposição contra a ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

A ex-presidente Dilma Rousseff foi destituída da Presidência da República por ser acusada de editar seis decretos de abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso, e de utilizar bancos públicos para o custeio de programas de governo, ação denominada popularmente de “pedaladas fiscais”, a fim de diminuir déficits nas contas públicas, um costume trivial realizado em governos anteriores e posteriores.

Em um artigo publicado em maio de 2016 na página eletrônica do *Blog da Boitempo*, o sociólogo Michael Löwy afirmou que:

Podemos fazer muitas críticas a Dilma: ela não cumpriu as promessas de campanha e faz enormes concessões a banqueiros, industriais, latifundiários. Há um ano a esquerda política e social cobra uma mudança de política econômica e social. Mas a oligarquia de direito divino do Brasil – a elite capitalista financeira, industrial e agrícola – não se contenta mais com concessões: ela quer o poder todo. Não quer

<sup>30</sup> “Uma Presidente da República eleita de forma democrática foi destituída do cargo após um processo questionável, perpassado de complexas questões de ordem técnico-jurídica” (Cavalcanti; Venerio, 2017, p. 140). Os autores trazem à baila a discussão sobre o enquadramento da questão – “*impeachment* ou golpe?”, a qual ecoou ruidosamente por todo o país.

<sup>31</sup> De acordo com o periódico Indicadores IBGE - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC, divulgado em dezembro de 2015, a inflação oficial do país ficou em 0,96% em dezembro, encerrando o ano de 2015 em 10,67%, sendo a maior taxa desde 2002.

mais negociar, mas sim governar diretamente, com seus homens de confiança, e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos (Löwy, 2016<sup>32</sup>).

O autor elucida que se tratou de um golpe de Estado parlamentar, no qual as investidas cunhadas sobre a ex-presidente foram provenientes de políticos suspeitos de envolvimento em práticas nitidamente corruptas, mas que não estavam sendo investigados. As alianças formadas naquele momento convergiam na retirada do PT do governo para potencializar os interesses políticos e econômicos da oposição e sua tomada de governo.

É importante lembrar que os anos que sucederam a implantação do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, foram marcados por governos comprometidos com o aumento dos lucros para o capital. Apesar da continuidade com a política econômica neoliberal que já vinha sendo aplicada no Brasil com Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o governo PT voltou suas ações para as camadas mais empobrecidas do país através de programas sociais, e promoveu uma política de valorização do salário-mínimo.

Os governos petistas<sup>33</sup> foram os que mais se aproximaram do social-liberalismo, conforme aponta Antunes (2018, p. 267), “ao implantar uma política policlassista fortemente conciliadora, preservando e ampliando os grandes interesses das frações burguesas”. Houve, então, um acordo entre os governos democráticos e aqueles que preservavam a liberdade empresarial.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> Acesso em: 13 jan. 2021.

<sup>33</sup> Em 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse após dois mandatos seguidos de Fernando Henrique Cardoso. Sua reeleição, em 2006, veio acompanhada de estratégias de ampliação de alianças políticas, fortalecendo-se com investimentos ainda maiores nas políticas sociais, a fim de garantir sua governabilidade e recuperar sua credibilidade abalada com o escândalo de corrupção denominado “mensalão” em 2005. Em 2011, a ex-presidente Dilma Rousseff assume, dando continuidade à política de governo do ex-presidente Lula. O cenário era de recessão econômica mundial, a qual, conjuntamente, alcançou a economia brasileira, desencadeando, apesar das medidas adotadas, uma crise política em seu governo. O ano de 2013 foi notabilizado pelas grandes manifestações nas ruas e por “uma onda grevista de grande amplitude” (Antunes, 2018, p. 284). Não obstante, Dilma foi reeleita em 2014 em uma disputa muito apertada, onde alcançou 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do candidato Aécio Neves. Nesse período, vieram à tona casos de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos de diversos partidos, descobertos pela Operação Lava Jato. O PT foi ligado diretamente aos esquemas, no entanto diversos partidos da base aliada e até da oposição tiveram participação.

Dentre as questões que estabeleceram distinção nos governos do PT, como os investimentos no setor público, a política econômica, sobretudo, a política externa, o autor ressalta que, a inclusão de programas sociais direcionados para os que mais necessitavam de uma intervenção do Estado merece relevo. Por mais homeopáticas que possam parecer, essas ações impactaram significativamente a população mais empobrecida, suscitando desconforto nas frações dominantes.

Löwy (2016) recupera que existe um paralelo entre a tragédia de 1964 e a farsa de 2016, o qual seria o ódio à democracia, visto que, em ambos os golpes de estado, pode-se perceber a intensa aversão das classes dominantes brasileiras pela democracia e pela vontade popular.

Segundo Antunes (2018, p. 268) para auferir o respaldo legal para o golpe mais recente, apelaram “tanto à judicialização da política quanto à politização da justiça. Sempre com o apoio das grandes corporações midiáticas [...]”. A grande mídia, com sua capacidade dramaturga de exibir seus noticiários (ou o seu apoio político?), incentivou manifestantes a irem às ruas, a fim de evidenciar seu descontentamento “patriótico”.

Debord (1997) já havia afirmado que quando se constitui uma relação social entre pessoas mediada por imagens, tem-se o espetáculo de fenômenos aparentes. Na sociedade do espetáculo a verdade real não tem valor, o que vale são as verdades ilusórias, as versões instituídas ou, nos termos de Marilena Chauí (2006), o *discurso competente*.

Importante destacar o protagonismo do Poder Judiciário, em especial do então juiz federal Sérgio Moro, durante a investigação da Operação Lava a Jato. Moro, que foi “devidamente recompensado” ao assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública no mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro. Cavalcanti e Venerio (2017) sinalizam que o Poder Judiciário desempenhou um papel significativo para a desestabilização política do governo Dilma Rousseff:

Não se pode ter uma compreensão exata dos acontecimentos relacionados com a destituição da Presidente da República sem fazer referência à participação do Poder Judiciário no encadeamento dos fatos, com destaque especial para a sua atuação no contexto da Operação Lava Jato, ora na 13ª Vara de Curitiba, ora nas mãos do Ministro relator do STF. A Lava Jato deu sequência ao processo de intervenção do

Judiciário na política nacional – por meio da criminalização seletiva dos mecanismos usuais de financiamento de campanhas políticas vigentes no País (o popular “caixa 2”) –, iniciado em 2005 no contexto do denominado “escândalo do mensalão” (Cavalcanti; Venerio, 2017, p.144).

Os autores construíram uma análise sob como se desenvolve um golpe de Estado elencando paralelos com a situação vivenciada pela então presidente Dilma Rousseff. Eles afirmam que do ponto de vista político foi um golpe, apesar de não deixar de ser um *impeachment* do ponto de vista jurídico. De acordo com os autores,

O instituto do impeachment, presente em nosso ordenamento jurídico, foi utilizado como mecanismo *ad hoc* para dar um voto de desconfiança ao governo de Dilma Rousseff. Como o Brasil não é uma república parlamentarista, tem-se como incabível a destituição sem imputação de crime de responsabilidade, o que está na essência do voto de desconfiança. Aí está a grave violação da Constituição da República Federativa do Brasil – o golpe (Cavalcanti; Venerio, 2017, p. 146).

Essa afirmativa foi embasada pelos autores após terem realizado uma análise cronológica dos fatos ocorridos naquele período que antecederam o governo do então vice-presidente Michel Temer. Utilizaram o conceito de golpe de estado de Barbé (1998 apud Bobbio et al., 1998), da obra Dicionário de Política, para analisar as características de golpe de Estado presentes no episódio de 2016, dentre as quais se destacam as seguintes: por ser uma técnica da direita para apropriar-se do poder político; habitualmente o golpe de Estado é realizado por órgãos do próprio Estado, e nesse sentido cabe ressaltar o papel fundamental do vice-presidente Michel Temer e o apoio do Congresso em todo o processo; houve mudança de liderança política; e foram notórios episódios de manifestações políticas e sociais contra o governo, açulados pelas grandes corporações de imprensa.

Em suma, objetivou-se com esse ato restringir o espaço democrático, priorizando um Estado ainda mais funcional para o mercado, para o grande capital, o qual se apropriou desse momento de aprofundamento de crise (que possui profundas conexões com crises internacionais) para justificar uma desregulamentação crescente dos direitos trabalhistas.

Nesse contexto, o Brasil adentrou num período de radicalização do neoliberalismo, com o governo de Michel Temer (2016-2018) caracterizado por

sucessivas privatizações de estatais, defesa intransigente dos interesses das classes dominantes e destruição dos direitos do trabalho, conforme demonstra Antunes (2018), o qual denominou essa nova fase de *contrarrevolução preventiva*.

Desse modo, as frações burguesas tomaram o poder através de um golpe engenhosamente arquitetado, com o intuito de evitar a interferência ou contestação das classes populares no *status quo*, as quais, nos governos do PT, tiveram uma relevância maior em comparação com os governos anteriores.

Em seu documento de programa de governo “*Uma ponte para o futuro*”, Michel Temer deixou claro que sua preocupação central era com a crise fiscal, com a rigidez do orçamento e com o crescimento econômico. Para tanto, propôs privatizações, ressaltando a importância de realizar concessões na área do petróleo; a prevalência do *negociado* sobre o *legislado*; e a flexibilização das relações de trabalho, com a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização total. Assim, concessões à iniciativa privada de aeroportos, rodovias, parques ecológicos parecem estar cada vez mais presentes no cotidiano brasileiro.

O “bem-estar” do povo ficaria a critério dos avanços econômicos, acreditando-se que o desenvolvimento econômico fosse capaz por si só de gerar o desenvolvimento social. (Cavalcanti; Venerio, 2017). Os autores advertem que o crescimento da economia alcança apenas quem já se encontra em uma posição elevada, não sendo a solução para a brutal problemática da desigualdade social, na qual o Brasil permanece entre os primeiros países no ranking mundial.

De acordo com o Banco Mundial, em sua página eletrônica *The World Bank*<sup>34</sup>, entre 2003 e 2013, o Brasil viveu uma década de progresso econômico e social em que mais de 26 milhões de pessoas saíram da pobreza. Neste sentido, o Banco Mundial ressaltava que restaurar a sustentabilidade fiscal era o desafio econômico mais urgente para o Brasil, e assegurava que para transpor a *dinâmica da dívida insustentável*, é imprescindível que o governo aplicasse medidas como a Emenda Constitucional 95/2016, a qual restringiu o aumento da despesa pública.

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>, acessado em: 30 jan. 2021.

Em razão disso, recomendava-se, conforme o Banco Mundial, uma reforma abrangente da seguridade social para conter o aumento projetado para o “déficit da previdência”. Com esse discurso, a *Proposta de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos* (PEC 241/16) foi aprovada, gerando assim a Emenda Constitucional 95/2016, que limitou por 20 anos os gastos públicos, tendo sido promulgada em dezembro de 2016.

Através de um austero mecanismo de controle de gastos sociais, ficou instituído o novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, que está em vigência por vinte exercícios financeiros, nos termos dos artigos 107 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Estabeleceu-se que, a partir de 2018, as despesas federais poderiam aumentar apenas conforme a inflação acumulada segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com o intuito de formar superávits primários para pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Desta forma, para cada exercício financeiro há limites diferenciados para as despesas primárias do aparelho público do Estado e os serviços públicos utilizados pela sociedade. Em suma, o que se buscou com esta Emenda Constitucional é que nos próximos 20 anos a partir de 2018, não haja ampliação dos investimentos utilizados para a garantia de direitos sociais, o que tem provocado um agravamento progressivo das já precárias condições de vida da população mais empobrecida. Congelar o investimento em saúde, assistência e educação, caracteriza-se por ser uma grave violação dos direitos humanos.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) – considerado de extrema direita até mesmo pela imprensa internacional – percebe-se a continuidade das políticas presentes no governo Temer, sendo o centro das medidas voltado para a área econômica, a qual terá como estratégias fundamentais privatizar e enxugar a máquina pública, acreditando ser este o “Caminho da Prosperidade<sup>35</sup>”.

---

<sup>35</sup> Proposta de Plano de Governo do presidente Jair Bolsonaro apresentada durante sua candidatura à Presidência da República em 2018, na qual defendia o liberalismo econômico, o expurgo do “marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo”, “tolerância ZERO com o crime”, afirmando que “o problema é o legado do PT de ineficiência e corrupção”, e que em seu governo as Forças Armadas terão papel primordial no combate ao crime organizado. O documento inclui também a necessidade de expurgar a ideologia de Paulo Freire, bem como o enaltecimento do ensino à distância, ressaltando que um dos maiores males atuais é a “forte doutrinação”. Propõe também

Nesse sentido, com expectativa de um amplo crescimento econômico, foram planejados o leilão de 12 aeroportos e 10 terminais portuários, além da extinção de 21 mil funções comissionadas e gratificações. Ressalte-se que novos concursos públicos não foram realizados em seu mandato. O governo também aspirava viabilizar o leilão do petróleo excedente previsto no acordo de exploração do pré-sal. Além disso, a Reforma da Previdência foi aprovada na Câmara dos Deputados<sup>36</sup>.

O economista Alejandro Werner, diretor do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI) enalteceu a agenda de reformas proposta pelo governo de Jair Bolsonaro no Brasil, especialmente a da Previdência Social. A instituição exaltou ainda a rapidez com que estava sendo conduzido o processo de abertura da economia do Brasil e seus prováveis efeitos na taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro desmantelou ainda mais os direitos que já vinham sendo vilipendiados ao longo dos anos, principalmente no governo de Michel Temer. Seu compromisso não estava voltado para a classe trabalhadora, e sim para os interesses do capital e seus representantes. Ancorado na figura quase messiânica, sacra, encouraçado de uma roupagem (dita) incorruptível, Jair Bolsonaro não ocultou sua face autoritária, misógina, xenofóbica e homofóbica.

Na votação do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ele homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um conhecido torturador da ditadura militar que cometia inúmeras atrocidades. Durante sua candidatura ridicularizou claramente a defesa dos direitos humanos e, em seus discursos, demonstra despreparo e desconhecimento. Ainda assim, teve grande apoio de

---

facilitar o comércio internacional, a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais. Esses e outros impropérios estão disponíveis em: [https://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf), acessado em: 28 jan. 2021.

<sup>36</sup> Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional nº 6 de 2019 - Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>, acessado em: 20 mar. 2021.

distintas classes sociais, as quais o defendiam impetuosamente, sobretudo nas redes sociais – *lôcus* onde sua campanha política se espalhou com maior relevo.

Bolsonaro ressaltou também, durante sua campanha política, que iria possibilitar a cada “cidadão de bem” defender sua sagrada família dos vis marginais, que outrora eram protegidos por governos de doutrinação ideológica marxista. Em janeiro de 2019, assinou um decreto<sup>37</sup> que facilitou o direito à posse de armas de fogo em casa ou no local de trabalho (contanto que o possuidor da arma seja o responsável legal pelo estabelecimento). O decreto prevê ainda que o prazo de validade do registro da arma passe de cinco anos para dez anos.

Em dezembro de 2018, foi publicada uma matéria na página eletrônica do jornal *El País* que revelava o crescimento no mercado de clubes de tiro, tendo em vista a proposta de Jair Bolsonaro em flexibilizar a posse e o porte de armas ao assumir o governo. De acordo com a publicação, em relato, um proprietário de clube de tiro afirmou que a procura por cursos de tiro (um pré-requisito para a concessão do registro) aumentou “mais de 100%” em 2018<sup>38</sup>.

A violência urbana aquece o mercado de segurança, pois o medo estimula a economia, visto que esta investe em sistemas de segurança eletrônica, condomínios fechados, blindagem de automóveis, guardas privados, entre outros, levando o Brasil a patamares de liderança no mercado de segurança privada da América Latina, mesmo em períodos de crise. A sociedade capitalista cria mecanismos lucrativos de convivência com essa realidade, uma vez que vislumbra, neste cenário caótico, uma oportunidade de investimento no setor de segurança particular.

Aqueles que não se encontram inseridos no mercado de trabalho por vias formais também são extremamente importantes para a economia. Portanto,

---

<sup>37</sup> Trata-se do Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019 - Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9685-15-janeiro-2019-787625-norma-pe.html>, acessado em: 20 mar. 2022.

<sup>38</sup> El País, 19 dez 2018 - Clube de tiro e despachante já lucram com política armamentista de Bolsonaro. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/18/politica/1545150409\\_376316.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/18/politica/1545150409_376316.html), acessado em: 20mar. 2020.

Como será possível falar em excluídos, “apartados”, pessoas que estão “fora” etc., se elas estão, por vias transversas, “integradas” ao sistema econômico? Dito de outra forma: qual o sentido de falar em duas ordens de realidade, dos “incluídos” e dos “excluídos”, se ambas são produzidas por um mesmo processo econômico, que de um lado produz riqueza e, do outro, miséria? E, mais que isso, se a miséria assim produzida se torna, ao que tudo indica, funcional para a acumulação de riquezas no polo oposto? (Oliveira, 1997, p.6).

Segundo Oliveira (1997), os excluídos do processo produtivo no Brasil seriam as pessoas em situação de rua, os catadores de lixo, os desempregados das periferias, muitos convertidos em delinquentes, os miseráveis, que não estão inseridos no circuito produtivo, uma vez que o desemprego seria o principal causador dessa exclusão. Para o autor, “o primeiro elemento que desponta na sua constituição é o fato de serem pessoas sem inserção no mundo normal do trabalho” (Oliveira, 1997, p. 3).

Muitos dos sujeitos que pertencem à classe trabalhadora, visto que dependem da venda da sua força de trabalho para obter sua subsistência, não poderão nem causar pressão ou despertar competitividade nos trabalhadores que estão empregados, pois, na condição em que vivem, dificilmente irão se inserir novamente no mercado de trabalho formal e, por despossuírem qualificação profissional, não oferecem ameaça alguma aos que estão empregados.

Ainda assim, a sociedade capitalista se adapta a essa realidade e encontra outro meio de fazê-los lucrativos sem estes precisarem estar dentro do processo de produção. Mesmo estando totalmente fora do mercado de trabalho, impulsionam a economia à medida que inspiram medo e insegurança, pois muitos, por não proverem seu sustento por meios formais, vagueiam pelas ruas em busca de algum meio de sobrevivência.

Neste contexto, esses sujeitos sociais, postos à margem da sociedade, são vistos como uma oportunidade de lucro para o mercado de segurança privada. O incentivo à busca pela segurança por meios próprios acaba sendo uma prática cada vez mais cotidiana, sobretudo no atual governo do presidente Bolsonaro.

Crescem as vendas de itens de segurança pessoal e patrimonial, equipamentos eletrônicos que asseguram proteção em automóveis, empresas, casas, condomínios, como câmeras, detectores de metais, blindagens, cercas elétricas, alarmes, entre

outros. Conforme já dito, o Brasil está em patamares de liderança no mercado de segurança privada na América Latina, segundo a Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o setor nas Américas, tráfegando na contramão da atual crise financeira.

De acordo com a *Security Segurança e Serviços*, um estudo sobre segurança privada revelou crescimento do setor no Brasil. O setor de segurança privada emprega 700 mil trabalhadores formalizados, ultrapassando o contingente do exército brasileiro. Em razão de sua diversidade, auferiu anualmente 50 bilhões de reais, com projeção de aumento<sup>39</sup>.

A estimativa da presidente da Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese), Selma Migliori, existam, em 2018, um milhão de câmeras espalhadas pelo Rio de Janeiro – uma para cada cinco ou sete habitantes, conforme uma matéria do jornal *O Globo*<sup>40</sup>, publicada em maio deste ano. E 4.200 câmeras públicas e de concessionárias vistas do centro da Secretaria de Segurança, fomentando um “big brother” carioca. Já são formadas parcerias público-privadas que visam um monitoramento maior das ruas, casas, condomínios e empresas, como a “Associação Comunitária Bairro Seguro” na Barra, Recreio e bairros vizinhos, e, a “Sociedade Mais Segura” entre a Central e a Lapa.

Paralelamente, órgãos de segurança pública realizam às escuras a segurança de propriedades privadas – estabelecimentos comerciais e residenciais, mesmo sendo proibidos de atuar nessas instâncias sem um mandado, chamado de emergência ou convite – sendo remunerados por este serviço.

Publicada em abril de 2016 pela página eletrônica do jornal *O Globo*<sup>41</sup>, uma matéria divulgou que, por meio de empresas de segurança, policiais se ofereciam para remover moradores de rua de algumas vias de Copacabana. De acordo com a notícia, moradores do bairro observaram nos arredores o aumento repentino da população de rua, com grupo de até 15 pessoas. Em seguida, policiais vinculados a

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.sousecurity.com.br/blog/estudo-sobre-seguranca-privada-detecta-crescimento-do-setor>, publicado em: 11/10/2018, acessado em: 28 jan. 2021.

<sup>40</sup> “O ‘big brother’ carioca. Cidade tem um milhão de câmeras particulares, e setor privado inicia parcerias com o poder público”. Matéria impressa no jornal *O Globo* publicada em 28 mai. 2020.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/por-meio-de-empresas-de-seguranca-policiais-se-oferecem-para-remover-moradores-de-rua-19063604>, publicado em 12 abr. 2016, acessado em 12 jun. 2022.

empresas de segurança passaram a assediá-los e comerciantes, oferecendo seus serviços de segurança por cerca de R\$ 900,00 mensais, garantindo que, assim, qualquer “condomínio ficaria livre de pedintes ou mendigos”.

Dentro deste contexto, pode-se dizer que a população atemorizada, é influenciada pelo discurso de aumento da criminalidade, incitada a investir em segurança privada, proporcionando um aquecimento neste setor da economia. A este respeito, Netto (2012, p.12) enfatiza que:

[...] a repressão estatal se generaliza sobre as "classes perigosas", ao mesmo tempo em que avulta a utilização das "empresas de segurança" e de "vigilância" privadas - assim como a produção industrial, de alta tecnologia, vinculada a esses "novos negócios" (e não se esqueça do processo de privatização dos estabelecimentos penais).

O discurso que culpabiliza as classes subalternizadas por sua pobreza e naturaliza sua condição social é difundido indubitavelmente. A propensão a naturalizar a questão social é seguida da conversão de suas expressões em objeto de manifestações de violência aos sujeitos pauperizados através da força coercitiva do Estado. A violência, enquanto uma particularidade sócio-histórica brasileira é vinculada a um processo de criminalização que atinge as camadas subalternizadas, sujeitas à repressão.

A violência urbana é uma expressão da questão social, fruto da ausência do Estado na implementação de políticas sociais, na retração dos recursos destinados à educação e saúde, por exemplo,<sup>42</sup> tende a sobressair, principalmente nos grandes centros urbanos, locais onde se concentra um número cada vez maior de sujeitos em busca de inserção no mercado de trabalho.

Sob essa conjuntura, o então ministro da Justiça e Segurança Pública, e hoje senador da República, Sérgio Moro, apresentou, em fevereiro de 2019, um projeto de lei que concede liberdade de execução sumária por parte do Estado por meio de violência policial daqueles que podem inspirar “medo, surpresa ou violenta emoção” em serviço, o que significa que um policial poderá ter o direito de livre

---

<sup>42</sup> Como é o caso da Emenda Constitucional 95/2016 que prevê o congelamento dos gastos sociais até 2036.

licença para matar quem ele mesmo considerar perigo em potencial, violando, assim, gravemente, os direitos humanos<sup>43</sup>.

O Projeto de Lei nº 882/2019, desenvolvido pelo então ministro Sérgio Moro, e o Projeto de Lei nº 10.372/2018, elaborado por uma comissão presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes confluíram para a Lei 13.694/2019 (também denominada Pacote Anticrime), que alterou o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Crimes Hediondos, a Lei de Execuções Penais, Código Eleitoral e o Código de Processo Penal Militar. As alterações promovidas pela referida lei representam nítida intenção de reforma na estrutura do ordenamento penal brasileiro e no sistema da nossa justiça criminal.<sup>44</sup>

Sob essas circunstâncias, torna-se mais distante prever um cenário favorável para a classe trabalhadora. Antes, contudo, percebe-se que crescem os entraves imperativos a serem enfrentados. Entre as mudanças que vêm ocorrendo no interior da classe trabalhadora, destacar-se-ão algumas a seguir que incidem vorazmente sobre aqueles que só possuem sua força de trabalho como forma de conseguir manter sua sobrevivência na conjuntura atual.

---

<sup>43</sup> O projeto anticrime de Moro em sua essência é inconstitucional. A reforma do art. 23 do Código Penal, introduzindo expresso dispositivo prevendo (§1º) que malgrado os agentes policiais possam responder por excessos, (§2º) que “O juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. O poder político é deslocado da esfera democrática em que opera o legislador para a discricionariedade do magistrado. O projeto de Moro despreza a proteção ao mais alto bem jurídico, a vida.

<sup>44</sup> O projeto anticrime proposto por Moro, em sua essência, é inconstitucional. A reforma do art. 23 do Código Penal, introduzindo expresso dispositivo prevendo (§1º) que malgrado os agentes policiais possam responder por excessos, (§2º) que “O juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. O poder político é deslocado da esfera democrática em que opera o legislador para a discricionariedade do magistrado. O projeto de Moro desprezava a proteção ao mais alto bem jurídico, a vida.

## 2.2

### Trabalho, precarização e questão social no contexto neoliberal

Expressivas transformações sofridas dentro da esfera da produção vêm afetando fortemente a classe trabalhadora e seu movimento sindical. Isso se intensifica em países com histórica e profunda desigualdade social como o Brasil. Antunes e Druck (2014) analisam que o trabalho contratado e regulamentado, predominante no século XX, vem sendo substituído por diferentes formas de terceirização, precarização e informalidade, e que esta tem deixado de ser exceção para se tornar regra.

Importante lembrar que no Modo de Produção Capitalista (MPC), o aumento da riqueza determina o aumento da pobreza. Segundo Montañó (2012, p.279), “no MPC não é o precário desenvolvimento, mas o *próprio desenvolvimento* que gera desigualdade e pobreza”. Com os avanços tecnológicos e a troca cada vez mais crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, das pessoas pelas máquinas, muitas atividades laborativas se tornaram dispensáveis, obsoletas e, até mesmo, inexistentes.

Harvey (2016) analisa que a inovação tecnológica apesar de ter sido um caminho para a retração de crises capitalistas, possibilitou outros entraves, como a automação na década de 1980 que resultou na desindustrialização. Ao ponderar à luz da ótica estadunidense, exemplifica que empresas como a General Motors, a qual, em 1960, costumava empregar trabalhadores sindicalizados que recebiam bons salários, foram substituídas por outras como o *Walmart*, que possui grande parte de sua mão de obra não sindicalizada, mal paga, e que tem sido uma das maiores empregadoras dos Estados Unidos. Assim, “a mudança tecnológica nunca é indolor, e o custo e a dor que produzem não são uniformemente repartidos” (Harvey, 2016, p.99).

Um contingente expressivo de trabalhadores é conduzido ao desemprego, por não conseguirem mais se inserir no mercado de trabalho formal, visto que o trabalho que antes executavam, agora é realizado por maquinários que os substituem, em

menor tempo, com maior produtividade, não sendo, assim, mais assimiláveis por este processo.

Destarte, em sua busca pela reprodução de capital, as empresas tendem a investir mais em *capital constante* e menos em *capital variável*<sup>45</sup>, o que leva ao aumento da composição orgânica do capital e à diminuição da taxa de lucro. O desemprego, derivado deste maior investimento em *capital constante* em detrimento do *capital variável*, torna mais dificultoso aos capitalistas obter a mais-valia.

A maioria da população mundial está se tornando descartável e irrelevante do ponto de vista do capital, o que ampliará progressivamente a dependência da circulação de formas fictícias de capital e construções fetichistas de valor centradas na forma-dinheiro e no sistema de crédito. Como é de se esperar, alguns segmentos da população são considerados mais descartáveis do que outros, assim mulheres e negros arcam com maior parte do fardo e provavelmente arcarão ainda mais num futuro próximo (Harvey, 2016, p.109).

No entanto, como o capital é uma relação social eivada de contradições, cabe lembrar Maranhão (2010), que reflete que o amplo quantitativo de trabalhadores excedentes é essencial para a reprodução atual do capital. Segundo o autor, o processo denominado e analisado por Karl Marx de “acumulação primitiva ou originária” (Maranhão, 2010, p. 98) produziu uma enorme oferta de força de trabalho. Conforme Alves (2007, p.112),

O capital como relação social tornou-se agente da racionalização do mundo, aparecendo como um processo social contraditório cujo cerne essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do processo de precarização como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro lado, pela instauração da precariedade social como “condição humana”.

Com a desapropriação de terras, ferramentas de trabalho e meios de produção, o desenvolvimento das indústrias atraiu um expressivo contingente de trabalhadores do campo para os centros urbanos em busca de obter seus meios de subsistência, gerando uma *superpopulação relativa* de trabalhadores como “um inesgotável

---

<sup>45</sup> À luz de Marx, entende-se capital variável como a parte do capital (salários) empregado na força de trabalho, o qual se amplia em meio ao processo de trabalho, criando a mais-valia. Já o capital constante é a parte do capital investido nos meios de produção (máquinas, instalações, matérias primas e instrumentos), no qual o valor desloca-se para o produto finalizado, a mercadoria.

reservatório de força de trabalho” (Maranhão, 2010, p.99). O autor afirma que o processo de expansão mundial da superpopulação relativa, que se deu concomitantemente ao processo de mundialização financeira, resultou na obtenção de superlucros, por meio dos baixos salários praticados pelo grande número de trabalhadores desocupados no mercado.

Essa população empobrecida, que não está inserida no mercado formal de trabalho e que já se tornou supérflua com os avanços tecnológicos, possibilita a ampliação da exploração dos trabalhadores ocupados, reduz seus salários e exerce uma pressão sobre a organização política desses trabalhadores formais, visto que se veem compelidos a abrir mão da luta política em detrimento de seus empregos. Assim, aqueles que não se encontram inseridos no mercado de trabalho por vias formais também são extremamente importantes para a economia.

Nessa conjuntura, muitas empresas reduzem o quantitativo de funcionários para economizar gastos. No modo de acumulação flexível, predomina o tipo de “empresa enxuta” que consegue aumentar sua produtividade mantendo menos funcionários (Antunes; Druck, 2014). Esses cortes no *capital variável* têm se tornado cada vez mais recorrentes e o tempo para se realocar no mercado de trabalho vem se expandindo devido à ampla concorrência.

Segundo Maranhão (2010, p. 94), houve um aumento no tempo médio da procura por trabalho, ou seja, “o mundo industrializado se caracteriza cada vez mais pelo desemprego de longa duração”. Esse crescimento abrupto do desemprego acirrou ainda mais a desigualdade de renda no país.

Ressalte-se que a atual conjuntura brasileira é marcada pela “informalidade”<sup>46</sup> e o desemprego oculto pelo trabalho precário, os quais vêm se ampliando cada vez mais. “Os ‘sem-emprego’, grupo constituído pelos desempregados e pelos trabalhadores informais, são hoje a maioria dos trabalhadores brasileiros” (Druck, 2013, p. 65).

A autora, em sua crítica sobre a precarização social do trabalho no Brasil, afirma que a situação que melhor demonstra a fragilização que afeta o mundo do

---

<sup>46</sup> Informalidade é aqui utilizada para fazer referência aos trabalhadores sem vínculo formal de trabalho (“sem carteira assinada”).

trabalho é o desemprego, que “deixa de ser uma condição provisória e transforma-se numa situação de longo prazo ou mesmo permanente” (Druck, 2013, p. 62). A precarização, de acordo com Antunes e Druck (2014, p. 13), “passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível”.

Inclusive, no caso do capitalismo brasileiro, o processo de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto dimensões histórico-genéticas (originárias da nossa formação colonial), quanto dimensões histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital (Alves, 2007, p. 111).

De acordo com Aves (2007), esse mundo do trabalho *flexível, fluido e difuso*, faz parte do sócio-metabolismo do capital nas condições da mundialização financeira. O processo de precarização do trabalho-vivo e as formas históricas de precariedade social compõem a condição sistêmica da estrutura do modo de produção e reprodução capitalista.

Nas palavras de Barbosa (2023, p. 149), “precariedade diz respeito a um estado ou situação instável, adversa, insegura e suscetível à invalidação, ainda que o envolvido dependa dos bens ou serviços que temporariamente lhe eram disponibilizados”. Para as Ciências Sociais, “o termo coirmão precarização diz respeito ao fazer-se precário, ou seja, envolve o paulatino processo e conflito social de rebaixamento das condições e relações de trabalho que ainda não estão vilipendiadas” (Druck; Thébaud-Mony, 2007).

A precarização se refere, então, ao processo de deterioração das condições de trabalho, caracterizado pela flexibilização das relações de trabalho, terceirização, contratos temporários, baixos salários, falta de proteção social, entre outros. Esse processo é muitas vezes impulsionado pela busca de redução de custos por parte dos empregadores, o que resulta em maior insegurança e vulnerabilidade para os trabalhadores.

Alves (2007) elucida que a criação de leis trabalhistas, da previdência e seguridade social universal são provenientes de lutas sociais e políticas que os trabalhadores do século passado enfrentaram ao longo da história, tornando-se um contratempo para a avidez de valorização do capital. Entretanto, o alcance desses direitos sociais e políticos por meio de longos embates pela classe trabalhadora não

desfez a mazela da precariedade como modo de ser histórico-ontológico da força de trabalho enquanto mercadoria.

O que chamamos de processo de precarização do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados ao decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados (Alves, 2007, p. 114).

Para o referido autor, o conceito de precarização está relacionado a um *modo de reposição sócio-histórica* da precariedade. Portanto, visto que a precariedade é uma condição, a precarização é um processo com uma dimensão histórica estabelecida pela “luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (Alves, 2007, p. 114).

Neste sentido, a precariedade alude ao estado de vulnerabilidade e insegurança experimentado pelos trabalhadores como produto da precarização do trabalho. A precariedade se manifesta nas condições de trabalho instáveis, na falta de proteção social, na incerteza em relação à continuidade do emprego, na incongruidade dos salários para assegurar sua reprodução social, entre outros aspectos. É um conceito mais amplo que engloba não apenas as condições objetivas de trabalho, mas também os impactos subjetivos e emocionais da insegurança laboral.

Alves (2007, p.113) analisa que “a precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria”. Tendo em vista que a força de trabalho é concebida enquanto mercadoria, o trabalho vivo é caracterizado pela precariedade social.

Em suma, enquanto a precarização se refere ao processo de deterioração das condições de trabalho, a precariedade descreve o estado de vulnerabilidade e insegurança enfrentado pelos trabalhadores como resultado desse processo. “Enquanto existir precariedade haverá possibilidade objetiva de precarização que pode assumir dimensões objetivas e subjetivas” (Alves, 2007, p.115).

Não obstante, de acordo com as especificidades do momento histórico em que se vive, a precariedade se manifesta de formas diferentes. Alves (2007) analisa que

tanto a precariedade como a precarização nascem com o trabalho assalariado, considerado “trabalho livre”, por não se estabelecer mais no arquétipo escravocrata. Por conseguinte, o proletariado do capitalismo manufatureiro ou pré-industrial, existente entre o século XVII até a metade do século XVIII, é considerado um proletariado de um mundo burguês pré-moderno, que se difere em sua estrutura social, do proletariado do capitalismo industrial e do proletariado do século XX, considerados pós-modernos nas últimas décadas do século passado.

Conforme Alves (2007, p. 125), “com o desenvolvimento do capitalismo global, a precariedade e a precarização assumem formas complexas, tanto em sua dimensão objetiva, como subjetiva”. Em meio a um período de mais de 50 anos de crise estrutural do capital, observa-se que há uma dilatação da precariedade e da precarização do trabalho de maneira acentuada, em razão da crise nos sindicatos, instâncias que pleiteavam em defesa dos trabalhadores, além da concentração e centralização do capital, como pondera o autor.

Neste cenário, pode-se observar, segundo o autor supracitado, algumas características presentes no mundo do trabalho, como “insegurança de emprego, de seguridade e previdência social e de representação política e sindical” (Alves, 2007, p.126). Além disso, há uma fragmentação salarial da classe trabalhadora com as formas de flexibilização do trabalho através da supressão de direitos e da intensificação da exploração da força de trabalho, em um nível cada vez mais ampliado de extração de sobretrabalho. Vejamos:

O desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita o capitalista a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais (Marx, 2017, p. 711).

Para Marx, o sobretrabalho é inerente ao capitalismo, pois é através da extração de trabalho excedente que os capitalistas acumulam riqueza. Ele argumenta que os trabalhadores são compelidos a trabalhar além do necessário para sua própria subsistência devido à relação desigual de poder entre capitalistas e trabalhadores. Essa exploração é fundamental para a reprodução do sistema

capitalista e para a acumulação de capital. O conceito de sobretrabalho em Marx vai além da carga horária excessiva e da exploração direta do trabalhador. Ele enfoca a extração sistemática de trabalho excedente como uma característica central do capitalismo, que gera desigualdade e alienação entre as classes sociais.

De acordo com a *Teoria Marxista da Dependência* (TMD) de Ruy Mauro Marini<sup>47</sup>, a superexploração da força de trabalho refere-se a uma forma específica de exploração que ocorre nos países periféricos ou dependentes. Rodrigues (2023, p. 80) sinaliza que “a superexploração não é somente causa, mas, também, consequência da forma como o capitalismo internacional se estrutura nas periferias e, especificamente, na América Latina”. Marini (2011) sinaliza que nesses países as relações capitalistas são caracterizadas por uma intensificação da exploração dos trabalhadores, que vai além da exploração típica do capitalismo.

Rodrigues (2023) ressalta que a superexploração do trabalho é retratada por Marini como uma realidade social caracterizada por salários reduzidos drasticamente em comparação ao valor da força de trabalho, limitando as formas de sobrevivência dos trabalhadores. Os trabalhadores nos países periféricos recebem salários muito menores em comparação com os padrões internacionais ou mesmo em relação ao seu custo de vida. Isso significa que os trabalhadores são pagos abaixo do valor real de sua força de trabalho; condições precárias de trabalho – além dos baixos salários, os trabalhadores frequentemente enfrentam condições precárias de trabalho, incluindo longas jornadas de trabalho, falta de segurança no trabalho e ausência de direitos trabalhistas básicos. Isso permite que os empregadores extraiam ainda mais trabalho dos trabalhadores sem propiciar uma compensação adequada ou condições seguras para a reprodução da força de trabalho.

---

<sup>47</sup> Ruy Mauro Marini foi um economista brasileiro que desenvolveu uma análise crítica do capitalismo periférico ou dependente. Sua teoria, conhecida como a Economia Política do Capitalismo Dependente, oferece uma perspectiva única sobre o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, especialmente da América Latina. Marini (2011) argumentava que o capitalismo nos países periféricos não seguia o mesmo padrão de desenvolvimento dos países centrais, mas, ao contrário, estava subordinado e dependente do capitalismo central. Ele via essa relação de dependência como uma característica estrutural do sistema econômico global, moldada pela divisão internacional do trabalho. Para Marini, a dependência não era apenas econômica, mas também política e social. Ele argumentava que as elites locais, em conluio com o capital estrangeiro, mantinham um sistema que perpetuava a subordinação dos países periféricos aos países centrais. Isso resultava em um processo de acumulação de capital concentrado, desigualdade social e subdesenvolvimento.

Além disso, soma-se a intensificação do trabalho – há uma intensificação da pressão sobre os trabalhadores para produzirem mais em menos tempo, um resultado que pode ser obtido através da implementação de tecnologias que aumentam a produtividade, mas também pode ser resultado de práticas de gestão que impõem metas irrealistas aos trabalhadores, além de vilipendiar o “tempo livre” do trabalhador com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Lima (2022, p.169) afirma que “a flexibilidade do trabalho presente na proposta das TICs também mascara o ideário do “tempo livre”, pois o tempo de trabalho é sorrateiramente convertido na absorção das energias físicas e mentais dos trabalhadores”.

Outro ponto que ganha relevo na superexploração do trabalho é a resistência cada vez mais reduzida. Em razão das condições socioeconômicas desfavoráveis e à falta de proteção social, os trabalhadores nos países periféricos acabam tendo menos capacidade de resistir à exploração. Isso pode resultar em uma aceitação mais generalizada de condições de trabalho injustas ou em uma capacidade limitada de organizar sindicatos ou movimentos trabalhistas.

Marini (2011) argumenta que essa superexploração da força de trabalho é uma característica central do capitalismo dependente, pois permite que as elites locais e o capital estrangeiro acumulem capital às custas dos trabalhadores. Além disso, essa superexploração contribui para a manutenção da dependência econômica dos países periféricos em relação aos países centrais, perpetuando um ciclo de subdesenvolvimento e desigualdade. Para Marini (2011, p. 134-135) a dependência se configura como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Explorado desde o período colonial, o Brasil, enquanto uma economia dependente se aprimorou em fornecer produtos primários para as economias centrais. Ao longo dos séculos, o país se tornou um dos principais produtores mundiais de *commodities* agrícolas, como café, soja, açúcar, carne bovina e suína, entre outros. Esses produtos são exportados em grandes quantidades para

economias centrais e são utilizados para assegurar matérias-primas para as indústrias e para a cesta básica desses países.

De acordo com a Embrapa (2018), o Brasil se tornou em 2016 o maior exportador de carne de frango do mundo e, em 2021<sup>48</sup>, o Brasil ocupou o posto de maior exportador de carne bovina, com 15,3%, ou seja, 2,5 milhões de toneladas. Desde o século XIX, o Brasil atraiu investimentos estrangeiros em setores como agricultura, mineração e extração de recursos naturais. Esses investimentos ajudaram a expandir a produção de produtos primários destinados à exportação para as economias centrais.

Ao longo de sua história, o Brasil implementou várias políticas econômicas que incentivaram a produção e exportação de produtos primários. Isso incluiu incentivos fiscais, subsídios agrícolas e políticas de desenvolvimento voltadas para a exploração de recursos naturais. Conforme Teixeira (2021, p. 458),

Como importam produtos industrializados, tecnologias e outros produtos de luxo, a balança comercial fica desequilibrada e, nessas negociações, o valor produzido nesses países é transferido para as economias centrais, compensado pelo uso da superexploração da força de trabalho local (Teixeira, 2021, p.458).

Antunes (2018, p. 119) aponta que “se até a década de 1980 o traço distintivo da economia brasileira se encontrava na forte expansão industrial, nas últimas décadas o setor terciário vem registrando aumento na sua posição relativa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)”. Entretanto, o fenômeno da “terciarização”, que é a expansão do setor terciário da economia no país, teve uma significativa queda no cenário econômico atual.

Este segmento está relacionado à prestação de serviços, dentre os quais, serviços considerados não essenciais, que tendem a ser cortados nos períodos das

---

<sup>48</sup> De acordo com os estudos socioeconômicos e ambientais da Embrapa publicados em setembro de 2022, o Brasil se encontra na quarta posição na produção mundial de grãos (arroz, cevada, milho, soja e trigo) e de acordo com um estudo realizado pela Embrapa (Agro no Brasil e no Mundo) em 2022, o país atingiu uma produção de 250 milhões de toneladas em 2021, com previsão de que o Brasil supere a Índia e se torne o terceiro produtor mundial. Os dados são da plataforma FAOSTAT, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no período de 2000 a 2020, com estimativas para 2021.

crises cíclicas do capital. Os trabalhadores absorvidos pelo setor terciário da economia tendem a sentir os primeiros reflexos de crises econômicas.

Durante o período de 2014 a 2017, o Brasil enfrentou uma série de desafios econômicos, incluindo recessão, instabilidade política e alta taxa de desemprego. Esses fatores contribuíram para várias demissões em massa em diferentes setores da economia brasileira, como no setor industrial. A indústria brasileira enfrentou expressivos entraves em razão da queda na demanda interna e à competição estrangeira. Isso levou a demissões em fábricas e empresas de diversos segmentos, como automobilístico, metalúrgico e têxtil.

No setor da construção civil, com a desaceleração da economia e a redução nos investimentos em infraestrutura e imóveis, muitas empresas do setor de construção civil tiveram que demitir trabalhadores. Com a paralisação ou redução drástica de projetos de infraestrutura, muitas empresas envolvidas na operação Lava Jato eram do setor de construção civil, sendo duramente atingidas pelos efeitos deletérios da investigação.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - trimestral (PnadC), divulgada pelo IBGE, no período compreendido entre 2014 e 2017, o Rio de Janeiro apresentou o segundo maior aumento no número de desocupados (157%) no país, passando de 494 mil em 2014, para 1,2 milhão de pessoas sem trabalho em 2017. O desemprego cresceu no estado devido à diminuição de vagas, sobretudo, na indústria (-19%), na construção civil (-13,8%) e nos serviços (-8,4%).

No primeiro trimestre de 2018, o IBGE divulgou que houve diminuição de postos de trabalho na indústria (327 mil pessoas), na construção civil (389 mil pessoas) e no comércio (396 mil pessoas). Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE à época, Cimar Azeredo, essas significativas quedas no setor de construção se deram em decorrência da paralisação de várias obras e de grandes investimentos<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/04/27/desemprego-pnad-ibge.htm>, publicado em 27 abr. 2018, acessado em 25 mai. 2021.

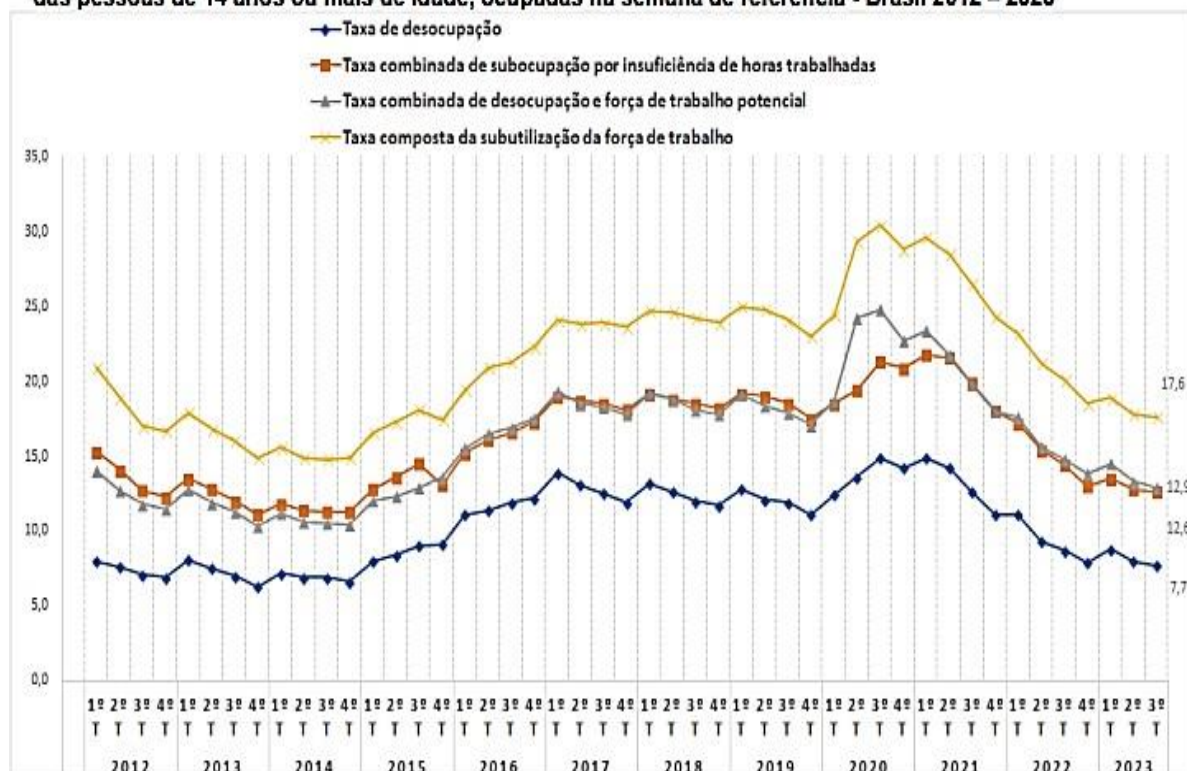
Cabe ressaltar que não se pode assegurar uma absoluta credibilidade desses dados, uma vez que a imprecisão estatística pode favorecer determinados grupos intencionalmente. Netto (2007), ao apresentar dados de uma pesquisa sobre distribuição de renda, salienta que esses indicadores são controversos.

Em se tratando de pesquisas referentes ao desemprego no Brasil, poder-se-ia inferir que diversas categorias de subempregos são desconsideradas, assim como trabalhos precarizados podem ser contabilizados como espaços laborativos ocupados. Nesse sentido, o quantitativo de desemprego oculto pode ser ainda maior.

O gráfico 1 a seguir apresenta a série completa das quatro taxas de subutilização da força de trabalho no Brasil, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua em 2023. Para as quatro medidas analisadas no país observa-se que, no 3º trimestre de 2023, as estimativas ainda permanecem num nível considerado alto.

## Gráfico 1

**Gráfico 1 - Taxa de desocupação e taxas combinadas (%) de subutilização da força de trabalho, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência - Brasil 2012 – 2023**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) trimestral divulgada pela Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no trimestre encerrado em outubro de 2023<sup>50</sup>, a taxa de desocupação no país foi de 7,7%, no terceiro trimestre de 2023. Este percentual demonstra o menor registro de desocupação desde o trimestre terminado em fevereiro de 2015. Isso representa 8,3 milhões de desempregados no Brasil, o que significa uma redução de 3,8% no trimestre e de 12,1% no ano.

A taxa de subutilização da força de trabalho (que agrega, segundo o IBGE, “os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Publicado em 31 out. 2023, acessado em 29 jan. 2024.

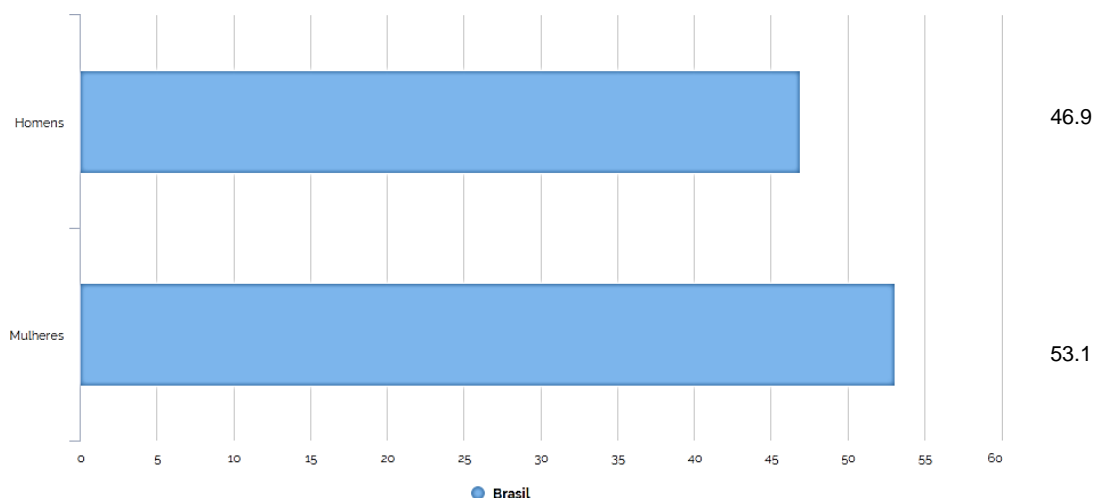
potencial”) foi de 17,6%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad, o resultado consolidado dessas medidas por Grandes Regiões aponta o Nordeste como a região onde foram observadas as maiores medidas de subutilização da força de trabalho e, na Região Sul, as menores.

Essa mesma pesquisa divulgou que o contingente de “desalentados”, alcançou 3,5 milhões de desalentados. O IBGE define “desalentados” como parte da força de trabalho potencial, englobando as pessoas que estavam fora do circuito produtivo por não conseguirem trabalho, ou por não terem experiência/ qualificação, ou porque eram muito jovens ou idosas, ou ainda, por não encontrarem trabalho na localidade em que residiam. O conceito é também utilizado para se referir aos trabalhadores que desistiram de procurar emprego.

Soma-se a isso a maternidade, quando as mulheres não conseguem vaga em uma creche pública e sem rede de apoio não conseguem custear o valor de uma creche privada para a criança. Neste contexto, não se pode perder de vista que ainda se faz presente, o racismo velado nas contratações e a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho com baixa escolaridade. A seguir o gráfico 2 apresenta a distribuição de pessoas desocupadas de acordo com o sexo.

**Gráfico 2**

**Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo, 3º trimestre 2023**



Fonte Pnad Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE, outubro de 2023.

Maranhão (2010) elucida que, se por um lado, houve a ampliação da ciência, da tecnologia e da riqueza, por outro, observa-se o crescimento da desigualdade social, da pobreza e da miséria, o que denota, segundo o autor, um paradoxo. O desenvolvimento econômico alcançado através dos planos de ajuste não significou redução da desigualdade social para a população.

Conforme cresce a inserção de mecanismos tecnológicos para o crescimento de lucros, cresce o número de pessoas desnecessárias ao processo de acumulação capitalista. Santos (2012, p. 27) ratifica essa afirmação, ao ponderar que “o desenvolvimento tecnológico se torna determinante do desemprego”, uma vez que a quantidade de horas na produção tende a diminuir, tornando dispensáveis outros trabalhadores.

Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora têm sido desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, ampliaram as expressões da questão social (Behring, 2013). O que é corroborado por Lole e Stampa (2018):

[...] a redução/congelamento dos gastos com políticas sociais e o maior redirecionamento do fundo público aos interesses do capital; o retorno ao primeiro damismo e a intenção de deslocamento da política de assistência social para o campo do não direito; a indicação das contrarreformas da previdência social, da educação e do trabalho; a destruição da universalidade e gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS); entre outras atrocidades (Lole; Stampa, 2018, p.10).

As autoras ressaltam que a conjuntura atual brasileira tem sido permeada por esses retrocessos, os quais se têm somado ao aumento do desemprego e exacerbação da exploração da força de trabalho.

Nesse contexto de reestruturação produtiva<sup>51</sup>, onde a acumulação flexível é quem “dita as ordens”, as relações trabalhistas se tornaram mais fragilizadas, muitos dos direitos conquistados foram desregulamentados, houve crescimento do desemprego e, com isso, do agravamento da pobreza. Conforme Mota (2010, p. 41),

---

<sup>51</sup> Configura-se por ser um processo utilizado como uma estratégia para enfrentamento da crise do capital iniciada nos anos de 1970, por meio da reorganização do processo de produção de mercadorias, visando à recuperação da taxa de lucro.

“as transformações ocorridas nos processos e nas relações de trabalho afetaram profundamente a composição e a prática político-organizativa dos trabalhadores”. Deste modo, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (Antunes, 2011).

Mészáros (2011, p. 69), em suas análises sobre o aprofundamento da crise estrutural do capital, alerta que o desemprego reverbera também para um quantitativo significativo de trabalhadores *altamente qualificados*, assegurando que a crise estrutural incide sobre a “*totalidade da força de trabalho* da sociedade”. Observando os trabalhadores franceses, Linhart (2014) chama a atenção para uma forma de precarização que afeta até mesmo os trabalhadores estáveis, uma precariedade subjetiva que se traduz na ausência de segurança no trabalho e que influi drasticamente na vida do trabalhador.

Apesar de ter um emprego formal, teoricamente estável, o trabalhador sente a necessidade de justificar constantemente a vaga que ocupa, provocando medo, ansiedade e insegurança, o que pode adoecer o trabalhador. Essa problemática, contudo, é muitas vezes individualizada, ao culpabilizar o trabalhador, perdendo a dimensão coletiva necessária para a formulação de respostas.

Santos (2012, p. 197) alerta que “as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas tendem a se ampliar, fazendo com que o medo de perder o emprego apareça novamente como a principal força disciplinadora do trabalho”. A necessidade de se manterem nos espaços ocupacionais, impele os trabalhadores a se submeterem a condições aviltantes de trabalho. Neste sentido, crescem postos de trabalhos precarizados, terceirizados, temporários, sem garantias e sem direitos trabalhistas.

Conforme já mencionado anteriormente, um conjunto de medidas vem sendo adotadas para garantir a “submissão” dos trabalhadores aos ditames da acumulação capitalista ao redor do mundo. No Brasil, além da contrarreforma trabalhista, destaca-se a questão previdenciária.

A Reforma da Previdência, que foi aprovada e está em vigor desde novembro de 2019, alterou as regras para as pessoas que se aposentaram ou ainda se aposentarão. A reforma, que foi enviada ao Congresso Nacional pelo ex-presidente

Jair Bolsonaro, prevê, entre outras, mudanças na idade mínima de aposentadoria, no tempo mínimo de contribuição, no cálculo da aposentadoria, e ainda, na diminuição no valor dos benefícios previdenciários. A idade mínima para mulheres passa a ser de 62 anos e 65 para homens. Para os trabalhadores brasileiros que ainda não eram aposentados antes da reforma, foram criadas regras de transição. A modalidade tempo de contribuição foi extinta pela reforma. Em suma, esse trabalhador irá despende um tempo maior trabalhando antes de ter direito ao benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Teixeira (2021, p. 457) sinaliza que “a longevidade entre os trabalhadores e suas diferentes frações de classe é diferenciada, bem como a sobrevivência após os 60 anos”. A expectativa de vida de um trabalhador brasileiro que reside em Santa Catarina<sup>52</sup> se diferencia da expectativa de vida de trabalhador brasileiro que vive no Maranhão.

Tendo em vista que o nível de exploração da força de trabalho é dado pela relação entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário, a exploração se amplia seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pela sua intensificação. O capital busca constantemente formas de extrair mais valor dos trabalhadores, seja estendendo seu tempo de trabalho ou aumentando a eficiência e produtividade dele. Vejamos:

O capital desenvolveu-se, ademais, numa relação coercitiva, que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o exigido pelo círculo estreito de suas próprias necessidades vitais. E como produtor da laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador da força de trabalho, o capital excede em energia, exorbitância e eficiência todos os sistemas de produção anteriores, baseados no trabalho direto compulsório (Marx, 2017, p.381).

Além dessas duras alterações, as já implantadas e as que estão por vir, para aqueles que pertencem à *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2011), cabe

---

<sup>52</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, a esperança de vida ao nascer em Santa Catarina é de 81,16 no ano de 2024. Já no Maranhão, a expectativa de vida é de 72,69. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/53/49645?ano=2024>. Acesso: 05 fev. 2024.

ressaltar que entrou em vigor, em novembro de 2017, a Lei nº 13.467<sup>53</sup>, de 13 de julho de 2017. Com mais de cem pontos de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre as quais se podem elencar: a jornada de trabalho intermitente, remuneração de acordo com horas trabalhadas, negociação do tempo de descanso do trabalhador, pagamento das custas de processos de ações trabalhistas e permissão de mulheres grávidas e lactantes em ambientes de trabalho considerados insalubres.

Soma-se a isso a chamada Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/17), que permite a terceirização de qualquer atividade nas empresas, com prejuízo dos benefícios trabalhistas e aumento de tempo do trabalho temporário. Lole e Stampa (2018, p. 11) afirmam que a lei supracitada revela a imagem de um trabalhador “invisível, abstrato, sem identidade própria em seu ambiente laboral, sem plano de carreira, que não incorpora conhecimento técnico, que no quadro atual não tem condições de evoluir profissionalmente e materialmente”.

Este cenário de desregulamentação dos direitos conquistados, de precarização do trabalho e de flexibilização das relações trabalhistas corroboram para fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento do movimento sindical. A terceirização reflete na sindicalização dos trabalhadores, visto que, aumenta a dificuldade de sindicalizar os terceirizados (estando estes cada vez mais fragmentados, segmentados, apartados), e sendo boa parte do sindicalismo de terceirizados de caráter patronal (com discursos e ações que favorecem empresas e não os trabalhadores).

Em entrevista com a liderança sindical dos trabalhadores do Comperj, perguntou-se a respeito de como tem se dado a relação do sindicato com os trabalhadores atuais do Comperj, o qual afirmou que:

A gente sabe que a nossa condição hoje é totalmente desfavorável, o cenário hoje é outro, não temos condições de fazer, até porque com essa reforma trabalhista teve aquela questão do imposto sindical que deixou de ser obrigatória e passou a ser facultativa, e por mais que a gente seja um sindicato atuante, mas você sabe que se

---

<sup>53</sup> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

you deixar o trabalhador escolher alguma coisa, ele vai querer de graça, e de graça você não consegue nada (Presidente do Sintramon).

A respeito do imposto sindical, desde 2017, com a Reforma Trabalhista, tornou-se facultativa a contribuição sindical dos trabalhadores e das empresas, dos quais não são mais exigidos o equivalente a um dia de trabalho por ano para o sindicato que representa a categoria profissional.

Em entrevista realizada com um trabalhador demitido do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro durante o processo de demissões em massa, pôde-se perceber que a perda da força política sindical possibilita a desarticulação entre os trabalhadores:

A gente sempre ficou do lado do sindicato, desde o começo do Comperj, só que o sindicato agora não tem força pra pedir uma vaga pra gente lá, o sindicato está sem força. Mudou os planos do governo, o Temer entrou aí e arrebentou todo mundo, e aí o sindicato perdeu a força. Nós fazíamos toda semana reunião, toda semana, toda semana. Mas depois que entrou o Temer aí no governo e mudou as leis trabalhistas, aí o sindicato não fez mais reunião com a gente aqui (TD6, 2018).

O trabalhador que antes sentia confiança em lutar por seus direitos, hoje se vê intimidado frente às mudanças nas legislações trabalhistas, as quais têm implicações diretas para o trabalhador terceirizado do setor da construção civil. De acordo com uma pesquisa realizada pela Sondagem Especial Terceirização realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2016<sup>54</sup>, aproximadamente 63,1% das empresas industriais (transformação, extrativa e construção) utilizam serviços terceirizados. E dentre as empresas que utilizam serviços terceirizados, 84% planejam manter ou aumentar a utilização desse tipo de serviço nos próximos anos.

A publicação supracitada consiste em justificar a necessidade das empresas na utilização de serviços terceirizados, alegando que a diminuição de custos de produção seria a razão basilar para se terceirizar. Assim, a terceirização é vista como fundamental ou indispensável à manutenção da competitividade entre as

---

<sup>54</sup> Cf. Sondagem Especial 68 - Indicadores CNI, Ano 18, Número 1, março de 2017. Disponível em: [https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/0d/f8/0df86911-4c29-4daa-877c-37409063d3d1/sondespecial\\_terceirizacao\\_marco2017.pdf](https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/0d/f8/0df86911-4c29-4daa-877c-37409063d3d1/sondespecial_terceirizacao_marco2017.pdf). Acesso em: 24 jan. 2021.

empresas. Contudo, revela a existência de insegurança jurídica como a maior dificuldade enfrentada por quem contrata serviços terceirizados, chegando ao percentual de 72,4% das empresas da indústria da construção.

Ainda nessa publicação, foram enumerados os principais obstáculos à terceirização, além da insegurança jurídica/possíveis passivos trabalhistas, a qualidade menor que a esperada, os custos maiores que o esperado, a fiscalização trabalhista, o excesso de rotatividade, o aumento de risco no processo produtivo, a falta de oferta de serviço, a oposição dos sindicatos, a perda de motivação do pessoal interno, oposição do pessoal interno, entre outros.

Com a Lei da Terceirização, Lei nº 13.429/2017, as empresas podem contar com a terceirização de maneira ampla e irrestrita, sendo possível terceirizar todas as suas atividades, suprimindo a distinção entre atividades fim e meio. A empresa poderá contratar outra para a execução das atividades, em vez de contratar diretamente o trabalhador. Nesse sentido, deixa-se de ter uma relação bilateral, para se ter uma relação trilateral.

O setor da construção civil é permeado por esse modelo, no qual o trabalhador é chamado para executar os serviços para uma construtora, porém será contratado e pago por uma empreiteira. E essa empreiteira pode ainda terceirizar este trabalhador de outra empresa, o que caracteriza uma quarteirização (“terceirização dos terceirizados”).

A princípio, a terceirização sobrevinha comumente nos setores com baixa qualificação, entretanto, hodiernamente, essa categoria de contratação de trabalho tem se estendido a outros setores com maior qualificação. Ademais, existe uma enorme rotatividade desses trabalhadores que podem ter os contratos de trabalho de forma temporária, podendo ser de até 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, o que possibilita a demissão de funcionários que não atinjam os padrões de eficiência exigidos pelo mercado. Essa ampliação da rotatividade e instabilidade no emprego subcontratado corrobora para a precarização do trabalho no Brasil.

Deveras, a Lei da Terceirização trata de limitação de custos empresariais com direitos trabalhistas (por meio da diminuição de encargos sociais, transferindo responsabilidades trabalhistas para as empresas contratadas para prestar serviços, e,

desta forma, auferem a ampliação de lucros) e a desregulamentação da legislação protetora do trabalho.

O trabalho regulamentado e suas garantias – fruto de lutas dos trabalhadores por direitos sociais – vem sendo substituído por formas cada vez mais precarizadas que buscam lograr uma superexploração do trabalhador. Deste modo, a desregulamentação das legislações protetoras do trabalho demonstra uma forma ainda mais perversa da precarização do trabalho. As modalidades informais, as quais não possuem garantias de direitos, vêm ganhando espaço na conjuntura atual, o que amplia o cenário de precarização.

O desemprego crescente tende a provocar conformação e naturalização dos processos de precarização do trabalho na sociedade, corroborando para a ampliação da exploração da força de trabalho. Ao discorrerem sobre os impactos da terceirização, a qual está intrinsecamente ligada à precarização, Antunes e Druck (2014, p. 20) ponderam que “a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho o Brasil”. Os autores sintetizam a prática da terceirização descrevendo que:

[...] as empresas do setor industrial buscam garantir seus altos lucros, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e contratos (Antunes; Druck, 2014, p.17).

Tais elementos permitem inferir que as mudanças no mundo do trabalho afetam diretamente a classe trabalhadora, levando-a se submeter a espaços ocupacionais cada vez mais instáveis, a fim de obter seus meios de sobrevivência. Neste sentido, Braga (2016) sinaliza que o maior desafio para a classe trabalhadora brasileira é resistir a este novo ciclo de ataque aos direitos e às suas condições de trabalho, buscando formas de interromper a ampliação da espoliação dos trabalhadores. Para tanto, ressalta a importância da organização política como forma de resistência.

Com base nesse contexto, ocupa-se, no capítulo seguinte, com elementos que possam embasar o exame das condições de vida e trabalho dos trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, buscando também conhecer sua articulação com os sindicatos na luta pelos seus direitos.

## 2.3

### **Lava Jato: um capítulo controverso na trajetória brasileira**

A Operação Lava Jato emergiu como um capítulo profundamente controverso na trajetória do Brasil recente devido a uma série de razões multifacetadas. Em primeiro lugar, o escopo e a magnitude utilizada pela mídia para lançar luz às investigações propiciaram um abalo sistêmico nas estruturas do poder político e empresarial do país. Essa tentativa de exposição ampliada de corrupção expôs uma fragilidade nas instituições governamentais e empresariais brasileiras, minando a confiança da população na integridade de seus líderes e instituições.

A operação teve início em 17 de março de 2014 e contou com 80 fases operacionais autorizadas, entre outros, pelo então juiz Sergio Moro, durante as quais foram presas e condenadas mais de 100 pessoas; tendo seu término em 1º de fevereiro de 2021. O nome da operação deve-se ao uso de um posto de combustíveis para movimentar valores de origem ilícita, investigado na primeira fase da operação.

A maneira como a Operação Lava Jato foi conduzida gerou controvérsias significativas. A seletividade das investigações revelou que determinados setores políticos ou empresariais estavam sendo visados de forma desproporcional em relação a outros. Essa percepção de parcialidade alimentou debates sobre a imparcialidade da justiça e a politização do processo judicial.

Outro ponto de controvérsia foi o uso de métodos questionáveis, como a prisão preventiva prolongada e a utilização de delações premiadas, que levantaram preocupações sobre os limites éticos e legais das investigações, visto que essas práticas mostraram uma violação dos direitos individuais e um atentado ao devido processo legal.

Ademais, a Operação Lava Jato teve um impacto significativo na economia brasileira, causando estagnação em importantes setores, incluindo a indústria da construção civil e a indústria naval. A paralisação de obras e investimentos, juntamente com a incerteza política resultante das investigações, contribuíram para a recessão econômica e o aumento do desemprego no país. Os trabalhadores do

Comperj e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e suas respectivas comunidades sofreram esses impactos.

A paralisação das obras devido às investigações da Lava Jato resultou em demissões em massa dos trabalhadores, visto que as empresas contratadas pela Petrobras para realizar as obras estavam sendo investigadas pela operação. Muitos perderam seus empregos de forma abrupta, o que causou dificuldades financeiras e emocionais para esses trabalhadores e suas famílias.

Com a interrupção das atividades, um número expressivo da parte da mão-de-obra local ficou desempregada. No Comperj foram aproximadamente 15 mil trabalhadores e no Estaleiro foram 7 mil trabalhadores demitidos. Isso gerou implicações profundas na economia das regiões, com uma redução na renda disponível e um aumento nas dificuldades financeiras que já vinham sendo enfrentadas pelos trabalhadores e suas comunidades. Além das consequências econômicas, as demissões em massa também desestabilizaram socialmente as comunidades locais. Muitos trabalhadores perderam não apenas seus empregos, mas também a sensação de segurança e estabilidade que o trabalho proporcionava. Isso pode levar a tensões sociais e até problemas de saúde mental.

Para muitos trabalhadores do Comperj e do Estaleiro, a interrupção das obras representou a perda não apenas de um emprego, mas também de suas perspectivas de futuro na região. Muitos haviam investido tempo e esforço em suas carreiras nos canteiros de obras e a súbita perda de emprego os deixou sem saber o que fazer em seguida. Como resultado das demissões em massa e da falta de oportunidades de emprego nas regiões, alguns trabalhadores foram forçados a deixar suas localidades em busca de trabalho em outros lugares, o que conduziu a um êxodo com consequências de longo prazo para o desenvolvimento da região. Conforme mostra uma publicação da Central Única de Trabalhadores (CUT, 2018)<sup>55</sup>, a Lava Jato e o governo de Michel Temer paralisou a construção de Comperj, arruinando a vida de milhares de trabalhadores e tornando o município de Itaboraí um palco de violência e desemprego. Santana e Santana (2020, p. 122) afirmam:

---

<sup>55</sup> Desmonte da Petrobras e Lava Jato deixam 25 mil desempregados, em Itaboraí (RJ). Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/desmonte-da-petrobras-e-lava-jato-deixam-25-mil-desempregados-em-itaborai-rj-0e34>. Acesso em: 23 mar. 2024.

O impacto da Operação da Lava Jato sobre as empresas do estaleiro Enseada afetou expressivamente os moradores do distrito de São Roque do Paraguaçu, deixando diversas pessoas desempregadas. Atualmente menos de 200 pessoas trabalham no local, exercendo atividades de manutenção e vigilância. Diante das demissões em extensão muitas pessoas se endividaram, pois, as mesmas investiram todas suas economias perante o alto índice de mão-de-obra na região.

## 2.4

### Uma análise do que representou a Operação Lava Jato

O crescimento econômico logrado pelo Brasil durante a primeira década de 2000 foi fruto, entre outras razões, de políticas de ampliação de créditos, de transferência de renda para os setores mais empobrecidos, expansão do mercado consumidor interno, e aumento de postos de trabalho. A indústria da construção, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Cnae 2.0<sup>56</sup> compreende os seguintes setores: construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para construção.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2012), o setor de construção civil foi o que teve maior crescimento no período entre os anos de 1999 e 2009. Contudo, destacou-se também por ter sido o setor com menores remunerações, maior rotatividade, formalização mais modesta e composto por trabalhadores com baixa qualificação. Almeida (2016) destaca algumas características do trabalho na construção civil, como:

Predominância do sexo masculino, realização do trabalho muitas vezes ao ar livre, predomínio de baixa escolaridade e qualificação, o uso elevado de horas extras, baixos salários e elevada rotatividade, intensificação do trabalho, regime de remuneração de acordo com a produtividade, elevados acidentes trabalho entre outros (Almeida, 2016, p.24-25).

Em 2007, o governo federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para retomar o planejamento e execução de grandes obras de

---

<sup>56</sup> Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Anual da Indústria da Construção. Vol. 25. 2015.

infraestrutura, objetivando, assim, conforme amplamente anunciado, um desenvolvimento “acelerado e sustentável”. Em meio à crise financeira que afetou diversos países capitalistas centrais em 2008<sup>57</sup>, o programa representou um alento para muitos trabalhadores brasileiros que, devido ao aumento da oferta de empregos naquele período, mantiveram a economia ativa, por meio do consumo, mitigando as sequelas da crise sobre as empresas nacionais.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado para ser o responsável pela gestão, execução e acompanhamento de vários empreendimentos pelo país, funcionou como um catalizador de empregos, especialmente no setor de construção civil. Conforme o Ministério do Planejamento, devido às obras do PAC, o mercado de trabalho brasileiro criou 5.277.071 milhões de novos empregos entre 2009 e 2014, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)<sup>58</sup>.

Véras (2014), em sua análise sobre conflitos e negociações nos canteiros de obras do PAC em 2011, afirma que o programa foi utilizado como o instrumento fundamental para o discurso eleitoral da candidatura da ex-presidente Dilma Rousseff, e que “por meio de investimentos em infraestrutura, o governo visou aumentar a produtividade das empresas, estimular investimentos privados, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais” (Véras, 2014, p. 115).

Azevedo (2021, p. 12) aponta que a Petrobras teve um “crescimento médio anual de 3,4% no período de 2002 a 2011, saindo de uma produção de petróleo e gás no Brasil de 1,7 milhões de barris/dia em 2002 para mais de 2,3 bilhões em 2011”. Além disso, o autor ressalta que a quantidade de frota de sondas de perfuração<sup>59</sup> saltou de duas sondas em 2006 para 19 sondas em 2011, um

---

<sup>57</sup>A crise no mercado imobiliário em 2008 nos EUA, acabou, de certa forma, atingindo todos os países do mercado global. Segundo Raichelis (2023, p. 85), “a crise financeira de 2008/2009 - conhecida como a crise do *subprime* - cujo marco foi a falência do banco Lehman Brothers nos Estados Unidos, um dos maiores e mais antigos bancos de investimentos do mundo, desencadeou um dos piores desastres econômicos globais dos últimos anos, alastrando-se pelo restante do mundo com efeitos catastróficos e duradouros”.

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/3dea5bf7>, acesso em: 18 fev. 2021.

<sup>59</sup> Conforme Gomes (2011) após a realização de estudos geológicos e delimitação de um local com a melhor perspectiva de existência de petróleo, é feita a perfuração de um poço de petróleo para verificar essa existência. Essa perfuração é realizada através de uma sonda. A sonda é uma máquina de perfuração extremamente forte e podem ser classificadas em duas categorias: as terrestres e as

equipamento primordial para a exploração e manutenção de campos ativos. Desta forma, “as plataformas de produção passaram a ser encomendadas no Brasil, além de embarcações de apoio, criando uma grande demanda para a indústria naval brasileira” (Azevedo, 2021, p. 12). De acordo com o autor, “a melhor perspectiva de crescimento da Petrobrás era sua base de recursos petrolíferos que podiam se transformar rapidamente em reservas” (Azevedo, 2021, p. 13).

No período de 2003 a 2011 houve um aumento de 360% nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ao passo que, o quantitativo da sua força de trabalho aumentou para 82 mil. Em 2010, a Petrobras atingiu o ápice de seu programa de investimentos, o que representou cerca de US\$ 43 bilhões por ano, até 2013, quando de acordo com Azevedo (2021, p. 14), “começa o tsunami”.

A Operação Lava Jato teve início em março de 2014, em Curitiba, Paraná, Brasil. Ela começou como uma investigação relativamente pequena sobre lavagem de dinheiro em postos de gasolina, daí o nome "Lava Jato", que faz referência a uma rede de postos de combustível envolvida inicialmente na lavagem de dinheiro.

No entanto, a investigação rapidamente se expandiu, apresentando denúncias de corrupção em grande escala, por vezes obtidas através de métodos questionáveis de delação, envolvendo a Petrobras juntamente com empreiteiras de construção civil e políticos de alto escalão. A grande mídia vociferou amplamente que o “mar de lama” tinha como cerne o esquema de corrupção através da prática de subornos e propinas pagas por empresas de construção civil em troca de contratos inflados com a Petrobras. Esses contratos inflados garantiriam o pagamento de propinas a executivos da Petrobras e a políticos que tinham poder de influência sobre os contratos da empresa.

O real objetivo dessa operação midiática travestida de investigação era plantar a ideia de que a corrupção era fruto de um partido político e que através da “eliminação dos impuros” o gene ruim da corrupção terminaria no país (Avritzer, 2021<sup>60</sup>). A operação foi orquestrada para retirar o Partido dos Trabalhadores do

---

marítimas. Essas últimas podem ser divididas em cinco tipos básicos: barcas, auto-eleváveis, fixas, semi-submersíveis e navios-sonda.

<sup>60</sup> Anticorrupção como utopia regressiva. "A terra é redonda *eppur si muove*..." O balanço final da operação Lava Jato. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/anticorruptcao-como-utopia-regressiva/>. Publicado em: 10 fev. 2021. Acesso em: 03 abr. 2024.

poder, reorganizando o sistema político de maneira antidemocrática. A narrativa anticorrupção promovida pela operação foi instrumentalizada para justificar uma agenda política e econômica que enfraqueceu o papel do Estado na promoção do bem-estar social e recrudesceu as desigualdades econômicas no país. O autor afirma que a Operação Lava Jato corroborou para a corrupção do direito no Brasil.

Assim, temos no Brasil um fenômeno curiosíssimo: uma operação anticorrupção de primeira instância manipula o STF, faz política por conta própria, alia-se a políticos de extrema direita e vaza informações para auxiliá-los eleitoralmente, viola os princípios de relações internacionais do país colaborando diretamente com autoridades de outros países e condena um ex-presidente com provas frágeis legalizadas pelo juiz, em conluio com a acusação. Quando essa operação chega ao fim, alguns lamentam a volta da velha política. Resta o saber o que é, na opinião desses, a nova política (Avritzer, 2021, n.p.).

Stampa e Rodrigues (2023) elucidam que a Operação Lava Jato foi essencial para o êxito do golpe de Estado de 2016, o qual destituiu Dilma Rousseff do governo e conduziu Michel Temer ao poder de 2016 a 2018, desembocando na prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e na eleição de Jair Bolsonaro. Azevedo (2021, p. 21) lembra que “Bolsonaro não seria possível sem a história da participação política dos militares, do clima criado com a Lava Jato e sem as repercussões exponenciais realizadas pela grande mídia dos fatos que interessavam para a narrativa destruidora da política”.

A maneira como a Lava Jato foi conduzida contribuiu para a criminalização da política, minando a confiança da população nas instituições democráticas e enfraquecendo o Estado como um todo. O embuste anticorrupção promovido pela Lava Jato alimentou o discurso de que o Estado é inerentemente corrupto e ineficiente, justificando assim a redução de seu tamanho e intervenção na economia. Através da justificativa de combate à corrupção e eficiência, a Lava Jato abriu espaço para a implementação de uma agenda neoliberal de austeridade fiscal e privatizações, desmontando o modelo desenvolvimentista que historicamente promoveu a intervenção estatal e a proteção social.

A investigação e as consequentes intervenções legais desencadearam uma paralisação em setores econômicos chave, como o da construção civil e petróleo, levando ao fechamento de empresas e à redução drástica de empregos, visto que as

principais empreiteiras e estatais, como a Petrobras, amargaram enormes prejuízos tanto no mercado interno quanto no externo. De acordo com a Federação Única dos Petroleiros (2019<sup>61</sup>), as mais importantes construtoras do país, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, UTC e Constran reuniram perdas de 85% de suas receitas entre 2015 e 2018. Nessa ocasião, a construção pesada extinguiu um milhão de postos de trabalho em todo o país, o que corresponde a 40% das vagas de emprego perdidas na economia, dentre as quais, destacam-se as que eram ocupadas pelos trabalhadores do Comperj e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

Outrossim, o impacto se estendeu para além das empresas diretamente envolvidas, afetando toda a cadeia produtiva e aumentando o desemprego em diversos segmentos da economia. A incerteza gerada pela Lava Jato criou um ambiente de instabilidade econômica que afetou negativamente os investimentos e a geração de empregos, contribuindo para a recessão econômica que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos.

De acordo com o Relatório do Dieese (2021) sobre as implicações econômicas intersetoriais da operação Lava Jato, as investigações resultaram na perda de 4,4 milhões de postos de trabalho e uma diminuição de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso acarretou uma redução da arrecadação de impostos, estimada em R\$ 47,4 bilhões, e de contribuições sobre a folha, totalizando R\$ 20,3 bilhões. Além disso, houve um impacto negativo na massa salarial do país, que diminuiu em R\$ 85,8 bilhões.

Os efeitos da operação não se limitaram aos setores diretamente envolvidos, como petróleo, gás e construção civil, mas também afetaram outros segmentos da economia devido aos impactos indiretos e ao efeito renda. Outrossim, a Lava Jato teve implicações políticas e prejudicou o desenvolvimento de setores econômicos estratégicos para o país. Empresas de construção civil envolvidas em esquemas de corrupção foram duramente atingidas pela Lava Jato. Contratos foram cancelados

---

<sup>61</sup> Operação Lava Jato destruiu milhões de empregos e colocou setores em recessão. FUP. Disponível em: <https://fup.org.br/operacao-lava-jato-destruiu-milhoes-de-empregos-e-colocou-setores-em-recessao/>. Publicada em: 28 ago. 2019. Acesso em 03 fev. 2021.

ou suspensos, e investimentos em projetos de infraestrutura foram interrompidos, resultando em uma diminuição significativa da atividade no setor.

O setor naval brasileiro, que estava em um período de expansão devido às descobertas de petróleo na camada pré-sal, também foi impactado negativamente pela Lava Jato. Empresas do ramo, como estaleiros e fornecedores de equipamentos, sofreram com a redução dos investimentos e a suspensão de projetos. Além disso, projetos de infraestrutura de grande porte, como obras rodoviárias, ferroviárias e de saneamento, foram afetados pela investigação da Lava Jato. Contratos foram revistos, licitações foram adiadas e investimentos foram reduzidos, levando a um impacto negativo na indústria de construção pesada e na criação de empregos.

Embora os trabalhadores apoiem o combate à corrupção, o Relatório do Dieese (2021) destaca que é crucial que este seja realizado de forma a preservar a estrutura produtiva e a punir os responsáveis. Para isso, são necessários mecanismos eficientes de combate à corrupção que não comprometam a manutenção dos empregos, seguindo exemplos de outros países.

Segundo o relatório do Dieese, como resultado da Operação Lava Jato, os investimentos na indústria da construção despencaram drasticamente. A análise revela que, no período de 2014 a 2017, o Brasil perdeu a oportunidade de gerar mais de R\$ 172 bilhões em investimentos nesse setor.

O envolvimento das construtoras no esquema de corrupção da Lava Jato, e principalmente a opção por punir toda a empresa e não somente os responsáveis enquanto pessoas físicas promoveu impedimento judicial de participação dessas empresas em obras, tanto nas que estavam sendo executadas como nas que seriam feitas futuramente (Junior; Nobre, 2021, p. 95).

O encerramento das investigações da Operação Lava Jato ocorreu em fevereiro de 2021 e foi marcado por uma série de eventos que lançaram luz sobre suas falhas e controvérsias. Ao invés de um fim abrupto e claro, a operação gradualmente perdeu sua força e relevância ao longo do tempo, refletindo uma série de desafios sistêmicos e questionamentos sobre seus resultados e impactos reais.

Os impactos econômicos e sociais da Lava Jato geram questionamentos sobre a relevância e intencionalidade das investigações. A desaceleração de setores-chave da economia, como a indústria naval, de gás e óleo e da construção civil, resultou em perda de empregos e impactos negativos na atividade econômica. Além disso, a operação também levantou preocupações sobre os limites do poder judiciário e a adequação de métodos de investigação utilizados. Ações controversas, como prisões preventivas prolongadas e vazamentos seletivos de informações, levantaram questões sobre os direitos individuais e o devido processo legal. As iniciativas adotadas pelo Ministério Público Federal de Curitiba são frequentemente interpretadas como tendo exercido influência decisiva na ascensão do presidente Jair Bolsonaro, destacando-se como um dos principais legados decorrentes dessas atividades. Cittadino (2021, p. 71) aponta que:

Para além da violência processual cometida contra o ex-presidente Lula na sentença de Sergio Moro e da velocidade extraordinária e excepcional da igualmente violenta decisão dos desembargadores do TRF da 4ª Região, assistimos o sistema de Justiça brasileiro aceitar delações premiadas que foram acompanhadas por advogados contratados por indicação de procuradores e admitir troca de informações sigilosas entre o Ministério Público e a grande imprensa, tudo isso sob um clima de aparente legalidade, quando na verdade, são atos de um Estado de exceção (Cittadino, 2021, p. 71).

Em 2018, Moro aceitou o convite para ser ministro da Justiça e Segurança Pública no governo de Jair Bolsonaro, tendo assumido em janeiro de 2019. Sua decisão de entrar para a política foi recebida com diversas interpretações e debates sobre sua independência como juiz e seu papel no sistema judicial brasileiro. Em abril de 2020 Moro deixou o governo com um discurso de rompimento com o bolsonarismo, acusando o governo de usar instituições, especialmente a Polícia Federal, em benefício próprio da cúpula de Bolsonaro.

A prisão de Lula, em 2016, foi resultado de um processo judicial questionável, marcado por irregularidades e falta de imparcialidade. A anulação de suas condenações pelo Supremo Tribunal Federal (STF) reforçou ainda mais essa percepção e levantou dúvidas sobre a validade das acusações contra ele. Nesse sentido, seu retorno ao poder, em 2023, poderia ser visto como um ato de justiça e reparação.

Após 10 anos do início das investigações da Operação Lava Jato, pode-se depreender que, de acordo com os resultados percebidos nos últimos anos, suas ações desastrosas não corroboraram para extrair o *germe da corrupção* no Brasil e muito menos contribuíram para o fortalecimento das instituições democráticas no país. Até o momento em que esta pesquisa foi finalizada, a data do início julgamento das Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) que poderá cassar o ex-juiz e atual senador da República Sergio Moro (União Brasil-PR) foi marcada para o dia 1º de abril de 2024. Os juízes irão deliberar sobre a cassação do mandato de Moro e a possibilidade de torná-lo inelegível por oito anos, caso seja considerado culpado por práticas eleitorais ilícitas de abuso de poder econômico e caixa dois durante a pré-campanha de 2022.

Caso Moro seja sentenciado e condenado pelos atos ilícitos pelos quais está sendo investigado, poderá ocorrer uma quebra da imagem de bastião de moralidade, símbolo da luta contra a corrupção, fomentada durante a Operação Lava Jato que, ao ficar conhecido por sua postura firme e por sua condução das investigações, será cassado pela corrupção que tanto vociferou em combater.

### **3**

## **Obras paradas, sonhos paralisados**

O Brasil testemunhou, nas últimas décadas, um ambicioso esforço de desenvolvimento por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa, lançado em 2007, foi concebido como uma iniciativa abrangente para impulsionar o crescimento econômico, promover a inclusão social e fortalecer a infraestrutura do país. No entanto, por trás dos imponentes planos e das promessas de progresso, emergiu uma realidade marcada por uma série de desafios e obstáculos que levaram à interrupção de numerosas obras, deixando um rastro de sonhos paralisados.

As obras do PAC representaram um marco significativo na história recente do Brasil, sendo concebidas como um esforço coordenado para enfrentar deficiências estruturais, impulsionar o crescimento econômico e reduzir as desigualdades sociais. Sob a liderança dos governos federais, uma ampla gama de projetos foi lançada em setores como transporte, energia, habitação, saneamento e saúde, com investimentos substanciais de recursos públicos e parcerias com o setor privado.

Embora as obras do PAC tenham sido saudadas como um passo crucial em direção ao desenvolvimento nacional, sua implementação enfrentou uma série de desafios que minaram suas aspirações originais. Questões como burocracia excessiva, corrupção, o contexto da Operação Lava Jato, falta de planejamento adequado e instabilidade política contribuíram para atrasos e interrupções em muitos projetos, comprometendo sua eficácia e impacto. A interrupção das obras do PAC teve ramificações profundas e abrangentes em várias esferas da sociedade brasileira. Além do desperdício de recursos públicos e do impacto econômico negativo, a paralisação desses projetos teve efeitos devastadores sobre os trabalhadores envolvidos, as comunidades afetadas e a confiança do público nas instituições governamentais. Os sonhos de desenvolvimento e progresso foram abruptamente interrompidos, deixando um legado de desilusão e desconfiança.

Este capítulo tem como objetivo fornecer uma visão abrangente da interrupção das obras do PAC, em particular as obras planejadas para o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Bahia. Serão exploradas suas causas subjacentes, e suas consequências socioeconômicas e políticas. Por meio de uma análise crítica e contextualizada, busca-se lançar luz sobre os desafios enfrentados pelo Brasil nesse contexto e as consequências da paralisação das obras para os trabalhadores e o território onde estava sendo construído o estaleiro.

### 3.1

#### **Sobre sonhos construídos com o Programa de Aceleração do Crescimento**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve um impacto significativo na geração de empregos no Brasil, especialmente durante os primeiros anos de sua implementação. Gurski e Souza Lima (2018) afirmam que, com o desenvolvimento do PAC em 2007, juntamente com a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016, o Brasil esteve implementando grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética que possibilitariam um aumento significativo na geração de empregos. Costa (2017, p. 120) explica:

Em 2006 com a descoberta do pré-sal a indústria naval nacional ganhou grande impulso, a Petrobras, por exemplo, anunciou uma expectativa de encomendar um pacote com dezenas de navios para transporte do óleo e de embarcações de apoio marítimo para as plataformas. Em 19 de maio de 2008, o Governo do Estado da Bahia lançou um programa chamado Acelera Bahia, este projeto encontrou um momento favorável para sua implantação através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 pelo governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula).

No caso do Estado da Bahia, foram planejadas e anunciadas muitas iniciativas de grande fôlego no âmbito do PAC.

Em pesquisa no portal do Governo do Estado da Bahia<sup>62</sup> para esta tese, foi possível verificar que a economia baiana vivia, em 2010, um momento efervescente e o estado virou, literalmente, um canteiro de obras e um campo fértil para inúmeros empreendimentos privados das mais diversas naturezas. Os investimentos iam da mineração ao turismo, passando pela vinicultura e petroquímica, sem falar da celulose, informática e agricultura. Nesse processo, a Bahia parecia se firmar como a maior economia do Nordeste e a sexta do país, cenário que fora reforçado com a divulgação dos números do Produto Interno Bruto (PIB) para aquele ano.

Na verdade, o PIB baiano vinha registrando índices de crescimento em níveis superiores à média nacional. Em 2009, por exemplo, a Bahia teve um incremento de 1,7%, quando o país registrou 0,2%. Previsões de especialistas apontavam para um crescimento entre 9% e 10% no primeiro quadrimestre de 2010, o que configuraria um ritmo acelerado de crescimento, só comparável ao registrado na China nos últimos anos. Indícios desse processo não faltavam. Afinal, nos últimos meses de 2009 a Bahia tinha liderado a geração de empregos com carteira assinada em todo o Nordeste.

Além disso, as exportações voltaram ao mesmo nível anterior ao início da crise financeira mundial de 2009, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estava em curva ascendente, a construção civil vivenciava um verdadeiro boom e o agronegócio estava em alta. Essa era a face visível e o resultado concreto das políticas públicas implementadas pelo governo do Estado em alinhamento com os programas do governo Lula, principalmente na obtenção de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como enfatizava, à ocasião, o governador Jaques Wagner (2007 a 2014).

Essa sintonia favoreceu o desenvolvimento de projetos estruturantes, como a Via Expressa Baía de Todos os Santos, já iniciada em 2010, a Ferrovia Oeste-Leste, um grande porto em Ilhéus, além de um novo aeroporto, a recuperação da malha rodoviária estadual e da BR-324<sup>63</sup> e a duplicação da BR-116<sup>64</sup>. Políticas públicas

---

<sup>62</sup> Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2010/06/07/bahia-acelera-rumo-ao-crescimento/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

<sup>63</sup> Rodovia federal brasileira que começa em Balsas, Maranhão e termina em Salvador, Bahia.

<sup>64</sup> Rodovia longitudinal brasileira que tem início no município de Fortaleza, no estado do Ceará, e termina em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai.

de geração de renda, abastecimento de água e esgotamento sanitário, habitação, inclusão digital e educação, se desenvolviam no âmbito de programas como o Água para Todos, Casa da Gente e o Todos pela Alfabetização (Topa).

Para Jaques Wagner, o investimento no que poderia ser chamado de infraestrutura social, criaria mais empregos, geraria mais renda e o efeito final seria a dinamização da economia regional. “O que queremos é desenvolvimento econômico com inclusão social e respeito ao meio ambiente”, observava o então governador<sup>65</sup>. Na prática, isso significava a desconcentração dos investimentos e o fortalecimento das economias regionais.

Para 2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) previa que seriam gerados mais de 83 mil novos empregos formais na Bahia, dado que configuraria um cenário altamente favorável.

A estimativa é que aportassem na Bahia, naqueles próximos anos, capitais privados e estatais da ordem de R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 43 bilhões já contratados para obras incluídas no Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC). Todo o esforço empreendido pelo governo era, então, no sentido de integrar de maneira complementar as regiões produtoras do estado, que tem grande dimensão (área de 564.692,669 km<sup>2</sup>), resolvendo um dos grandes gargalos do desenvolvimento econômico: o escoamento da produção.

O agronegócio ganhava novas possibilidades de crescimento com a recuperação das estradas, energia e produção de grãos. Em 2009, a agropecuária movimentou R\$ 16,4 bilhões, numa demonstração clara de uma reação positiva frente aos efeitos da crise financeira mundial. A infraestrutura impulsionaria o estado a se tornar um importante polo exportador de carnes-bois, caprinos e aves-, além da existência de uma rede de frigoríficos que atenderia às exigências do mercado e ofereceria serviços de inspeção.

A produção de carne havia movimentado R\$ 2,4 bilhões em 2009 e, em 2010, o rebanho bovino baiano era o sexto do país (11 milhões de cabeças) e o caprino

---

<sup>65</sup> Fonte: Bahia acelera rumo ao crescimento. Matéria publicada pela Secretaria de Desenvolvimento econômico do Governo da Bahia, em 7 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2010/06/07/bahia-acelera-rumo-ao-crescimento/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

ocupava a primeira posição. A pecuária leiteira tinha sido objeto de investimento em tecnologia para melhoria das pastagens, aumentando a rentabilidade, atraindo investidores estrangeiros para a produção de laticínios.

A safra de algodão e grãos, cuja produção se concentra no Oeste baiano, somou 6,04 milhões de toneladas entre 2009 e 2010. Uma das metas do governo era implantar um polo de indústria têxtil, pois a Bahia é o segundo maior produtor de algodão nacional, embora o processamento aconteça fora do estado. A produção de biocombustíveis também tinha boas perspectivas como produto de exportação com a ampliação das unidades existentes.

A Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol) era considerada uma das principais obras de infraestrutura do Brasil. A previsão era de que a primeira etapa da construção da ferrovia estivesse concluída no primeiro semestre de 2011, a segunda no primeiro semestre de 2012 e toda a ferrovia até o final de 2012. O investimento previsto era de R\$ 6 bilhões.

Ilhéus foi planejado como o ponto final da ferrovia, que sai de Figueirópolis, no estado do Tocantins, e percorre 1,4 mil quilômetros até chegar ao mar, entrando na Bahia pelo município de São Desidério, na região Oeste. A Fiol também interligaria a Bahia a outros estados, pelo cruzamento com a Ferrovia Sul-Norte. A ferrovia fazia parte de um projeto que buscava unir o oceano Atlântico ao Pacífico, por meio de uma malha ferroviária.

Os trilhos da ferrovia fariam a conexão entre as duas áreas mais desenvolvidas da Bahia – o Oeste e o Litoral. Trinta mil novos postos de trabalho seriam criados já na fase de construção da Oeste-Leste, que surgia como uma alternativa de escoamento, a baixo custo, da produção do Centro-Oeste brasileiro pelo Porto Sul, e seria construído próximo ao município de Ilhéus.

A Oeste-Leste facilitaria o escoamento de grãos, minérios e biocombustíveis produzidos no oeste, sudoeste e sul do estado, além de se consolidar como uma alternativa ao escoamento da produção agroindustrial do centro-oeste brasileiro. Quanto à importação, a ferrovia foi planejada para transportar fertilizantes e derivados de petróleo do litoral para o oeste baiano.

O Porto Sul Bahia foi concebido para ser o mais novo sistema portuário do Brasil. O projeto se inseria dentro de um complexo logístico produtivo integrado que envolvia a Ferrovia da Integração Oeste-Leste, o novo Aeroporto Internacional de Ilhéus, uma área industrial nas imediações da BR-101, uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) e o Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene). Tudo isto formaria um grande polo gerador de riquezas e desenvolvimento para toda a região sul da Bahia.

O novo complexo do Porto Sul integraria um grande anel logístico que se configuraria numa solução para o atual gargalo existente nos portos baianos. O novo porto deveria servir como ponto privilegiado de entrada e saída de mercadorias, transformando Ilhéus e toda região sul numa ponte ligando o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil ao oeste e sudoeste baianos.

Quanto aos estaleiros e portos, importantes investimentos também estavam previstos para os portos e aeroportos do estado. Nesse contexto, um projeto que teria forte impacto na geração de emprego e na aplicação de novas tecnologias de produção seria a instalação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. As obras foram iniciadas no segundo semestre de 2010, representando um investimento de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, e deveriam ser concluídas em 2012.

O estaleiro teria capacidade para construir plataformas de petróleo e navios e criaria cerca de 7,9 mil empregos diretos e indiretos, sendo que 70% seria de mão-de-obra local. Na fase inicial, seriam contratados 3,9 mil trabalhadores e quatro mil na fase de operação. Para garantir o pleno funcionamento do estaleiro, o Governo do Estado da Bahia planejava realizar obras de infraestrutura, como construção e manutenção de rodovias, abastecimento de água e energia elétrica.

O aumento da capacidade de produção da fábrica de Camaçari, que hoje produz 250 mil veículos por ano, será de 50 mil veículos. O novo investimento da Ford no Brasil é o desenvolvimento de um novo veículo global a ser inteiramente desenvolvido no Centro de Engenharia de Camaçari, na Bahia.

No entanto, muitas das obras e investimentos planejados no âmbito do PAC não se tornaram realidade.

Embora tenha sido uma iniciativa ambiciosa com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil, o PAC priorizou a realização rápida de projetos de infraestrutura para alcançar metas numéricas, o que pode ter levado a uma ênfase maior na quantidade de empregos gerados em detrimento da qualidade desses empregos. Muitos dos empregos criados foram temporários, de baixa remuneração e sem garantias trabalhistas adequadas.

Além disso, alguns dos projetos do PAC tiveram impactos ambientais e sociais significativos, como o deslocamento de comunidades locais, destruição de habitats naturais e aumento da poluição. Embora tenham gerado empregos no curto prazo, esses projetos podem ter contribuído para problemas de longo prazo, como degradação ambiental e conflitos sociais.

A Operação Lava Jato resultou em atrasos e, até mesmo, na paralisação de várias obras do PAC devido às investigações e a necessidade de reformas nos contratos e processos de licitação. Isso teve impactos negativos na economia, incluindo a perda de empregos e o desaquecimento do setor de construção civil, dentre outros.

Muitas das obras do PAC foram deixadas incompletas ou abandonadas devido aos escândalos de corrupção e à crise econômica subsequente. Isso resultou em um legado de infraestrutura subutilizada ou deteriorada, representando um desperdício de recursos públicos e uma lacuna nas necessidades de desenvolvimento do país e contribuindo para um empobrecimento geral da população. De acordo com Costa (2017, p. 103):

As sucessivas crises do ano de 2014 abalaram profundamente as empresas relacionadas à Petrobras, principalmente àquelas que direta ou indiretamente estavam ligadas à exploração e/ou processamento de produtos relativos ao pré-sal. Todo o processo de fortalecimento das empresas nacionais e da inserção das mesmas como competidoras no mercado mundial, que vinham se desenvolvendo desde o início do projeto neodesenvolvimentista teve uma suspensão provisória, iniciando processos de demissões em massa em diversas obras do PAC (Costa, 2017, p. 103).

A paralisação de grandes obras como as do Comperj e, também, as do Estaleiro Enseada do Paraguaçu – que, de acordo com Silva (2015), desde junho de 2014 foi renomeado para Enseada – tornou-se um padrão no Brasil no período dos

anos de 2014 a 2018. Entre as razões para a paralisação, destacam-se o reajuste nas políticas de investimentos públicos, irregularidades nas obras, mudanças no cenário macroeconômico, instalações consideradas ilegais, e, principalmente, as investigações da Operação Lava Jato com as empresas contratadas para a realização dessas obras.

De acordo com publicação de outubro de 2019 da Agência Câmara de Notícias<sup>66</sup>, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em 2018 foram identificadas 14.403 obras paralisadas em todo o Brasil, e outras sofrendo grande atraso frente ao seu cronograma inicial, nas quais já foram gastos R\$ 70 bilhões. Contudo, o estudo aponta que ainda seriam necessários mais R\$ 40 bilhões para concluí-las. O relatório oficial de Impacto Econômico e Social da Paralisação das Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2018, p. 24) pondera:

Quais critérios possibilitam classificar uma obra como paralisada? A Caixa Econômica Federal (CEF) estabelece que, se em função do cronograma físico inicialmente contratado, a obra possui evolução inferior a 1% em um período de 90 dias, esta é definida como paralisada no Relatório de Acompanhamento de Empreendimento (RAE). Já de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), em diagnóstico divulgado em 2007, uma obra é tida como paralisada se não possui execução orçamentária há mais de um ano, mas ainda tem contrato vigente. Por fim, relatório de 2011 do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso definiu obra paralisada como aquela declarada como tal pelo gestor, com um ano ou mais sem medição, ou ainda com contrato rescindido e não concluída.

As obras paralisadas representam um brutal desperdício de recursos financeiros e humanos. Além dos investimentos diretos perdidos nas obras em si, há também impactos indiretos na cadeia produtiva, como fornecedores, trabalhadores da construção civil, da indústria naval e empresas ligadas aos projetos. Isso contribui para uma desaceleração econômica e aumento significativo do desemprego em larga escala.

---

<sup>66</sup> Livro aponta 14 mil obras públicas paradas; custo até agora é de R\$ 70 bi. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/599773-livro-aponta-14-mil-obras-publicas-paradas-custo-ate-agora-e-de-r-70-bi/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

### 3.2

#### **Estaleiro Enseada do Paraguaçu, o gigante que nunca andou!**

O Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP) apresentou, em 2014, uma nova marca e passou a se chamar Enseada Indústria Naval S.A.<sup>67</sup>. Instituída em 2012 para receber as demandas do pré-sal, a empresa composta pela Odebrecht, OAS, UTC e pela KHI (*Kawasaki Heavy Industries Ltd.*) foi projetada para atuar na construção e integração de unidades *offshore*, como plataformas, navios especializados e unidades de perfuração. O Estaleiro está localizado no município de Maragogipe (BA), porém atuava também no Estaleiro Inhaúma, situado no Rio de Janeiro, locado pela Petrobras em razão do contrato para conversão dos cascos de quatro navios em plataformas FPSOs (*Floating Production, Storage and Offloading*, em português, unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência). Em 2016, suas atividades foram encerradas, demitindo mais de 2,1 mil funcionários<sup>68</sup>.

Após realizar entrevista para esta pesquisa em agosto de 2021 com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial do Estado da Bahia (Sintepav – Bahia), foi informado que seria possível encontrar os trabalhadores demitidos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu no distrito de São Roque do Paraguaçu, um dos cinco distritos do município de Maragogipe, na Bahia, a fim de realizar algumas entrevistas para esta pesquisa.

---

<sup>67</sup> Contudo, para fins desta pesquisa, seguiremos denominando Enseada de Estaleiro Enseada do Paraguaçu que era designação utilizada quando as obras foram interrompidas.

<sup>68</sup> Estaleiro Inhaúma vai encerrar operações e demitir 2 mil. SINAVAL. Publicado em: 09/06/2016. Disponível em: <http://sinaval.org.br/2016/06/estaleiro-inhauma-vai-encerrar-operacoes-e-demitir-2-mil/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

**Figura 1****Fotografia publicada na rede social oficial do Sintepav**

Fonte: Instagram Sintepav-BA.

Sendo assim, no dia 23 de agosto de 2021, foi realizada uma visita ao distrito de São Roque do Paraguaçu, onde está situado o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, para averiguar a situação ocupacional dos trabalhadores demitidos. Vale ressaltar que o trajeto até São Roque foi bastante difícil, pois a estrada estava muito deteriorada, com enormes crateras. De acordo com Silva (2015, p. 24), “a constância de transportes com materiais de carga e descarga do Empreendimento Enseada Indústria Naval é a principal causa da atual condição da estrada”.

Ao chegar em São Roque do Paraguaçu, foi possível perceber que as ruas da cidade estavam extremamente vazias, muitos comércios fechados e imóveis com placas de locação. O intermediador para a entrevista com os trabalhadores sugerido pelo presidente do Sintepav não estava na cidade no dia em que a pesquisa foi realizada. Sendo assim, foi possível encontrar alguns poucos trabalhadores que estavam se deslocando pela cidade e se dispuseram a participar da entrevista, respondendo individualmente o questionário elaborado com um roteiro previamente preparado. A pesquisa também mostrou que o fluxo de circulação dos

trabalhadores demitidos do Estaleiro, por São Roque, é baixo devido aos deslocamentos para outras cidades e regiões em busca de trabalho.

Na ocasião, foram realizadas entrevistas com cinco trabalhadores demitidos do Estaleiro, e um trabalhador que se encontrava empregado no Estaleiro no momento da entrevista. Além disso, foi possível entrevistar a coordenadora da Juventude do município, que se prontificou em intermediar outras entrevistas com os trabalhadores demitidos de forma remota, tendo em vista o momento pandêmico que ainda ocorria na ocasião da pesquisa. Contudo, posteriormente, a coordenadora não respondeu os inúmeros contatos telefônicos e por mensagens de texto para que outras entrevistas pudessem ser realizadas para esta pesquisa.

O perfil dos trabalhadores será apresentado através de códigos alfanuméricos, conforme indicado no quadro 1, a seguir, a fim de assegurar o sigilo quanto à identidade dos trabalhadores entrevistados. A sigla TDE, criada para representá-los, corresponde a Trabalhador Demitido do Estaleiro. A numeração foi feita conforme a ordem das entrevistas.

**Quadro 1**  
**Identificação dos trabalhadores entrevistados**

Identificação	Origem	Escolaridade	Idade	Função exercida no Estaleiro	Trajetória ocupacional
TDE1	São Roque do Paraguaçu	Ensino fundamental completo	48	Auxiliar de tubulação	Vigia Pesca Encanador Ajudante de soldador Desempregado Lixador Barqueiro Auxiliar de <i>rigger</i> <sup>69</sup>
TDE2	Salvador/BA	Ensino fundamental completo	40	Soldador	Desempregado Ultrassonista (técnico de sonda) Vice-prefeito de São Roque do Paraguaçu
TDE3	Salinas/BA	Ensino médio completo	48	Apropriador de obras <sup>70</sup>	Comércio familiar Auxiliar de plataforma Desempregado

<sup>69</sup> O trabalho de um auxiliar de *rigger* está relacionado a análise das características da carga, planejamento da movimentação, seleção do equipamento adequado, instalação de cabos, laços e outros dispositivos de segurança, e supervisão da operação de movimentação da carga.

<sup>70</sup> Responsável por integrar os trabalhos no canteiro de obras e fiscalizar os materiais que chegam.

					Operador de guindaste
TDE4	São Roque do Paraguaçu	Ensino fundamental completo	41	Encarregado de solda	Pintura Desempregado Pesca Encarregado de solda
TDE5	São Roque do Paraguaçu	Ensino médio incompleto	38	Meio oficial <sup>71</sup>	Lixador Movimentação de carga Desempregado

Fonte: pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

O Estaleiro Enseada do Paraguaçu está situado na Reserva Extrativista Baía de Iguape, no município de Maragogipe, a cerca de 150 km de Salvador. O Estaleiro foi construído numa pequena parte do terreno de 1,6 milhões de metros quadrados e, desse total, existe 300 mil m<sup>2</sup> de reserva ambiental. Segundo Costa (2017), a Baía do Iguape é a área mais preservada da Baía de Todos os Santos, com quase 8.117,53 hectares, sendo 2.831,24 hectares em manguezais e 5.286,29 hectares de águas internas.

Pereira (2014) revela que o nome Maragogipe deriva do extenso grupo indígena que comandava a região os *Marag-gyp*, antes da chegada dos portugueses, e que tinham sido “atraídos pela facilidade de acesso de embarcações e fertilidade do solo” (Pereira, 2014, p.26). A fundação do município ocorreu em 1640, em 1725 o distrito foi transformado em vila e, em 1850, em cidade. Conforme o último censo do IBGE, de 2022<sup>72</sup>, o município tem uma população de 35.859 pessoas. Essa mesma pesquisa revelou que só 5,18% da população estava ocupada em 2021. A figura 2, a seguir, mostra a área onde está situado o Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

<sup>71</sup> É responsável por cuidar da manutenção, limpeza, e conservação do local de trabalho. Guarda e controla todo material, aparelhos e equipamentos sob sua responsabilidade. Auxilia na conservação de edificações e equipamentos em geral.

<sup>72</sup> IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/maragogipe/panorama>. Acesso em: 15 mar. 2024.

**Figura 2**  
Estaleiro Enseada do Paraguaçu



Fonte: Google Earth, 2024

De acordo com Pereira (2014, p. 32), na área onde o Estaleiro Enseada do Paraguaçu foi implantado “eram desenvolvidas várias atividades como agricultura, coleta de frutos e principalmente como caminho de deslocamento a regiões de manguezais para mariscagem”. Segundo o autor, as intervenções do Estaleiro Enseada do Paraguaçu acarretaram diversas mudanças, tanto no âmbito social quanto ambiental. Neste último, as ações fomentadas para a operacionalização do Estaleiro provocaram transtornos à população da região, desde a sua etapa inicial de implantação.

A paisagem logo foi transformada, a partir de várias atividades impactantes dentre elas a supressão da vegetação para consolidação das fundações, sendo necessário o desmatamento de uma extensa área onde abrigava grande potencial de biodiversidade vegetal e animal (Pereira, 2014, p.47).

A Reserva Extrativista Marinha (Resex) da Baía do Iguape foi criada na época do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), através do decreto

federal<sup>73</sup> s/n de 11 de agosto de 2000, abrangendo os municípios baianos de Maragogipe e Cachoeira. De acordo com o Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2020)<sup>74</sup>, a criação da Resex pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi um mecanismo para tentar coibir o avanço de atividades econômicas que prejudicavam o ecossistema local. Entretanto, os limites da Resex foram modificados através de uma manobra parlamentar, via Medida Provisória n. 462/2009, a fim de garantir a instalação do Estaleiro, lesando inúmeras famílias quilombolas<sup>75</sup>, marisqueiras e de pescadores/as artesanais.

Em consequência desta mudança, ao reduzir os limites de águas interiores à reserva, a área de pesca e mariscagem das comunidades foi também reduzida. Ainda de acordo com o MPF, a alteração nos limites não implicou somente na transformação da condição sócio territorial das comunidades locais, mas, consequentemente, com a instalação do estaleiro, houve supressão de vegetação nativa, aterramento de mangue, dragagem do estuário para aprofundamento do calado de atracação, emissão de efluentes líquidos (esgoto) e de resíduos sólidos decorrentes do desmatamento, impactos nos crustáceos, remoção da biota marinha, alteração da dinâmica das marés, diminuição da qualidade da água e erosão das margens do rio (Fiocruz, 2020).

Na entrevista com a coordenadora da Juventude do distrito de São Roque do Paraguaçu, ao relatar o descaso do Estaleiro com os trabalhadores demitidos, ela ressalta a ausência de uma cooperativa de pescadores, o que dificulta a venda de quem pesca.

Se pegar duzentos quilos de peixe, o pescador tem que chegar em casa e ainda tem que buscar vender, porque não tem uma cooperativa, porque não tem ninguém que

<sup>73</sup> Decreto de 11 de agosto de 2000. Cria a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguaçu, nos Municípios de Maragogipe e Cachoeira, Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/2000/dnn8999.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/dnn8999.htm). Acesso em: 16 mar.2024.

<sup>74</sup> Quilombolas e comunidades tradicionais lutam contra prejuízos causados por UHE Pedra do Cavalo. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/quilombolas-e-comunidades-tradicionais-lutam-contraprejuizos-causados-por-barragem/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

<sup>75</sup> De acordo com o Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da Fiocruz (2020), o território quilombola de São Francisco do Paraguaçu, está situado no município de Cachoeira, na região do Recôncavo Baiano, e é formado por cerca de 350 famílias, que se dedicam à agricultura de subsistência, pesca, extrativismo da piaçava e mariscagem, sendo reconhecido, desde junho de 2005, como remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares (FCP ou Fundação Palmares), órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Este território também está inserido na Reserva Extrativista (Resex) do Iguaçu criada por decreto federal, em 11 de agosto de 2000.

lhe assegure, não tem nada ou você sai pelas portas aqui pra ver quem quer, né? E se não vender no dia, tem que baixar o preço no outro pra não perder. O estaleiro precisa ter a responsabilidade dentro do distrito de cuidar dessas pessoas porque muita gente perdeu a pesca por causa dessa construção porque ali era uma reserva ambiental. Então é uma via de mão dupla, tem que ser né? (Coordenadora da Juventude de São Roque do Paraguaçu, 2021).

A vinda do Estaleiro para São Roque do Paraguaçu ocorreu em 2012, contudo, o debate para a sua estruturação teve início anteriormente, no ano de 2007, quando se descobre importantes reservas de pré-sal, e os estados brasileiros pleitearam sua alocação. Foi quando São Roque do Paraguaçu venceu a disputa, tendo em vista que já possuía um canteiro para construção e reformas de plataformas da Petrobras, onde haviam sido construídas as plataformas P-59 e P-60, o que assegurou uma certa especialização da mão de obra local. A figura 3, a seguir, mostra os investimentos proporcionados pelo PAC 2 na Bahia no relatório do PAC divulgado em 2013.

**Figura 3**  
**Estudos geológicos do PAC 2, em 2013**

Em outubro de 2014, o estaleiro recebeu a Licença de Operação (LO), cedida pelo Ibama para começar a fabricação de navios-sonda para a Petrobras. O Estaleiro Enseada do Paraguaçu era controlado pela empresa japonesa *Kawasaki Heavy Industries* (30%) e a EPP tem 70% das participações, das quais as empresas Odebrecht, OAS e UTC dividem entre si as participações no negócio.

Em fevereiro de 2015, entretanto, o Consórcio Estaleiro Paraguaçu (CEP) divulgou a interrupção das atividades nas obras (82% concluídas), alegando crise na indústria naval, devido às investigações de empreiteiras envolvidas na construção pela Operação Lava-Jato. Tendo em vista que as três empreiteiras estavam sendo investigadas pela força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF), que resultou também numa crise na Petrobras, sua principal cliente, o Estaleiro, parou de operar. Na ocasião, mais de 2 mil funcionários foram demitidos em um período de quatro meses.

Ter que demitir tantos pais de família, mãe de família. Foi doloroso, né? O diretor a estar anunciando. Quinhentos hoje, trezentos amanhã. E ver as pessoas que estavam construindo uma casa, fazendo uma faculdade, ter que interromper seus sonhos de maneira drástica é muito triste (Trabalhador do Estaleiro, 2021).

Em 2020, o Estaleiro Enseada foi considerado o maior e mais moderno estaleiro do Brasil. Abrangendo uma área de 1.600.000 m<sup>2</sup> situado de forma estratégica às margens do Rio Paraguaçu, na Bahia, recebeu investimentos de R\$ 2,6 bilhões na implantação, e em seu contrato inicial tinha a produção de seis navios-sonda que seriam utilizados na perfuração de poços da Petrobras, empregando cerca de 7.500 mil trabalhadores diretos no pico das obras. O parque industrial foi idealizado para a fabricação de embarcações de alto valor agregado, como as sondas para exploração do pré-sal. No total, o Estaleiro construiria seis navios-sonda até 2020, num contrato de US\$ 4,8 bilhões com a Sete Brasil, empresa que detinha os contratos de construção de navios.

Erigido pelo consórcio Odebrecht, Kawasaki, OAS e UTC, o EPP começou a paralisar suas obras em 2014, após três das empresas, com exceção da japonesa, serem denunciadas na investigação da Lava Jato, juntamente com a empresa Sete

Brasil, em uma crise que paralisou o estaleiro, provocando demissões em massa. Com sérias dificuldades financeiras, a empresa descontinuou o repasse monetário ao Estaleiro, além de cortes nos financiamentos bancários. De novembro de 2014 a maio de 2015, cerca de 6,6 mil pessoas foram demitidas do Estaleiro.

Em outubro de 2019, a Enseada Indústria Naval S.A. e sua acionista controladora, a Enseada Indústria Naval Participações S.A., protocolaram conjuntamente o pedido de recuperação judicial das companhias, baseados na lei federal nº 11.101/2005 (Lei de Recuperações e Falência). A petição ajuizada contempla R\$ 2,3 bilhões de créditos concursais.

Esperava-se que o Estaleiro estivesse empregando 5,8 mil trabalhadores, sendo 3 mil na construção da obra e 2,8 mil na parte industrial. E, à medida que a obra fosse sendo concluída, o quantitativo de trabalhadores seria realocado na operação e manutenção do Estaleiro. Contudo, quando essa pesquisa foi realizada, em agosto de 2021, o Estaleiro se encontrava em um processo de hibernação e manutenção dos equipamentos para impedir danos e aumentar o tempo de garantia das peças. Atualmente, com a operação limitada a menos de 15% da área do complexo industrial, apenas 200 trabalhadores atuam no local, atuando na manutenção de equipamentos e exportação de minérios.

**Figura 4**  
**Estrutura sem uso enferrujada no distrito de São Roque**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal da pesquisadora, 2021.

Máquinas foram acondicionadas com plásticos ou caixas de madeira. Estruturas como trilhos foram protegidas com brita. Contudo, existem equipamentos que não tem o que ser feito, como o guindaste *Goliath*, que é um super guindaste de 150 metros de altura (equivalente a 50 andares), com capacidade para içar 1.800 toneladas. Ele foi estimado como o maior da América Latina, e demorou um ano para ser montado, o que exigiu o trabalho de 300 pessoas, das quais havia cinco com nacionalidades diferentes. Estava na fase de soldagem e testes quando foi totalmente parado. Nas palavras do trabalhador atual do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (2021), “o *Goliath* é o guindaste gigante que está parado. É o gigante que nunca andou. Um gigante que nunca andou. Nunca pegou um megabloco, nunca pegou nada!”

A figura 5, a seguir, mostra o guindaste Goliath.

**Figura 5**  
**Goliath – O maior guindaste do país**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal da pesquisadora, 2021.

Em razão da falta de encomendas, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu vem sendo utilizado como terminal portuário, segundo a entrevista realizada com um trabalhador do Estaleiro que, apesar de ser caldeireiro, havia sido contratado para trabalhar na área de suprimento, na parte de almoxarifado. Nas palavras do trabalhador:

No projeto inicial, tínhamos um contrato com fabricação de sete navios. Tínhamos um consórcio, né? A empresa que estava no consórcio era a chinesa Kawasaki. O primeiro navio casco já estava pronto batizado de Pituba lá no Japão. E devido a paralisação, a Lava Jato, a gente perde essas encomendas de navio e aí ficou muito complicado pra gente. Então mudou completamente, a gente tinha a expectativa até dois mil e vinte e três, vinte e quatro está entregando esses navios, a indústria estava

na época bastante aquecida, a gente tinha aí na faixa de sete a mil pessoas trabalhando, diretamente, e indiretamente trazendo muita economia pra nossa região (Trabalhador do Estaleiro, 2021).

De acordo com o trabalhador do Estaleiro, as atividades de fabricação de navios estavam paralisadas na época e o funcionamento do Estaleiro consistia na exportação de ferro para o exterior.

Hoje o negócio mesmo da Enseada aqui é minério, pra sobreviver, pra gerar projeção pra que futuramente, a indústria aqueça e eles tornem a sonhar alto que é voltar a fabricar navio. Então existe essa esperança tanto que até o minério não gera muitas vagas de emprego, mas já tem terceirizados aqui, já conseguiu contratar mais pessoas da região, amenizar um pouco mais o impacto, mas os impactos ainda estão aí, na comunidade você percebeu (Trabalhador do Estaleiro, 2021).

Segundo as entrevistas realizadas, foi possível perceber que, tendo em vista a celeridade com que ocorreram as interrupções das obras, os trabalhadores dormiram em um sonho e acordaram em um pesadelo<sup>76</sup>.

Aqui no estaleiro, como eu falei, passaram pra mim que seria que nós iríamos se aposentar, que o serviço nunca ia terminar, nunca ia encerrar. Aí com três meses nós tivemos uma notícia que o estaleiro ia ter que parar. Foi muito pai de família chorando, ainda me lembro disso, muitos pais de família chorando, né, pedindo a Deus misericórdia (TDE 1, 2021).

Costa (2017), ao fazer uma análise sobre o prestígio que os trabalhadores sentiam por trabalhar no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, aponta que se fazia presente, entre os trabalhadores, um sentimento de status ao usar o uniforme laranja. Segundo a autora, os trabalhadores externavam orgulho em usar a “farda laranja” pois trazia um sentimento de pertença à empresa que havia trazido (ainda que temporariamente) prosperidade para a região.

Ao passar pelas casas onde moravam os empregados das obras, viam-se algumas fardas penduradas nos varais. Ainda na condição de roupa e do corpo ausente, ela demarcava posição. Além de atribuir prestígio e valorização, a farda oferecia vantagens como acesso a compras em mercadinhos de São Roque, materiais de

---

<sup>76</sup> O rumo do estaleiro: com 82% das obras concluídas, empreendimento está empacotando e guardando equipamentos para evitar danos. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/economia/sonhos-interrompidos-lava-jato-estaleiro-bahia/estaleiro.php> Acesso em: 21 mar. 2024.

construção, farmácias, sem necessidade de comprovação de renda, através do sistema de “fiado” (Costa, 2017, p. 66).

**Figura 6**  
**Trabalhadores do Estaleiro Enseada do Paraguaçu**



Fonte: Jornal Grande Bahia, 2014.

A esperança de uma melhora de vida parecia ser quase que garantida pela presença do Estaleiro na região. Segundo Costa (2017), a vinda do Estaleiro e os planos provenientes do PAC levavam a crer que o tão sonhado desenvolvimento estava muito perto da população local. “O início do empreendimento deu às populações dos distritos a esperança de estabilidade no emprego, a segurança financeira, a expectativas de viver mais e melhor” (Costa, 2017, p. 98).

A pesquisa mostrou que todos os trabalhadores entrevistados verbalizaram o quanto estavam satisfeitos com o trabalho no Estaleiro. Unanimemente reafirmaram que era um canteiro de obras que havia possibilitado o desenvolvimento econômico pessoal e da região: “Quando fazia umas horas extras, chegava até tirar seis mil reais” (TDE 2, 2021).

Na fala de todos os entrevistados era nítida a esperança de que o canteiro de obras do Estaleiro asseguraria a promessa de empregabilidade duradoura para gerações futuras. “A gente tinha aquele sonho, a gente, quando ia pra integração da empresa, diziam assim, pode jogar carteira de trabalho fora porque vai ser obra pro resto da vida. E, de repente, você vê o mundo desmoronar, né” (TDE 4, 2021).

De acordo com a revista Grandes Construções (2012), ao atingir plena operação, o Estaleiro iria processar 36 mil toneladas de aço por ano. A previsão era a criação de três mil empregos diretos durante a construção, cinco mil após a operação, além de 10 mil empregos indiretos gerados com o empreendimento. “Só que quando veio a Lava Jato, a gente acabou. Acabou as atividades. Quando começou a demissão em massa era a duzentos, trezentas, quatrocentas pessoas. Por dia! Totalizando assim sete mil. Sete mil pessoas” (Trabalhador do Estaleiro, 2021).

Santana e Santana (2020), que realizaram um estudo sobre os impactos da paralisação das obras no Estaleiro, afirmam que “uma vez que as obras foram interrompidas, o projeto – cuja chegada prometia revolucionar a realidade dos maragogipanos – deixou a população desolada e cheia de dívidas” (Santana; Santana, 2020, p.120).

A Operação lava jato foi desastrosa. Eu atribuo a toda essa recessão que a gente vive no país, eu atribuo a operação Lava Jato. Uma iniciativa de um juiz que, por um momento para o país, ele foi um herói, na esperança que colocaria o Brasil a limpo e depois a gente viu o resultado desastroso. Na verdade, ali tinha endereço certo, não era o paladino da moralidade e, sim, visando coisas futuras (Presidente do Sintepav, 2021).

Com a brusca queda do preço do petróleo no mercado internacional após a Petrobras interromper seus contratos com empresas citadas na Operação Lava Jato, as exportações da Petrobras e o planejamento de investir no pré-sal foram extremamente prejudicados. Costa (2017) aponta que isso ressoou sobre os investimentos no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, visto que sua principal função, naquele momento, era a fabricação de navios para a exploração do pré-sal.

A referida autora mostra que uma das principais ações que ocorreram após a suspensão dos contratos entre a Petrobras e o Consórcio EEP foi a expressiva diminuição da quantidade de funcionários, acarretando demissões em massa de

trabalhadores. O que não ocorreu sem a mobilização desses trabalhadores, os quais, no dia 11 de dezembro de 2014, realizaram uma caminhada em Salvador, com mais de mil trabalhadores do empreendimento, lutando para garantir a continuidade das obras no estaleiro.

Na ocasião, o atual presidente do sindicato era o vice-presidente, mas afirmou que acompanhou de perto todo o processo. Segundo o presidente do Sintepav (2021):

Nas demissões, acompanhamos passo a passo, procuramos o Tribunal Regional da 5ª região de Salvador, fizemos ação de medida cautelar pra assegurar todas as rescisões contratuais. Tivemos uma audiência de conciliação no Ministério Público do Trabalho, e conseguimos garantir que parte dos recursos que a empresa ainda tinha fosse pra destinar pras rescisões contratuais. Nenhum trabalhador ficou sem receber. Mas parte dos fornecedores ficou sem receber.

A pesquisa mostrou que, após esse período de demissões em massa, ocorreu um grande esvaziamento na região. Muitos trabalhadores desempregados buscaram trabalhar na pesca e outros migraram para outras regiões em busca de trabalho. A seguir, algumas das falas dos trabalhadores sobre o momento pós demissão:

Com a parada do estaleiro tive que sair de casa, me afastar da família pra ir trabalhar fora. Trabalhei em São Paulo na área de tubulação (TDE 5, 2021).

Foi uma mudança muito triste, né? Que muita gente voltou a fazer o que era antes de antes, né? Pescar. Eu mesmo passei a pescar uns dias, depois eu comecei a exercer a função de pedreiro, comecei a trabalhar de pedreiro e outros, mas não tem outra coisa pra fazer, tem que pescar mesmo. Algumas pessoas que não têm também como ir pescar e fica fazendo serviço de capinagem, roçagem no quintal das pessoas. E não é certo, né? É quando tem, né? É quando tem. Aí fica à mercê (TDE 1, 2021).

Hoje eu estou avulso. Avulso. Então, conforme eles precisam, chama. Estou parado. Estou vivendo de bico, maré... Quando tem alguma coisa de pintura, eu vou e faço, mas é mais maré, pescando de que outras atividades. Eu trabalhei no Rio de Janeiro, trabalhei na CSA. Trabalhei no Pará. Trabalhei no Maranhão. Trabalhei em Minas. E trabalhei São Paulo na maioria encarregada de solda (TDE 4, 2021).

Foi um impacto muito grande pra gente financeiramente. Depois disso consegui trabalhando, ficando longe da família, em outro estado. Minas, Curitiba. Agora eu trabalho pela prefeitura, sou nomeado, e a prefeitura não assina a carteira, né. Eu só ganho o que recebo no mês, e quando sair não vou ter os direitos de quem tem carteira assinada. Também tem esse lado né, esse impacto (TDE 2, 2021).

Antunes (2011), ao analisar os padrões de informalidade, revela um aumento considerável de ocupações sujeitas a contratos temporários sucessivos, carentes de estabilidade e registro formal, seja dentro ou fora dos estabelecimentos empresariais. Isso ocorre tanto em ocupações de natureza instável ou temporária, quanto na condição de desemprego. O referido autor argumenta que estamos diante de uma forma de destrutividade que se manifesta de maneira intensa ao descartar e tornar ainda mais dispensável uma parcela significativa da força de trabalho global, na qual milhões de pessoas se encontram envolvidas em empregos parciais, precários, na informalidade ou simplesmente desempregadas. Isso ocorre à medida que o capital promove cada vez mais a substituição de empregos estáveis por empregos precários. Antunes (2011, p. 418) sinaliza:

Assim, nesse universo categorial e analítico, poder-se-ia concluir acrescentando que a flexibilização e a informalização da força de trabalho são caminhos seguros, utilizados pela engenharia do capital, para arquitetar e ampliar a intensificação, a exploração e, *last but not least*, a precarização estrutural do trabalho em escala global.

Essa dinâmica tem repercussões significativas no entorno social e econômico. A ampliação do trabalho precário e informal contribui para o aumento da insegurança econômica e social, afetando não apenas os trabalhadores diretamente envolvidos, mas também suas famílias e comunidades. A falta de estabilidade no emprego dificulta o planejamento financeiro e reduz os recursos para a reprodução da força de trabalho, levando a condições de vida ainda mais precárias e incertas. Além disso, a crescente informalidade pode minar os direitos trabalhistas e a proteção social, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores a abusos e exploração.

Ao realizar o estudo sobre o período subsequente a 2014, Costa (2017) reflete como a região nos entornos do Estaleiro reagiu à paralisação das obras. Os trabalhadores que, com a chegada do Estaleiro, tiveram impactos em suas atividades tradicionais de pesca, agora tentavam permanecer no Recôncavo sob uma atmosfera de instabilidade e desalento:

As fardas, antes motivo de orgulho, estavam se decompondo e perdendo ação. Partes delas circulavam pelas ruas. Uns usavam as calças, outros as camisas. As calças viravam shorts, os shorts panos de chão. Assim como a praça, aqueles elementos que antes simbolizavam a chegada do progresso, agora mostravam a decadência e a morte ainda na infância do tão sonhado desenvolvimento (Costa, 2017, p. 118).

Assim como foi visto no Comperj, a população local, sobretudo no distrito de São Roque do Paraguaçu, investiu em estabelecimentos locais na esperança do desenvolvimento para a região, em razão da chegada do Estaleiro. Com a paralisação das obras, a região foi austeramente prejudicada. A exposição dos entrevistados, a seguir, ratifica essa análise:

A partir da Lava jato começamos a perder a mão de obra desde quem servia cafezinho até gerente, soldadores, carpinteiros, eletricitas, caldeireiros, ajudantes. Era um canteiro de obras que era muito importante. Vários investimentos na área hoteleira. Um clube com duas piscinas olímpicas. Ninguém imaginava que perderíamos aquilo tão rápido antes da conclusão. Faltava pouco pra construir os navios. Terminando o empreendimento e já começavam a construção dos navios. Quatro cascos de navios já tinham garantidos. Fora as plataformas pra reformas. (Presidente do Sintepav, 2021).

No pico da obra tinham uns sete mil e quinhentos funcionários. Então o impacto foi muito grande pra nossa cidade aqui, pro nosso distrito de São Roque, a cidade em si. Porque a gente vê a economia caindo bastante. Porque não atingia só o distrito de São Roque, mas todo o Recôncavo. A gente vê, hoje, São Roque quase uma cidade fantasma (TDE 2, 2021).

A população investiu em mercados, investiu em pousada. Em pousada. E parou tudo. Aí está tudo parado e estamos nessa né? Cidade fantasma, né. Os trabalhadores daqui alguns conseguiram optar pra fora, né? Tem amizade, conseguiram ir pra fora trabalhar. Estão conseguindo de renda que está nos ajudando. Vem chega aqui e compra aqui e está construindo casa e ajuda os daqui já chama o trabalhador pra ir pra construir e aquela coisa né? (TDE 1, 2021).

Hoje sou autônomo, recebo bem menos do que recebia lá. Teve um impacto muito grande no Recôncavo. Foram muitos trabalhadores demitidos, né. O comércio sente, pessoas que fizeram o investimento em pousada, em hotel, ou venderam ou construíram algum imóvel pra alugar e acabou chegando nesse ponto aí que chegou o estaleiro e a cidade aí sentiu muito o impacto (TDE 3, 2021).

No período em que as entrevistas foram realizadas, em 2021, a cidade de São Roque do Paraguaçu estava deserta. As ruas completamente vazias e os comércios fechados. Foi possível ver placas de locação de imóveis e de estabelecimentos

comerciais. O empobrecimento da região podia ser facilmente percebido, como se pode observar nas figuras 16, 17 e 18, apresentadas a seguir.

**Figura 7**  
**Pousada e restaurante fechados - São Roque, BA, 2021**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal da pesquisadora, 2021.

**Figura 8**  
**Estabelecimento comercial e pousada fechados - São Roque, BA, 2021**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal da pesquisadora, 2021.

**Figura 9**  
**A praça da cidade completamente vazia - São Roque, BA, 2021**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal da pesquisadora, 2021.

Outro importante agravante foi o período de pandemia de covid-19, no qual muitos trabalhadores ficaram impossibilitados de migrar para outras regiões em busca de trabalho, além de não conseguirem vender o que obtinham da pesca. Antunes (2022, p. 33) reflete que:

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na inter-relação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, o empobrecimento e a miserabilidade da classe trabalhadora em escala global vêm se ampliando significativamente.

De acordo com Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI),<sup>77</sup> a pandemia desencadeou o recorde de desemprego na Bahia, ao atingir 20,7% no terceiro trimestre de 2020, liderando o ranking do país. A taxa de desocupação se tornou a maior taxa para a Bahia desde o início da série histórica da PNAD Contínua Trimestral, em 2012, considerando o mercado de trabalho amplo, compreendendo trabalhadores informais também.

A pandemia foi um desastre. Muitas pessoas tiveram que deixar o seu trabalho, fechar o seu estabelecimento. Devido à pandemia e a fonte de renda vem de onde? Como é que a pessoa vai se alimentar? (TDE 1, 2021).

Com a pandemia, o que estava ruim, piorou. Porque até pra vender um marisco, se deslocar daqui pra cidade vizinha ficou muito difícil essa locomoção de transporte, de não poder entrar em outra cidade. A pandemia contribuiu muito pras dificuldades na vida das pessoas (TDE 2, 2021).

Antes do estaleiro eu trabalhava no comércio de meu pai, depois trabalhei na área de petróleo, Rio Grande do Norte, Vitória do Espírito Santo, Bacia de Camamu. Eu era auxiliar de plataforma. Fiz o curso de operador de guindaste, fiz o curso de platformista, mas com tempo, a empresa faliu, que prestava serviço à Petrobras dentro da plataforma. Depois fiquei desempregado e vendi o terreno que tinha pra me manter. Com a pandemia a economia da cidade piorou muito, muito, muito. As pessoas não saíam com medo de contaminação. Os comércios começaram a fechar, começou a demitir as pessoas (TDE 3, 2021).

A pandemia afetou bastante! Hoje a gente pode dizer que tem que ir pra longe, né. Mas hoje eu não vou, eu fui botei minha vida em risco peguei a covid fora de casa,

<sup>77</sup> Desemprego na Bahia cresce devido a pandemia da covid-19 apesar da melhora no emprego formal. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3342:desemprego-na-bahia-cresce-devido-a-pandemia-da-covid-19-apesar-da-melhora-no-emprego-formal&catid=10&Itemid=555&lang=pt](https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3342:desemprego-na-bahia-cresce-devido-a-pandemia-da-covid-19-apesar-da-melhora-no-emprego-formal&catid=10&Itemid=555&lang=pt) Acesso em: 22 mar.2024

entendeu? Passei dezoito dias ruim aí assim que eu fiquei bom pedi pra voltar pra casa (TDE 4, 2021).

Com a pandemia tudo piorou. Com as seleções, tinha que ficar tantos dias de quarentena pra fichar (TDE 5, 2021).

De acordo com o presidente do Sintepav (2021), houve um “enfraquecimento muito grande da região. E de lá pra cá não houve nenhum outro empreendimento que pudesse absorver essa mão de obra”. No período em que foram realizadas as entrevistas para a pesquisa, em agosto de 2021, havia a esperança de empregabilidade com a construção de uma ponte que ligaria Salvador a Itaparica. Conforme o trabalhador entrevistado:

Então estamos aí com a expectativa de a gente começar a suspirar aí com essa situação que está para acontecer, né? Segundo as pessoas aí responsáveis, vai retomar alguma contratação aqui no nosso distrito de São Roque. Não é concreto ainda, mas existe a especulação de retornar aqui em São Roque, fazer os módulos, os pré-moldados, da ponte Salvador-Itaparica. A expectativa é que seja aqui no canteiro de São Roque do Paraguaçu pra fazer esses pré-moldados da ponte (Trabalhador do Estaleiro, 2021).

Contudo, de acordo com a página oficial da Ponte Salvador-Itaparica<sup>78</sup>, em fevereiro de 2024 iniciaram o serviço de sondagem na capital. Foi realizada uma perfuração para coleta de amostras do solo em uma área próxima ao terminal do *ferryboat*<sup>79</sup>. A Concessão Sistema Rodoviário Salvador-Ilha de Itaparica é composta por dois grandes grupos chineses, *China Railway 20th Bureau Group Corporation* (CRCC20) e *China Communications Construction Company* (CCCC). Enquanto as empresas busquem compreender as características do terreno e definir a fundação da estrutura, os trabalhadores demitidos do Estaleiro seguem ansiando por novas contratações. Conforme a publicação, os canteiros de obras começarão a

<sup>78</sup> Sondagem da Ponte Salvador-Itaparica é iniciada na capital baiana. Publicada em 21 fev. 2024. Disponível em: <https://pontesalvadoritaparica.com.br/noticias/sondagem-da-ponte-salvador-itaparica-e-iniciada-na-capital-baiana/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

<sup>79</sup> Trata-se de uma embarcação de fundo raso, com pequeno calado, projetada para operar em proximidade às margens e em águas pouco profundas, apresentando uma grande abertura na parte frontal, frequentemente empregada para o transporte de veículos. Embora o termo "ferryboat" seja de origem inglesa, é amplamente difundido. Existe também a versão aportuguesada "ferribote", porém é pouco comum.

ser mobilizados no início de 2025, com a expectativa de geração de sete mil empregos.

Durante as entrevistas realizadas, os trabalhadores evidenciaram que ainda esperam a retomada das obras no Estaleiro. Seguem esperando que a “terra do já teve” (coordenadora da Juventude, 2021) tenha de fato algo concreto e real para acreditar. “Eu acredito na retomada do estaleiro” (TDE 5, 2021). Na ocasião em que a pesquisa de campo foi realizada, o presidente do Sintepav (2021) relatou sobre o Estaleiro: “hoje, lá, o mato tomou conta. Uma parte ainda está preservada, mas tubulações já estão depreciadas, requer muito recurso pra que volte a metade do que era antes”.

Mais de dois anos e meio depois de as entrevistas na região terem sido realizadas, alguns questionamentos seguem: quando voltarão as obras no canteiro do Enseada? É possível ainda ter esperança? Segundo as informações divulgadas em novembro de 2023 no jornal Folha de Pernambuco<sup>80</sup>, está prevista no Plano Estratégico (2023-2027) da Petrobras e incluída no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3), a construção de 25 navios petroleiros e descomissionamento de 26 plataformas obsoletas. Segundo a matéria, há uma articulação entre a Petrobras e Transpetro para que as obras retornem neste ano de 2024 com a produção de novas embarcações para o transporte de combustíveis e outras finalidades, com a promessa de gerar centenas e até milhares de empregos.

Enquanto isso, o Estaleiro segue sendo usado para escoar minério, realizando atividades de exportação de minério para o exterior. As últimas notícias sobre as atividades no Estaleiro, de acordo com a página da Enseada Navegando Juntos<sup>81</sup>, é que em 24 de fevereiro de 2024 o navio Supramax MV Thor Caliber deixou o Enseada com calado de 11,09 metros com destino à Europa, carregando 47.300 toneladas de minério de ferro do cliente Tombador Iron. De acordo com o trabalhador do Estaleiro entrevistado na ocasião da pesquisa, “seriam mais ou

<sup>80</sup> Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/movimento-economico/estaleiros-no-brasil-encomendas-do-pac-3-garantem-nova/287064/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

<sup>81</sup> Publicado em: 27/02/2024. Disponível em: <https://www.enseada.com/2024/02/27/no-dia-24-de-fevereiro-o-navio-supramax-mv-thor-caliber-deixou-o-enseada-com-calado-de-11-09-metros-com-destino-a-europa-carregando-47-300-t-de-minerio-de-ferro-do-cliente-tombador-iron/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

menos cem pessoas nesse escoamento de minério e uns trinta no EP, exatamente em torno de cento e quarenta pessoas pra sete mil do que tínhamos antes” (Trabalhador do Estaleiro, 2021).

Você sabe que hoje só está fazendo exportação de minério. A expectativa é de fazer dois navios, mas por enquanto é só conversa, não tem nada concreto ainda. Esperar em Deus que isso venha se realizar pra gente voltar a nossa economia da nossa cidade. A nossa economia está muito precária. As pessoas não têm nem o que fazer. Não é porque não quer, é porque não tem. Aqui vive-se mais da pesca artesanal. A gente tem um projeto pra venha ter uma cooperativa aqui, o pescador chegar com seu peixe e vender diretamente, que a gente tem essa dificuldade também. Tem as marisqueiras também que pega suas ostras, seus sururus, seu siri e vende (TDE 2, 2021).

A interrupção das obras no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, decorrente dos desdobramentos da Operação Lava Jato, deixou um legado de desastre social e econômico que reverberou além das fronteiras do empreendimento. As demissões em massa resultaram não apenas na perda de empregos, mas, também, na desestruturação de comunidades inteiras que dependiam da estabilidade proporcionada pelo trabalho no estaleiro. A paralisação das atividades teve um efeito dominó, afetando os trabalhadores, fornecedores e toda a economia local e regional associada ao desenvolvimento do Estaleiro.

Os efeitos colaterais não previstos da Lava Jato destacam a necessidade urgente de se considerar as implicações socioeconômicas de tais investigações. Enquanto se busca justiça e responsabilização por atos em desacordo com as legislações, é igualmente importante repensar os impactos adversos sobre os trabalhadores e as comunidades afetadas pelas milhares de obras paralisadas em todo o país.

Diante desse cenário, é imperativo que a luta e as dificuldades econômicas desses trabalhadores sejam ressoadas, e que medidas de apoio e recolocação profissional para os trabalhadores desempregados sejam planejadas, bem como iniciativas de desenvolvimento econômico local para diversificar a atividade industrial e criar novas possibilidades de emprego para aqueles que sonharam com um Golias de oportunidades e acordaram com um gigante que nunca andou, que permanece imponente, mas estático, no silêncio da grandiosidade de sua inércia.

## 4

## **Interrupções nas obras no Comperj, demissões em massa e deterioração da região**

*A ausência de estabilidade é outro fator que afeta diretamente as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da construção.*  
(Incid, 2015, p. 41)

De 2015 a 2018, a avaliação de investimentos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) era R\$ 1,04 trilhão. Com a queda de arrecadação devido à crescente crise político-econômica, o governo federal reduziu o repasse em 2016. Duas mil obras foram interrompidas, o que colaborou para constituir o cenário de demissões na construção civil e de desaceleração do crescimento econômico do país.

A pesquisa do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) em parceria com a LCA Consultores, divulgada pela *Sienge Platform*<sup>82</sup> relatou que o setor da construção civil no Brasil foi o setor que apresentou maior queda em 2017. No período de outubro de 2014 até dezembro de 2016, mais de um milhão de trabalhadores da construção civil perderam seus empregos, conforme os dados divulgados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>83</sup>.

O IBGE divulgou, em janeiro de 2018, que o Índice Nacional da Construção Civil (calculado pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi)<sup>84</sup> teve seu menor resultado acumulado no ano em 2017 (3,82%) desde 2013, quando foi de 0,52%, com reflexos determinantes dos efeitos da desoneração da folha de pagamento iniciada naquele ano. A variação mensal em dezembro foi de 0,18%, também menor que os 0,49% do mesmo período de 2016.

<sup>82</sup> Disponível em <https://www.sienge.com.br/blog/construcao-civil-no-brasil/>, publicado em 06 nov. 2017, acessado em 28 ago. 2018.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/2012-agencia-de-noticias/noticias/19448-construcao-civil-fecha-o-ano-com-menor-alta-nos-custos-desde-2013.html>, publicado em 10 jan. 2018, acessado em 28 ago. 2018.

Desta forma, o custo médio por metro quadrado na construção civil em dezembro de 2017 ficou em R\$ 1.064,76, sendo R\$ 544,97 relativos aos materiais e R\$ 521,71 à mão de obra. Segundo o gerente da pesquisa, Augusto Oliveira, os ganhos nos acordos coletivos foram inferiores em relação aos anos anteriores, o que foi preponderante para essa desaceleração da taxa.

O número de empregos formais no setor da construção civil em todo Brasil apresentou a maior queda entre os setores econômicos. Conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), os vínculos empregatícios no setor da construção civil foram menos 146,4 mil, o que representa uma redução de 7,4% no período entre os anos de 2011 e 2017.

**Quadro 2**  
**Vínculos empregatícios segundo setor econômico (2011/2017)**

Setor	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação	%
EXT MIN	231.389	259.297	261.383	257.606	240.488	221.331	212.337	-8.994	-4,1%
IND	8.113.805	8.148.328	8.292.739	8.171.022	7.566.900	7.148.013	7.105.206	-42.807	-0,6%
SIUP	412.741	423.277	444.674	450.098	447.385	429.435	425.427	-4.008	-0,9%
CONST	2.750.173	2.832.570	2.892.557	2.815.686	2.422.664	1.985.404	1.838.958	-146.446	-7,4%
COM	8.842.677	9.226.155	9.511.094	9.728.107	9.532.622	9.264.904	9.230.750	-34.154	-0,4%
SERV	15.372.455	16.167.385	16.726.013	17.313.495	17.151.312	16.708.852	16.772.645	63.793	0,4%
ADM PUB	9.103.601	8.937.443	9.340.409	9.355.833	9.198.875	8.826.040	9.195.215	369.175	4,2%
AGROP	1.483.790	1.464.257	1.479.564	1.479.663	1.500.561	1.476.219	1.501.052	24.833	1,7%
<b>TOTAL</b>	<b>46.310.631</b>	<b>47.458.712</b>	<b>48.948.433</b>	<b>49.571.510</b>	<b>48.060.807</b>	<b>46.060.198</b>	<b>46.281.590</b>	<b>221.392</b>	<b>0,5%</b>

Fonte: MTe/Rais<sup>85</sup>

<sup>85</sup> Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/index.php/rais>, acesso em 16 fev. 2021.

O setor da construção civil sofreu grandes perdas nos últimos anos com a interrupção de obras em todo o país. Foram mais de 7400 obras paralisadas só no *Programa Agora é Avançar*<sup>86</sup> do governo Temer. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a incapacidade de investimento do Estado e os excessos nas ações dos órgãos de fiscalização e controle produzem milhares de paralisações de obras por todo o Brasil. Essa afirmativa está abalizada no estudo “Impacto Econômico e Social da Paralisação das Obras Públicas”, produzido pela CBIC, em correalização com o Senai Nacional e publicado em abril de 2018.

Contudo, de acordo com o relato do então presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, em um encontro institucional entre ministros promovido em outubro de 2018 no Supremo Tribunal Federal (STF), as principais causas de paralisação pelo país seriam:

Obras abandonadas pelas empresas, obras paralisadas por questões de ordem ambiental, obras paradas por decisões judiciais, obras paradas por conta de questões orçamentárias-financeiras, obras paralisadas por órgãos de controle (como o TCU e os tribunais de contas), obras paralisadas por outras questões e obras – diga-se de passagem, de grande vulto para o país – paralisadas por questões técnicas (projetos deficientes ou desatualizados)<sup>87</sup>.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro consistiu no maior empreendimento individual de toda a história da Petrobras, construído a partir da parceria entre o Grupo Ultra<sup>88</sup>, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras. Sua criação foi anunciada em 2006 pelo governo federal (primeiro mandato de Lula). Os investimentos, avaliados em cerca de US\$ 8,4 bilhões, atraíram para o município de Itaboraí distintas frações da sociedade,

<sup>86</sup> Programa do governo do ex-presidente Michel Temer, lançado em novembro de 2017, que objetivava investir R\$ 130,97 bilhões na conclusão de 7.439 obras paradas em todo o Brasil. Os projetos teriam investimentos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de empresas estatais. Até o presente momento, poucas dessas obras foram retomadas.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa-1/noticias/encontro-no-stf-discute-a-retomada-de-obras-paralisadas.htm>, acesso em: 18 fev. 2022.

<sup>88</sup> Grupo Ultra ou Ultrapar é uma companhia brasileira que atua nos setores de distribuição de combustíveis, por meio da Ipiranga e da Ultragaz; produção de especialidades químicas, por meio da Oxiten; serviços de armazenagem para granéis líquidos, por meio da Ultracargo; e drogarias, por meio da Extrafarma. Todas são subsidiárias integralmente controladas da *holding* Ultrapar. Fonte: <http://ri.ultra.com.br/show.aspx?idCanal=bD7p7EsG+g87dzgJ1MRXOg>, acesso em: 22 mai. 2020.

que viam na implantação deste empreendimento um estímulo para a instalação de empresas e indústrias, geração de empregos diretos e indiretos, trazendo para o município (e arredores) a promessa de desenvolvimento e produção de riqueza.

Segundo o estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) do ano de 2008, a expectativa era criar 212 mil empregos diretos e indiretos. Na fase de operação, a expectativa da Petrobras era de que o Comperj gerasse um faturamento anual de US\$ 5,8 bilhões, proveniente de vendas tanto dos produtos produzidos pela Unidade de Petroquímicos Básicos (62%) quanto pela de Petroquímicos Associados (38%). As principais resinas termoplásticas a serem produzidas pelas Unidades Petroquímicas Associadas (UPAs) seriam a de polipropileno (850 mil toneladas/ano), polietileno (800 mil toneladas/ano) e poli tereftalato de etila (600 mil toneladas/ano).

Segundo Neves (2010) foram onze municípios<sup>89</sup> fluminenses da região abrangidos pela instalação do Complexo, os quais fazem parte do Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste<sup>90</sup>). A autora afirma que o consórcio consiste em estabelecer parcerias entre esses municípios com o intuito de “propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do Comperj e minimizar seus aspectos negativos” (Neves, 2010, p. 52).

Muitos empreendimentos se instalaram na região do município de Itaboraí, o que despertou o interesse de um número expressivo de pessoas, em sua maioria originários de outros estados, sem redes de apoio nos municípios ao redor, que vislumbravam oportunidades de trabalho. No capítulo seguinte, serão abordados os perfis dos trabalhadores desempregados do Comperj que participaram desta

---

<sup>89</sup> Cachoeiras de Macacu, Casemiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá.

<sup>90</sup> De acordo com o Boletim de Acompanhamento no Município de Itaboraí 2000-2011 - Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico Do Rio De Janeiro – Comperj, “o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste, surge como o instrumento capaz de viabilizar parcerias e alianças intermunicipais, a fim de propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, buscando minimizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos positivos do Comperj. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável de 15 municípios da região leste fluminense, a saber: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis” (p. 5).

pesquisa, a qual revela que, majoritariamente, eram trabalhadores provenientes de outros estados brasileiros.

O Comperj foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma das mais imponentes obras do governo federal, o qual gerou grande expectativa com a promessa da criação de muitos postos de trabalho para o setor da construção civil, por meio do uso de diversos consórcios durante as distintas fases da construção.

De acordo com um relatório publicado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e organizado com base nos dados do Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid), apresentado em 2015<sup>91</sup>, a construção do Comperj é citada como uma das cinquenta principais obras de infraestrutura do mundo. O dossiê estima que, diretamente vinculados às atividades de construção do Comperj, foram gerados 30 mil postos de trabalho no período entre os anos de 2012 e 2014, contratados por empresas de grande porte como Alusa, Queiroz Galvão, Camargo Correa, Delta, Toshiba, entre outras.

Não obstante, conforme apontou o estudo do Incid (2015), devido à investigação de denúncias de favorecimento e desvio de dinheiro nos contratos de grandes empreiteiras com a Petrobras, que envolviam empresas contratadas para as obras do Comperj e, também, por causa de mudanças no planejamento original do empreendimento, justificado pela renegociação dos contratos para amortizar os custos, tendo reduzido a apenas uma o número de construções de refino, em meados de 2014 e início de 2015, ocorreram interrupções nas obras, demissões em massa no Comperj, falência de empreendimentos na região levando à frustração das previsões otimistas em relação ao desenvolvimento do complexo petroquímico e suas repercussões.

A figura 10, a seguir, mostra uma das mobilizações realizadas em 2015 pelos trabalhadores das obras do Comperj, com vistas à negociação do pagamento das verbas rescisórias pela empresa Alumini Engenharia.

---

<sup>91</sup> “A invisível cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj”, publicado em março de 2015 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com base no Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid).

**Figura 10**  
**Trabalhadores demitidos do Comperj, 2015**



Fonte: Petronotícias, 2015.

Com base nos dados da pesquisa realizada pelo Incid (2015), a respeito da condição dos direitos dos trabalhadores contratados para construir o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a partir da metodologia do Sistema de Indicadores de Cidadania, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a implementação das obras do Comperj, no município de Itaboraí/RJ, afetou tanto o meio ambiente quanto as condições de vida da população dessa cidade e dos municípios ao redor.

A queda no número de empregos formais no setor da construção civil atingiu profundamente o município de Itaboraí, conforme o quadro 3 a seguir, o qual evidencia o aumento do número de trabalhadores sem garantias, sem direitos, que recorrem ao setor informal como forma de subsistência.

### Quadro 3

#### Número de empregos formais em Itaboraí nos anos de 2016 e 2017

Número de Empregos Formais em 31/12, Variação Absoluta e Relativa nos anos de 2016 e 2017 por setor de atividade econômica				
Município-Rio de Janeiro = RJ-Itaboraí				
	Ano			
IBGE Setor	2016	2017	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
1 - Extrativa mineral	59	64	5	8,47
2 - Indústria de transformação	3.818	3.703	-115	-3,01
3 - Serviços industriais de utilidade pública	79	91	12	15,19
4 - Construção Civil	2.397	826	-1.571	-65,54
5 - Comércio	7.608	7.779	171	2,25
6 - Serviços	8.514	7.975	-539	-6,33
7 - Administração Pública	5.327	6.967	1.640	30,79
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	179	154	-25	-13,97
<b>Total</b>	<b>27.981</b>	<b>27.559</b>	<b>-422</b>	<b>-1,51</b>

Fonte: Rais (MTe)<sup>92</sup>.

Segundo o estudo do Incid (2015), entre as principais violações de direitos dos trabalhadores dos grandes empreendimentos em todo o país destacam-se:

A informalidade, a elevada rotatividade (em razão do caráter cíclico da atividade e das estratégias empresariais), a terceirização e subcontratações sucessivas (intensificadas com a reestruturação produtiva), o domínio do regime de remuneração de acordo com a produtividade, o recurso excessivo a horas extras e questões relativas à saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, em decorrência do alto índice de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Adicionalmente, em muitos canteiros surgiram reivindicações que denunciavam as péssimas condições às quais esses trabalhadores e trabalhadoras estavam submetidos, como a insalubridade nos alojamentos, a falta de higiene nos refeitórios e o racionamento de alimentação nos canteiros, a diminuição do tempo para as “folgas de campo”, relações autoritárias de trabalho, com relatos de abusos e humilhações, entre outras. [...] A ausência de estabilidade é outro fator que afeta diretamente as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da construção, uma realidade imposta pela dinâmica de rotatividade: na maioria dos

<sup>92</sup> Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/mapa-do-emprego-formal>, acesso em: 16 fev. 2022.

casos, os trabalhadores e trabalhadoras são contratados na modalidade por prazo determinado, em geral, inferior a dois anos. Para o trabalhador e a trabalhadora, essa situação gera insegurança em relação à manutenção do posto de trabalho, além de diminuição da remuneração. Para o empregador ou empregadora, esse é mais um mecanismo de redução de custos (Incid, 2015, p.41).

A terceirização no setor de construção civil se apoia no caráter temporário das atividades ocupacionais, na baixa especialização dos trabalhadores, o que representa uma significativa redução de custos para grandes empresas que contratam subempregueiras, além de terceirizar os riscos e os conflitos desses trabalhadores. A reforma trabalhista alterou pontos importantes da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Entre as implicações para a construção civil, pode-se mencionar as mudanças nos acordos coletivos, fracionamento de férias, jornada de trabalho e rescisão contratual.

A expansão da terceirização traz consigo diferentes formas de precarização dos trabalhadores terceirizados, tanto nos tipos de contrato, como na remuneração, nas condições de trabalho e saúde e, ainda, na representação sindical, conforme apontam Antunes e Druck (2014, p. 19) com base na pesquisa de Druck e Franco (2007). De acordo com Almeida (2016, p. 53):

No Comperj, utiliza-se a “terceirização em cascata”, onde acontece a subcontratação por empresas contratadas pelos consórcios. Com isso, os consórcios, compostos por uma empresa ou conjunto de empresas, gerenciam o contrato principal e as empresas subcontratadas quanto aos prazos e exigências do cronograma.

Soma-se a isso a insegurança devido à instabilidade no emprego que, por vezes, apesar de formal, também é terceirizado, o que pode conduzir o trabalhador ao desemprego abruptamente, como ocorreu com os trabalhadores do Comperj. Cabe ressaltar que, alguns desses, num primeiro momento, ficaram sem receber suas verbas rescisórias.

Sob esse contexto, faremos no item seguinte uma exposição de parte da atuação do principal sindicato dos trabalhadores do Comperj em meio à paralisação das obras e, posteriormente, no contexto de demissões em massa.

#### 4.1

#### A atuação do sindicato em meio ao caos das demissões

*Sem os trabalhadores a gente não vai a lugar algum.*  
(Presidente do Sintramon)

As organizações políticas dos trabalhadores têm um papel fundamental de resistência diante das ofensivas a que os trabalhadores são submetidos pela lógica da recomposição neoliberal do sistema capitalista. Os sindicatos podem se configurar como um instrumento de luta e representação dos interesses coletivos dos trabalhadores. Contudo, sob o atual contexto de acumulação capitalista, com o aumento da precarização do trabalho e fragilização das relações trabalhistas, a fragmentação da organização sindical é factível.

Mattos (2009, p. 135) afirma que diante dessa conjuntura recessiva, produz-se um cenário bastante dramático para o movimento sindical brasileiro, “resultante tanto das consequências do processo de reestruturação produtiva, quanto dos problemas decorrentes da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista”. Ressalte-se, assim, a importância do sindicato dos trabalhadores do Comperj em imprimir uma atuação que reflita a necessidade de representação frente às negociações com as empresas contratantes no processo de paralisação das obras do complexo petroquímico.

Véras (2015), ao realizar uma análise comparativa sobre as condições de atuação do sindicalismo, sob distintos contextos de mandatos presidenciais brasileiros nos últimos anos, pondera que

[...] o desempenho desse papel requer o enfrentamento de problemas históricos e atuais referidos à sua própria condição organizativa e política. Sobretudo, requer que se ponha em causa sobre as formas de construção de uma representação mais ampla das classes trabalhadoras no país, considerando-se seu caráter historicamente segmentado e a atualização dessa segmentação, trazida com os processos de terceirização e flexibilização em curso (Véras, 2015, p. 563).

Importante lembrar que o conjunto de trabalhadores do Comperj é formado por diferentes categorias profissionais, tais como engenheiros, motoristas,

trabalhadores de limpeza, trabalhadores responsáveis pela alimentação nos refeitórios, trabalhadores da construção civil, sendo que estes últimos representam o maior quantitativo de trabalhadores. A divisão do trabalho sob distintas formas de contratação, de acordo com a categoria profissional, corrobora para a fragmentação dos sindicatos representativos dos trabalhadores, o que reduz sua capacidade de atuar conjuntamente na luta pelos direitos da classe trabalhadora como um todo.

O Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon)<sup>93</sup>, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tornou-se em 2014 o principal representante dos trabalhadores da construção civil do Comperj. Anteriormente, os trabalhadores eram representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Plano da Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo, Itaboraí e Região (Sinticom)<sup>94</sup>. De acordo com Almeida (2016), a organização de um novo sindicato foi provocada pela:

Falta de estrutura e a grande abrangência territorial do Sinticom – o que dificultava ações; o aumento da representatividade de uma hora para outra; o avanço da obra, que alcançara o estágio de modelagem e a montagem industrial; além da ideia que os diretores do Sinticom não eram oriundos do Comperj e dificultavam a ação sindical (Almeida, 2016, p. 89).

Assim, para fins desta pesquisa, em setembro de 2017 foi realizada visita na sede do Sinticom, em Itaboraí, para realização de uma abordagem inicial com o sindicato. Contudo, o local encontrava-se fechado e continha um aviso que informava que, devido a atual conjuntura de crise, o período de funcionamento havia sido reduzido a apenas dois dias na semana.

<sup>93</sup> Conforme o Incid (2015, p. 66), “o Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Montagem e Manutenção da cidade de Itaboraí (Sintramon) tem sua licença sindical concedida em 5 junho de 2014 e o processo eleitoral para a escolha dos dirigentes do sindicato acontece nos dias 23, 24 e 25 de julho. O processo de construção do novo sindicato foi organizado por um pequeno grupo de trabalhadores ligados ao Sinticom e com a participação de alguns dirigentes sindicais.

<sup>94</sup> O Sinticom representa os trabalhadores da construção civil, do mobiliário, do mármore e granito, da cerâmica e olaria, sendo sua base territorial os municípios de Araruama, Cabo Frio, Itaboraí, Maricá, Saquarema, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e Rio Bonito e Silva Jardim.

Neste mesmo dia, buscou-se, também, contato com os dirigentes do Sintramon em sua sede, situada no Centro de Itaboraí, onde nos recebeu o presidente do sindicato, o Sr. Paulo Cesar Quintanilha. A liderança sindical expôs diversas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do Comperj, informando que o auxílio prestado aos trabalhadores consistia no pleito jurídico, recebimento de currículos e algumas ações como entregas de cestas básicas.

Relatou também a participação do sindicato em mobilizações dos trabalhadores do Comperj com a finalidade de fortalecer o grupo de trabalhadores na luta por seus direitos, e realizar negociações com as empresas contratantes, conforme mostra a figura 11, na qual o Sintramon se fez presente.

**Figura 11**

**Ação do Sintramon com os trabalhadores do Comperj em 2015**



Fonte: Sintramon<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/sintramonitaborai/photos/a.343422892495386/428030987367909/?type=3&theater>, acesso em 04 fev. 2021.

De acordo com o relato durante a entrevista, o Sintramon havia distribuído cerca de 76 cestas básicas para trabalhadores demitidos do Comperj que estavam em situação de profunda escassez. Estas cestas haviam sido custeadas exclusivamente pelo sindicato, não realizando nenhum tipo de articulação com as políticas públicas do município.

O presidente informou que o Comperj atraiu muitos trabalhadores de outros estados que vieram para Itaboraí com o intuito de trabalhar nas obras, e que boa parte desses já haviam retornado para seus locais de origem com o apoio do sindicato, visto que não podiam arcar com os custos da viagem de regresso. Segundo a liderança sindical, outros trabalhadores permaneceram no município de Itaboraí ou se alocaram em municípios vizinhos, constituindo família e se inserindo no mercado informal de trabalho.

Nesse mesmo dia, foi possível presenciar cerca de 35 trabalhadores demitidos do Comperj que se enfileiravam nos corredores do sindicato aguardando notícias do retorno das obras do Complexo. Quintanilha informou que eles estavam aguardando a abertura de um envelope sobre a licitação da empresa que, na ocasião, daria continuidade às obras do Comperj, havendo, então, a possibilidade desses trabalhadores serem readmitidos. A figura 12 foi obtida através de uma reportagem no *GI.com*<sup>96</sup> que evidenciava que os trabalhadores se aglomeravam em frente ao sindicato na expectativa de conquistar uma vaga na retomada das obras.

---

<sup>96</sup> “17 mil desempregados vivem expectativa da retomada de obra do Comperj”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, publicado em: 15 mai. 2018, acesso em: 21 mar. 2021.

**Figura 12**  
**Trabalhadores desempregados recorrem ao sindicato em busca de uma vaga no Comperj, 2018**



Fonte: G1.com – Publicada em 15/05/2018.

Durante o período de paralisação das obras, e também antes disso, havia constantes mobilizações dos trabalhadores do Comperj. Foi possível presenciar *in loco*, no período em que ocorreram, muitas dessas manifestações que interrompiam o tráfego denunciando o atraso de pagamento de salários, bem como reivindicavam reajustes salariais e benefícios.

Almeida (2016) aponta que, de todas as manifestações realizadas pelos trabalhadores, a que teve maior organização foi contra a empresa Alusa Engenharia (que em seguida modificou seu nome para Alumini Engenharia<sup>97</sup>). A empresa interrompeu suas atividades entre setembro e janeiro de 2015, causando uma série

<sup>97</sup> Responsável pela elaboração do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica, interligações e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, pré-operação, partida e à operação assistida) da Unidade de Hidrocraqueamento Catalítico (U-2400) incluindo a Subestação Elétrica Unitária (SE-2400), conforme Alumini Engenharia. Disponível em: <http://www.aluminieng.com/oleogas.asp>, acessado em: 13 fev. 2021.

de demissões, deixando os trabalhadores da empresa sem receber seus direitos trabalhistas, os quais passaram a se organizar para o enfrentamento dessa questão.

Em fevereiro de 2015, aproximadamente 300 trabalhadores do Comperj organizaram uma manifestação que interditou a Ponte Rio-Niterói nos dois sentidos, por duas horas, em protesto pelo atraso nos salários, como mostra a figura 13. Segundo uma matéria divulgada na página eletrônica *Petronotícias*<sup>98</sup>, “dentre a série de reivindicações, estão o pagamento de direitos trabalhistas, de vale alimentação, plano de saúde, tanto de efetivos como de funcionários demitidos há pouco tempo” (Petronotícias, 2015).

**Figura 13**

**Trabalhadores de empresa contratada para as obras do Comperj fazem caminhada até a sede da Petrobras, após bloqueio da Ponte Rio-Niterói, 2015**



Fonte: Tomaz Silva/ EBC Agência Brasil – 10/02/2015.

<sup>98</sup> Trabalhadores do Comperj Interditam Ponte Rio-Niterói. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/archives/64453>, publicado em 10 fev. 2015, acessado em 08 fev. 2020.

O Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção de Itaboraí (Sintramon) afirmou não ter organizado a mobilização, a qual teria partido dos próprios trabalhadores, que se dirigiam à cidade do Rio de Janeiro em ônibus para uma assembleia seguida de protesto em frente à sede da Petrobras<sup>99</sup>.

Almeida (2016) pondera que os trabalhadores da construção civil organizaram o movimento com o apoio de sindicatos de outras categorias para realizar greves e manifestações como forma de enfrentamento. Assim, desde 2012, foram organizadas comissões de trabalhadores com representação no local de trabalho, proveniente do Compromisso Nacional da Construção Civil. Segundo o referido autor,

O reencontro com o coletivo de trabalhadores, apesar dos limites impostos pelos patrões e o próprio sindicato legal da categoria, os operários se mantiveram de pé e partilharam o sentimento de coletivamente enfrentar a exploração reafirmando a possibilidade de conquistas e mudanças no processo de trabalho (Almeida, 2016, p.103).

Na figura 14, a seguir, pode-se observar um documento, no qual os trabalhadores denunciaram violações de direitos trabalhistas e expõem suas insatisfações com as empresas e com o governo federal, devido aos cortes nos direitos trabalhistas. Os trabalhadores ressaltam que sua luta não é somente dos trabalhadores do Comperj, mas, sim, de todos os trabalhadores, da classe trabalhadora.

---

<sup>99</sup> Idem.

Figura 14

## Trabalhadores do Comperj lançam carta pública à população, 2015

QUASE 3.500 PAIS E MÃES DE FAMÍLIAS

### Por que os trabalhadores do Comperj precisam do seu apoio

Trabalhadores do Comperj lutam por salários e direitos básicos, desrespeitados pela empreiteira Alumini e ignorados pela Petrobras



Nós somos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Estamos sem salários desde dezembro. Somos quase três mil profissionais. Outros 500 colegas, demitidos, estão sem receber as verbas rescisórias. Trabalhamos para a Alumini, uma das empreiteiras contratadas pela Petrobras para fazer a obra que poderia mudar a situação econômica de Itaboraí e impulsionar outros 13 municípios da região.

A obra, agora em crise, tornou-se um canteiro de demissões, de desrespeito aos trabalhadores, entrou em marcha lenta e já há quem diga que pode ser até paralisada. A nossa luta é para que tenhamos nossos direitos básicos respeitados. Não podemos pagar pelos erros que não cometemos. Ajudamos a construir refinarias que movimentam a economia deste país – não temos nada a ver com casos de corrupção, não fomos nós os responsáveis. Muitos de nós viemos de outros estados. Centenas de nós estamos vivendo em alojamentos contratados pela Alumini e, agora, não sabemos o que irá acontecer. Fomos abandonados pela empresa, pela Petrobras e pelos governantes.

Não bastasse tudo isso, ainda somos alvos centrais das recentes medidas do governo federal que atingem o seguro-desemprego e outros direitos trabalhistas e previdenciários. Faz poucos dias, a Justiça do Trabalho determinou que a Petrobras assumia suas responsabilidades: deposite em juízo a verba necessária para pagar as dívidas trabalhistas da Alumini e depois debite os valores da quantia que terá que repassar à empresa. Mas a esta-

“Não podemos pagar por erros que não cometemos. Ajudamos a construir refinarias que movimentam a economia deste país – não temos nada a ver com casos de corrupção, não fomos nós os responsáveis.”

tal ainda pode recorrer da decisão – o que para nós é um erro: lutamos para que a Petrobras assumia suas responsabilidades.

Precisamos do seu apoio. Essa luta vai além da questão corporativa: envolve a defesa de direitos básicos de qualquer trabalhador. Quem trabalha e constrói as riquezas desse país não pode ficar refém de disputas políticas e de políticas que salvam as grandes empresas enquanto os direitos trabalhistas são afrontados.

O ato no vão central da Ponte Rio-Niterói colocou a situação dos trabalhadores do Comperj para o conjunto da sociedade e denunciou as enrolações da Lumini/Alumini e da Direção da Petrobras. A mobilização demonstra a unidade dos trabalhadores e o nível que chegou a situação de dívidas e de fome de suas famílias.

Exigimos que a PETROBRAS assuma sua responsabilidade! Todo apoio e solidariedade à luta dos demitidos do COMPERJ!

Trabalhadores demitidos do Comperj

**Somos trabalhadores do Comperj sem salários. Precisamos do seu apoio.**

Doações de alimentos não perecíveis podem ser feitas no Sindicato dos Petroleiros do RJ (Av. Passos, 34)

Fonte: Fase, 13 fev. 2015<sup>100</sup>.

O papel desempenhado pelo sindicato deve ser o de enfrentar problemáticas que perpassam historicamente a classe trabalhadora. No que tange essa questão, Almeida (2016, p. 97) chama a atenção de que o Sintramon apresentava nas assembleias propostas que favoreciam “a proteção ao emprego e o não confronto ao patronato, características próprias do sindicalismo brasileiro”.

O autor afirma que o Sintramon conservou as características do sindicalismo de parceria com patrões e o governo, a fim de evitar conflitos. O autor ressalta que esse cariz apassivador por meio do sindicato reforça o enfraquecimento da capacidade coletiva dos trabalhadores, que já vem sendo vilipendiada ao longo dos

<sup>100</sup> Disponível em: <https://fase.org.br/pt/noticias/trabalhadores-do-comperj-lancam-carta-publica-a-populacao/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

últimos anos. No entanto, apesar das perdas, o sindicato ainda ocupa um lugar importante para o trabalhador, sendo um espaço de referência para os trabalhadores para o enfrentamento de suas vicissitudes.

Em dezembro de 2018 foram realizadas novas entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção de Itaboraí (Sintramon), com o objetivo de corroborar com a presente pesquisa. Neste momento, foi possível perceber que a movimentação de trabalhadores demitidos do Comperj em busca de readmissão nas obras que foram retomadas perdura no espaço do sindicato. O presidente do sindicato permaneceu o mesmo, o qual se mostrou receptivo à participação nesta pesquisa.

Entre os questionamentos levantados sobre a atuação do sindicato, Quintanilha descreveu a criação de um projeto de lei, criado pelo sindicato juntamente com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), que foi submetido à aprovação da prefeitura de Itaboraí. O projeto, denominado “70 mais 30”, objetivou aprovar como uma lei de incentivo a garantia de um maior número de trabalhadores dos 15 municípios do Conleste, ou do estado do Rio de Janeiro. Haveria, então, 70% de trabalhadores da região do Conleste e 30% seriam pessoas provenientes de outros estados.

Segundo a liderança, a finalidade deste projeto é evitar a imigração excessiva de trabalhadores provenientes de outros estados, como ocorreu entre os anos de 2010 e 2012, dando prioridade para os trabalhadores da região. Quintanilha relatou que no início o projeto de lei de incentivo havia sido desacreditado, achavam que o projeto não iria adiante, visto que muitas empresas possuem mão de obra própria, direta, que são trabalhadores que já as acompanham há bastante tempo que, segundo Quintanilha, seriam aqueles cargos de confiança.

O presidente avalia a importância da criação desse projeto, tendo em vista o aquecimento no mercado com enxurradas de informações nas redes sociais e na mídia a respeito da retomada das obras do Comperj, predizendo a abertura de vagas de empregos diretos e indiretos, numa conjuntura caótica de desemprego. Ele afirma que ainda existe um bom número de trabalhadores indicados pelas empresas

que prestam serviços nas obras do Comperj, porém estariam dentro da cota dos 30% provenientes de outros estados.

Quintanilha ressalta que, em contrapartida, existem as contratações pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), visto que todas as empresas que estão contratando atualmente estariam utilizando o cadastro realizado pelo Sine. O presidente afirmou na entrevista:

Antes, nós do sindicato brigamos muito para que nas contratações a gente pudesse estar indicando, utilizando o banco de dados do sindicato na questão das contratações. Essa era a nossa briga inicial. Aí, como esse ano foi um ano político, um ano eletivo e, automaticamente, quando se trata de um ano eletivo é complicado, a gente costuma dizer que quando a política entra por uma porta, a decência sai pela janela. E a gente sabia que ia encontrar algumas barreiras. E com isso, aí começou vereador, deputado, prefeito, todo mundo centralizar a questão do Sine. Nós sabíamos que naquele momento o Sine não tinha a garantia de contratar mão de obra especificamente do estado do Rio de Janeiro (Presidente do Sintramon, 2018).

Isso mostra a dificuldade da implementação da lei municipal criada para garantir um número maior de trabalhadores da região nas obras retomadas do Comperj. Em relatos, foi possível ouvir de trabalhadores desempregados que estavam no sindicato que as empresas que estão contratando para as obras do Comperj já se instalam nos canteiros com certo quantitativo de funcionários para trabalhar, sem obedecer a legislação municipal de incentivo à precedência de empregabilidade dos trabalhadores da região.

Desta forma, os trabalhadores demitidos das obras do Comperj têm visto suas esperanças de retorno ao Comperj se esvanecer mais uma vez. Um trabalhador desempregado do Comperj que foi entrevistado para esta pesquisa relatou:

Estou aqui no sindicato porque tenho conhecimento com eles aqui e de vez em quando surgem umas vagas. As contratações recentes do Comperj foram mais por conhecimento, né, conhecido, falando, pelo Sine também tá fechando, mas não está fechando na minha área ainda (TD7, 2018).

Em entrevista com outro trabalhador desempregado, também foi possível observar sua indignação com a maneira como vem sendo conduzida a distribuição das vagas de emprego na retomada das obras do Comperj:

[...] o Comperj está aqui em Itaboraí, o povo de Itaboraí é que tem que ficar o povo de Niterói, de São Gonçalo, daqui da região do Rio. E vem muita gente de fora, vem o pessoal de Minas, vem o pessoal de Salvador, aí eles ficam e nós acabamos ficando desempregados. Nós queremos nossas vagas de emprego aqui pra Itaboraí, pelo menos 70% têm que ser de Itaboraí. E hoje em dia você chega ali no escritório da MIP [engenharia] e tem mais de 300 pessoas trabalhando lá, e são lá de Minas, ou seja, o pessoal tá vindo de lá e tá ficando com as vagas e o povo daqui está ficando desempregado (TD6, 2018).

Os trabalhadores entrevistados contaram que possuem um aplicativo do Sine no celular, o qual possibilitaria a busca por um emprego. O aplicativo Sine Fácil foi desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), a qual promete levar ao cidadão os serviços do Sistema Nacional de Emprego (Sine) por meio de aparelhos conectados à internet, como celulares e *tablets*. A “solução”, lançada em maio de 2017 pelo Ministério do Trabalho, assegura, ainda, o agendamento de entrevistas com empregadores, acompanhar a situação do benefício do seguro-desemprego e acessar outros serviços de seu interesse.

Entretanto, conforme o relato de outro trabalhador entrevistado, a mudança que houve após o uso do aplicativo foi apenas na diminuição do quantitativo de trabalhadores no espaço físico do Sine, apesar de ainda ter um número bastante expressivo de pessoas neste espaço em busca de uma vaga de emprego. Nas palavras do sujeito da pesquisa entrevistado:

Está tendo essas vagas aqui, consulta que isso aqui não tem emprego aqui não. Isso aqui tá pouco. Tinha dia que o pessoal tava dormindo na fila. Agora, devido a esse aplicativo que eles dão pra pessoa, quem tem acesso a internet vê se tem vaga, e quem não tem? O Sine Fácil, você abre e não tem nada. Na minha profissão, porque isso aqui é devido a profissão, aí vem aqui consultar seguro-desemprego, eu não dou entrada em seguro-desemprego, aqui é informações pessoais que ele dá, né, ligada no sistema. Eu vim aqui hoje só pra consultar mesmo, ou então passar o dia aqui conversando com os amigos aqui (TD3, 2018).

A implantação do Comperj no município de Itaboraí representou um alento para muitos trabalhadores da região e de outros estados visto que muitos trabalhadores nutriram expectativas de empregabilidade não somente com os canteiros de obras, mas, também, com todas as oportunidades de empregos geradas indiretamente através da existência do complexo petroquímico na região.

Contudo, a interrupção e a vagarosa e incompleta retomada das obras do Comperj continuam frustrando a esperança dos trabalhadores que buscam uma solução para se esquivarem do fenômeno do desemprego estrutural, que já alcançou trabalhadores de todos os estados brasileiros. Neste sentido, a liderança sindical dos trabalhadores do Comperj afirmou:

Pra mim enquanto presidente do sindicato, eu acho inadmissível o trabalhador, ele dormir na porta do Sine com aquele futuro incerto, sem saber se ao amanhecer ele vai conseguir aquela vaga ou não. Aí o trabalhador, ele dorme na porta do Sine, aí ele tem X vagas lá, o cara vai lá pra pegar aquela vaga que é pra função dele, aí quando chega oito horas da manhã, aquele trabalhador que é o sexto ou sétimo da fila, quando chega 8h da manhã ele não consegue a vaga. Como é que fica? Ele fica frustrado, entendeu? Então isso é uma coisa que sempre falamos. Isso sem falar que o Sine adquiriu um aplicativo que qualquer um pode pegar a vaga. Até o cara que é baiano, mineiro, pernambucano, não tenho nada contra ninguém, acho que quem tá no Brasil todo mundo precisa trabalhar, mas só que é aquele negócio, hoje o emprego tá tão difícil que cada um tem que defender a sua empregabilidade. Eu acho que eu, como presidente do sindicato, atuando dentro de Itaboraí, se eu não me atentar pra essa questão, aí fica difícil, entendeu? (Presidente do Sintramon, 2018).

O estado do Rio de Janeiro vem enfrentando uma crise com contornos bastante expressivos, principalmente devido à recessão econômica, retração nas atividades da indústria do petróleo e escândalos de corrupção disseminados por toda a administração pública do estado. Todos os municípios vêm sofrendo em algum grau os desconfortos ocasionados pela crise no estado, especialmente os municípios que vislumbravam auferir os efeitos salutareos da instalação do Comperj. O desemprego em larga escala parece ser a maior consequência dessa conjuntura, a qual atingiu profundamente o município de Itaboraí.

## 4.2

### De “Eldorado” a “cidade fantasma”: considerações sobre o município de Itaboraí, sede do Complexo Petroquímico

*[...] com as obras de saneamento em curso e com o florescimento de várias indústrias em seu território, já se pode antever, em um futuro próximo, o ressurgimento da velha comuna fluminense.*

IBGE, 1948<sup>101</sup>

O município de Itaboraí está localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, no leste fluminense, às margens da Baía de Guanabara, e faz divisa com Guapimirim, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Maricá. Fundado em 1672, primeiramente povoado pelos indígenas Tamoios, as terras de Itaboraí, que em Tupi significa “pedra bonita”, pertenceram ao antigo e extinto município de Santo Antônio de Sá ou Vila de Santo Antônio de Macacu, como também era conhecida. Durante meados do século XVIII até final do século XIX, o município de Itaboraí se constituiu como um dos mais economicamente importantes do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Tribunal de Contas da União -TCU-RJ (2019), com a criação da província fluminense, a área foi emancipada através de um decreto geral datado de 15 de janeiro de 1833, e o município foi estabelecido em 22 de maio do mesmo ano. Durante o Segundo Reinado, experimentou um alto nível de prosperidade econômica, sendo considerada uma das regiões mais ricas do estado do Rio de Janeiro até aproximadamente 1860.

Com a abertura da estrada de ferro Cantagalo, que adentrou o interior do estado do Rio de Janeiro, o porto perdeu sua relevância comercial, o que resultou em seu abandono e teve reflexos diretos na economia de Itaboraí. Além disso, a região foi assolada por uma epidemia endêmica que afetou toda a zona rural, causando a morte de parte da população escrava e acelerando o declínio da agricultura no município. Após algumas décadas, algumas indústrias se

---

<sup>101</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística do Município de Itaboraí Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1948.

estabeleceram na região e os produtores rurais começaram a se dedicar ao cultivo de frutas cítricas.

Segundo Pandeff, Guimarães, Donha e Silva (2008, p. 6) o município concentrava e escoava sua produção de açúcar e outros produtos agrícolas com escopo de exportação. Os autores ressaltam que Itaboraí foi perpassado “por ciclos econômicos importantes, como: cana-de-açúcar, café, produção de laranja e o advento da indústria do barro (olarias)”. Sua economia, tradicionalmente, foi sustentada ao longo dos anos pela manufatura cerâmica (decorativa e utilitária), fruticultura, apicultura, pecuária extensiva, comércio e serviços.

A construção da BR-101, na década de 1980, suscitou um aumento da mobilidade urbana para o município de Itaboraí ao constituir a ligação entre Niterói e Manilha, auxiliando no crescimento urbano a partir dos anos de 1990, conforme ressaltam Araújo, Borges, Nascimento e Duarte (2012). A figura 15, a seguir, mostra uma fotografia da cidade, revelando parte de sua urbanização.

**Figura 15**  
**Cidade de Itaboraí, RJ**



Fonte: Felipe Fittipaldi (Redação Veja Rio/).

Nas últimas décadas, a cidade tem enfrentado uma série de desafios socioeconômicos, incluindo o declínio da indústria, o aumento do desemprego e subemprego, a deterioração da infraestrutura urbana e problemas sociais como a violência e a pauperização da população. Com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>102</sup>, o município de Itaboraí possui uma população estimada em 224.267 habitantes para o ano de 2022, que ocupam os 429,961 km<sup>2</sup> de unidade territorial. Em 2010, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0.693, e apenas 65,2 % da população total residente nos domicílios particulares permanentes possuíam esgotamento sanitário adequado, do tipo rede geral e fossa séptica. Um problema antigo, citado no boletim de estatística do IBGE em 1948, que perdura até os dias atuais.

Cabe ressaltar, que conforme mostra a pesquisa, os domicílios improvisados não foram contabilizados, o que indica a existência de um número ainda maior de pessoas que não usufruem de esgotamento sanitário adequado na região. Em uma publicação de maio de 2017 do jornal *O Fluminense*<sup>103</sup>, o então prefeito de Itaboraí Sadinoel Souza relatou que o município possuía apenas 22% de suas casas com acesso a saneamento básico.

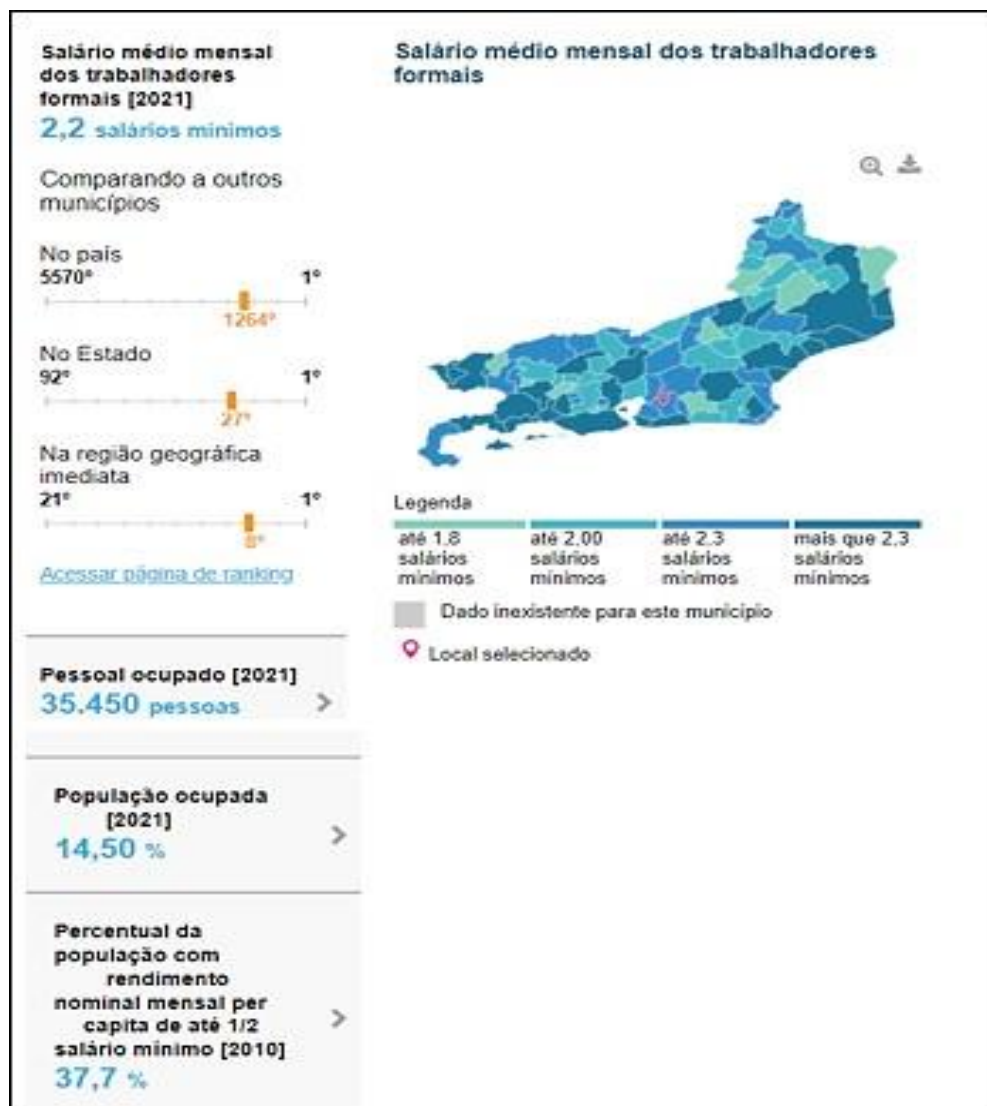
A saúde pública do município conta com apenas dois hospitais, sendo um municipal e o outro estadual e uma unidade de Atendimento Médico Emergencial para toda a população. O salário médio mensal, conforme a pesquisa mais recente realizada pelo IBGE, em 2021 era de 2.2 salários-mínimos dos trabalhadores formais.

O gráfico 3, a seguir, revela que o percentual de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14,50%, o que representa um quantitativo de 35.450 trabalhadores formais no município em 2021, conforme indica o gráfico. Em 2010, período do último censo realizado no município, nos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa tinha 37.7% da população nessas condições, ocupando a 16ª posição dentre as 92 cidades do estado.

<sup>102</sup> Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama>, acesso em 28 fev. 2024.

<sup>103</sup> Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/esperan%C3%A7a-de-um-futuro-melhor>, publicado em: 20/05/2017, acessado em: 13 fev. 2021.

**Gráfico 3**  
**Trabalho e rendimento em Itaboraí/RJ, 2021**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. IBGE, Cadastro Central de Empresas (Cempre) 2021.

A instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) se deu no município de Itaboraí com instalações adicionais em outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A localização do município encontra-se situada em uma região bastante estratégica, tendo em vista ser uma área composta de infraestrutura portuária, dutoviária e rodoferroviária, para obtenção de matéria-prima e comercialização da produção.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental<sup>104</sup> – Rima (2007), a disponibilidade e facilidades da região, sobretudo com a criação do Arco Metropolitano<sup>105</sup> ligando Itaboraí ao Porto de Itaguaí, possibilitaria um melhor aproveitamento da logística existente, propiciando, conseqüentemente, uma maior competitividade para a produção no mercado, trazendo desenvolvimento para a região. Sua proximidade do porto de Itaguaí, dos terminais de Angra dos Reis, Ilha d'Água e Ilha Redonda, apresenta a possibilidade de sinergias com outros empreendimentos, como a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e o Centro de Pesquisas e desenvolvimento da Petrobras.

Não obstante, inicialmente, as cidades de Campos e Itaguaí terem sido apontadas para a instalação do Comperj, a proximidade de Itaboraí com a Baía de Guanabara, com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e com a Bacia de Campos, segundo Lima (2015), definiu a instalação da obra, desprezando laudos de técnicos ambientais que indicavam a instalação do Comperj em outras regiões.

A Petrobras, em seu vídeo institucional de apresentação do Comperj, ao ilustrar por meio de animação computadorizada um ecossistema preservado, assegurava que era possível aliar um projeto ecologicamente responsável às necessidades de desenvolvimento do país. Neste sentido, a empresa se comprometia a reduzir os impactos da implantação do complexo.

Afiançava um monitoramento ambiental antes, durante e depois da construção do empreendimento, o qual iria adotar padrões de desenvolvimento sustentável. Prometia que, concomitantemente às obras do Comperj, haveria um amplo projeto de revitalização da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim

---

<sup>104</sup> “Para os empreendimentos de grande porte e/ou de significativo potencial poluidor, a legislação ambiental federal e estadual exige a prévia elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – Rima. O Rima tem como objetivo informar à população, conferindo transparência ao processo de licenciamento e oferecendo oportunidade de diálogo em torno dos cuidados ambientais que deverão ser adotados para as próximas fases de licenciamento do empreendimento” (Rima, 2007, p.3). Disponível em <https://www.scribd.com/document/13349924/Rima-Relatorio-de-impactos-ambientais-comperj>, acessado em: 09 nov. 2021.

<sup>105</sup> O Arco Metropolitano é uma estrada projetada para interligar várias rodovias e cidades da Baixada Fluminense até o Porto de Itaguaí. O percurso total deveria ter 145 quilômetros. Mas ainda falta duplicar um trecho. Em 2014 foram inaugurados apenas 71 quilômetros da estrada, o que representou mais de R\$ 2 bilhões ao governo do estado e ao governo federal. Alguns trechos da estrada encontram-se abandonados, sem iluminação, provocando medo e insegurança aos motoristas que evitam trafegar pela estrada, devido aos episódios recorrentes de assalto na rodovia.

(APA). Era previsto o plantio de quatro milhões de mudas e o reflorestamento das matas ciliares dos rios Macacu e Caceribu. Sobre o mote de responsabilidade social e ambiental, a Petrobras participou do Conselho do Pacto Global das Nações Unidas em 2003.

A instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí ocorreu em um processo intrincado que envolveu várias etapas e atores. O Comperj era apontado como uma transformação da indústria nacional, mas, também, traria desenvolvimento para a região, transformando a vida da população local e tornando os municípios em torno da sede em grandes polos produtores para o país, pois se estimava que fossem gerados mais de 200 mil empregos diretos e indiretos e, por efeito, renda. Sob essa perspectiva de mercado, o Complexo Petroquímico representaria uma oportunidade de crescimento econômico e de desenvolvimento para região (Firjan, 2008). O Comperj era esperado como “a solução da retomada do caminho do crescimento econômico do país”<sup>106</sup>.

Desta maneira, a Petrobras, em parceria com as prefeituras, ofereceria cursos de capacitação profissional nos municípios no entorno do Complexo Petroquímico, objetivando capacitar aproximadamente 3 mil profissionais da região, dentre os quais 78% seriam em nível básico, 21% em nível técnico e 1% em nível superior<sup>107</sup>. O que demonstra que a maior necessidade de qualificação na região era dos trabalhadores da construção civil, que possuíam baixa escolaridade.

Além disso, a Petrobras previa um desenvolvimento socioeconômico para a região ainda maior, uma vez que empresas prestadoras de serviço e diversas indústrias dependentes de produtos petroquímicos seriam atraídas para se instalarem ao redor do complexo, o que asseguraria a criação de mais empregos.

Contudo, a decisão da localização para sediar a planta industrial inquietou ambientalistas, uma vez que a região se situa em um local de alta relevância ambiental, tendo nas suas proximidades unidades de conservação, áreas de preservação ambiental, escassez de água na região e, principalmente, a Baía de

---

<sup>106</sup> Conforme o vídeo institucional da Petrobras, cedido pelo ex-funcionário do Comperj durante a pesquisa realizada.

<sup>107</sup> Idem.

Guanabara que, apesar da fragilidade do ecossistema, é considerada patrimônio histórico-ambiental do Rio de Janeiro.

Moysés (2011) elucida que a localidade de Itaboraí para a instalação do Comperj seria a mais inadequada, do ponto de vista ambiental, visto que nessa região existem duas unidades de conservação em um raio de 10 km (a APA Estadual da Bacia do Rio Macacu, e a APA Federal de Guapimirim a 6 km) e seis UCs no raio de 20 km (Estação Ecológica Federal da Guanabara a 11 km; a Estação Ecológica Estadual do Paraíso a 13 km; a APA de Petrópolis a 14 km; a APA Federal da Bacia do Rio São João a 14 km; o Parque Estadual dos Três Picos a 17 km; o Parque Nacional da Serra dos Órgãos a 19 km).

Além disso, o referido autor ressalta a existência na região da APA Municipal de Guapi-guapiaçu, sob a administração da Prefeitura de Guapimirim. Todas essas UCs citadas compõem o Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense. Moysés (2010) já previa que a instalação do polo petroquímico na região possivelmente iria causar prejuízos nos mangues da APA de Guapimirim, por meio da análise dos documentos e de entrevistas de/com gestores do Ibama e ICMBio, os quais estariam interferindo nos modos de vida e sobrevivência dessa comunidade, “a comunidade passa assim por um processo de perda de seu lugar de vida, afetividade, convivência e sobrevivência” (Moysés, 2010, p. 75).

Sua instalação provocou alguns impactos para o município. Uma das principais consequências no município com o advento das obras do Comperj foi o aumento populacional que, em 2010, contabilizou 50 mil novos moradores. Houve um abrupto crescimento urbano em sua área de influência, afetando toda a infraestrutura e os serviços básicos essenciais na cidade.

Pandeff, Guimarães, Donha e Silva (2008) analisaram que, se no período de instalação do complexo, o município já não conseguia atender às demandas locais de serviços públicos básicos, poder-se-ia antever que inúmeros problemas pudessem ainda acontecer, tais como:

Aumento acentuado do contingente populacional; Falta de capacidade de atendimento de demandas por serviços essenciais pelo município; Incapacidade de suporte da malha viária municipal; Incremento do uso e ocupação do solo de forma irregular (favelização); Aumento no número de ocorrências policiais com casos

percebidos envolvendo: agressões, estupros, tentativas de homicídio e homicídios, prostituição, entre outros; Especulação imobiliária; Perda de qualidade de vida em função de danos à paisagem e ao meio; Geração de empregos não atenderá aos munícipes por falta de qualificação; Incremento de atividades marginais / economia informal; Aumento da concentração de renda (Pandeff, Guimarães; Donha e Silva, 2008, p. 18).

Cabe ressaltar, que processos de ocupações (vistos como) irregulares podem ser considerados como estratégias cotidianas úteis para resolver a necessidade de moradia, ou seja, são criadas soluções (ainda que, improvisadas) para a problemática habitacional que permeia a logística laboral de grande parte da população. Trabalhadores provenientes de outras regiões (e estados) necessitavam improvisar locais para moradia mais próximos de seus locais de trabalho.

A vinda do Comperj para o município de Itaboraí resultou num processo de transformação urbana, no qual foram necessárias adaptações habitacionais diante do abrupto crescimento populacional. Herzer, Virgilio, Rodríguez e Redondo(2008, p. 95), ao analisarem os processos de mudança na zona sul da cidade de Buenos Aires, elucidam que *“crecimiento económico y crecimiento del mercado de trabajo urbano— y urbano —crecimiento de las ciudades y del componente poblacional que se expresa, en parte, con el surgimiento de urbanizaciones populares”*.

Essa problemática evidencia a fragilização do processo de industrialização. O repentino aumento populacional em uma determinada região, em virtude da oferta no mercado de trabalho, tende a gerar uma nova arquitetura que emerge em função do trabalho. Entretanto, não se observa no município um planejamento consistente por parte da esfera pública para garantir políticas efetivas para toda a população.

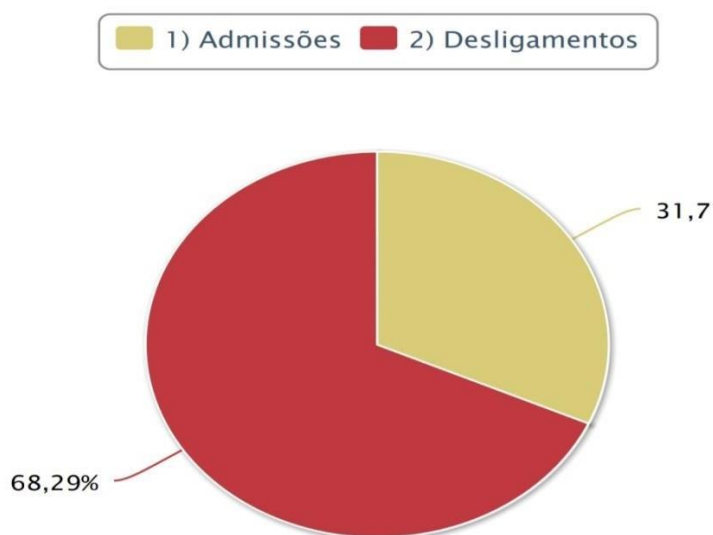
Posteriormente, esse cenário é novamente afetado e, desta vez, com prejuízos ainda maiores, quando, na ocasião da interrupção das obras do Comperj, um expressivo número de trabalhadores foi demitido. O que desencadeou um terrível efeito cascata nos empreendimentos que foram atraídos para a região em virtude das obras do complexo.

A perspectiva de crescimento no número de admissões para o município de Itaboraí, principalmente no setor de construção civil, em razão das obras do complexo petroquímico, teve uma significativa redução com a paralisação das

obras. O percentual de desligamentos dobrou em relação ao de admissões, ao contrário do que era esperado para a região na ocasião da implantação do Comperj, como mostra o gráfico 4, extraído do site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), elaborado com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

**Gráfico 4**

**Perfil de admissões e desligamentos no município de Itaboraí em 2018**



Fonte: MTE/Caged – 2018.

Segundo as Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (Isper), divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes ao município de Itaboraí, em 2018 havia 31,7% de admissões em detrimento de 68,29% de desligamentos, como demonstra o gráfico. Atualmente, de acordo com as informações divulgadas no último painel do Ministério do Trabalho e Emprego do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), até dezembro

de 2023 ocorreram, como mostra o quadro 4, a seguir, 1.124 admissões e 851 desligamentos no município de Itaboraí.

#### Quadro 4

##### Painel de admissões e desligamentos em Itaboraí/RJ em 2023



Fonte MTE/Caged, 2023.

Lima e Piccoli (2017) elaboram uma análise sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, enquanto um megaempreendimento, ao elucidarem algumas repercussões que incidiram sobre os trabalhadores, bem como sobre o município de Itaboraí, que se transformou em uma cidade “fantasma”, devido ao esvaziamento de propriedades, lojas, pousadas, restaurantes e comércio em geral. Segundo as autoras:

Na cidade, que se preparou para absorver os benefícios econômicos e políticos advindos do grande empreendimento, os comerciantes que investiram capital visando alcançar lucros resultantes da superexploração dos trabalhadores, responsáveis pela instalação do Complexo, amargam as consequências da suspensão da obra (Lima; Piccoli, 2017, p.28).

As autoras supracitadas ainda enumeram questões decorrentes do processo de demissões em massa, que fica evidenciado com o crescimento do número de trabalhadores desempregados que buscaram (e ainda buscam, conforme já elucidado) o Sine (Sistema Nacional de Empregos), a fim de pleitear uma vaga de emprego. Nesse sentido, é delimitada a intensa precarização das condições de sobrevivência dos trabalhadores demitidos pelos consórcios que, conforme Lima e Piccoli (2017), muitos não tiveram seus direitos trabalhistas pagos, e ainda, percebe-se parte desses efeitos deletérios,

[...] no acréscimo do número de pessoas nas ruas mendigando porque não possuem condições de voltar às cidades, sobretudo do Nordeste, da quais saíram para trabalhar no Comperj, no aumento daqueles que, por ausência de outra alternativa de sobrevivência, foram aliciados para atuar no tráfico de drogas na região (Piccoli, 2017, p.28).

De acordo com uma matéria publicada em julho de 2018 pelo jornal *O Fluminense*<sup>108</sup>, houve um aumento considerável nos indicadores de violência do município. Para exemplificar essa conjuntura vivenciada no município, destacam-se os casos de roubo de carga que cresceram 284%, assim como ocorreram 196 assaltos, somente no primeiro semestre de 2018.

Os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que houve aumento durante os meses de janeiro a dezembro no ano de 2017 para 2018 em diversas tipologias criminais, como: roubo de celulares, roubo de residências, estupros, mortes decorrentes de intervenção policial, tentativas de homicídios, roubos a veículos, roubo de cargas, roubo em coletivo e a pedestres, conforme indica o quadro 5, a seguir, disponível na plataforma eletrônica de visualização de dados do Instituto de Segurança Pública (ISP).

---

<sup>108</sup> “Números do ISP também apontam para um aumento considerável nos indicadores do município, na comparação entre o primeiro semestre”. Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/en/cidades/itabora%C3%AD-mais-crimes>, publicado em: 21 jul. 2018, acesso em: 19 fev. 2022.

### Quadro 5

#### Relatório de Violência/ ISP – Município de Itaboraí – 2017/2018

Relatório por área	Escolha a área Município	Escolher área Itaboraí	
janeiro-December			
Título	2017	2018	Variação
Indicadores Estratégicos: Letalidade violenta	120	174	54 45.0%
Indicadores Estratégicos: Roubo de rua	1,409	1,810	401 28.5%
Indicadores Estratégicos: Roubo de veículo	966	1,217	251 26.0%
Homicídio doloso	95	131	36 37.9%
Lesão corporal seguida de morte	0	4	4
Latrocínio (roubo seguido de morte)	3	5	2 66.7%
Morte por intervenção de agente do Estado	22	34	12 54.5%
Policiais Civis mortos em serviço	0	0	0
Policiais Militares mortos em serviço	0	0	0
Homicídio culposo (trânsito)	58	35	-23 -39.7%
Tentativa de homicídio	101	176	75 74.3%
Estupro	58	89	31 53.4%
Roubo a banco	0	0	0
Roubo a estabelecimento comercial	135	123	-12 -8.9%
Roubo a residência	36	43	7 19.4%
Roubo a transeunte	1,058	1,164	106 10.0%
Roubo após saque em instituição financeira	10	10	0 0.0%
Roubo com condução da vítima para saque em instituição financeira	1	4	3 300.0%
Roubo de aparelho celular	153	295	142 92.8%
Roubo de bicicleta	0	0	0
Roubo de caixa eletrônico	0	1	1
Roubo de carga	126	296	170 134.9%
Roubo de veículo	966	1,217	251 26.0%
Roubo em coletivo	198	351	153 77.3%
Outros roubos que não os listados acima	263	456	193 73.4%
Total de roubos	2,946	3,960	1,014 34.4%

Fonte: Instituto de Segurança Pública/2017 e 2018.

Conforme indicam Bruno e Pandeff (2016, p. 24), “quando se aborda o crime, se faz menção à transgressão de uma lei e isso engloba uma infinidade de situações diferentes, cada uma favorecida por determinadas condições”. As peculiaridades histórico-culturais e político-econômicas presentes no município de Itaboraí corroboram para o recrudescimento das manifestações da questão social. Os autores ressaltam que:

Os problemas com infraestrutura, adicionados à instabilidade econômica decorrente da desaceleração dos investimentos e paralisação das obras do empreendimento tornam-se fatores determinantes o atual quadro da criminalidade e coloca em risco o futuro do Município no contexto da segurança pública (Bruno; Pandeff, 2016, p.25).

Uma matéria publicada pelo G1<sup>109</sup> em maio de 2018 mostra que a cidade de Itaboraí é caracterizada pela situação de decadência econômica e de aumento da violência, devido à interrupção das obras do Comperj em 2015. Nesse sentido, ressalta que as atividades comerciais foram drasticamente reduzidas, tendo mais de 700 lojas fechadas, assim como o mercado imobiliário que, na implantação do complexo, havia expandido e, atualmente, enfrenta grande retração, com queda nos preços dos imóveis de quase 45% nos últimos anos.

Todo esse aparato expressou uma forte ação especulativa/espoliativa do mercado imobiliário que esperava que, com a conclusão do polo petroquímico, um grande número de empresas consideradas de segunda geração ocupasse a área destinada pelo Comperj para essas indústrias no município (Oliveira; Candido, 2018, p. 75).

A publicação também aponta que construções imponentes, como grandes prédios com heliporto, em sua maioria, permanecem vazios. A decadência do município retraiu os investimentos. Em uma declaração<sup>110</sup>, o prefeito do município de Itaboraí, Sadiel Souza, afirmou que, em 2014, a arrecadação de Impostos Sobre Serviços (ISS) da prefeitura era de R\$ 30 milhões anuais, e que em 2018 não chegava a R\$ 3 milhões, ou seja, foi reduzido a 10% do que era, em três anos.

<sup>109</sup> “Comperj: com obra parada e desemprego, Itaboraí fecha mais de 700 lojas e vê violência crescer”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/comperj-com-obra-parada-e-desemprego-itaborai-fecha-mais-de-700-lojas-e-ve-violencia-crescer.ghtml>, publicado em: 15 mai. 2018, acessado em: 19 fev. 2021.

<sup>110</sup> Idem.

Sob esse contexto, a ação de milicianos encontrou terreno fértil para sua proliferação. Grupos criminosos detém o poder de determinados territórios periféricos, onde se encontram bairros mais afastados do centro urbano, nos quais controlam a circulação de transportes alternativos, comércio de gás de cozinha, assinaturas ilegais de canais pagos de televisão, e cobrança de tarifas para moradores e estabelecimentos comerciais<sup>111</sup>. Além disso, a Polícia Civil investiga homicídios perpetrados pelo grupo organizado de milicianos, o que também gera mais tensão entre os moradores.

O município de Itaboraí, que já enfrentava expressivas problemáticas em diversas esferas, posteriormente à implantação, interrupção e lenta retomada das obras do Comperj, tende a ser ainda mais prejudicado por essa conjuntura. A expectativa de ser um local pródigo em riquezas e oportunidades, como se fosse um Eldorado, devido a implantação do complexo petroquímico, tornou-se frustração em uma cidade vazia, permeada de espaços comerciais abandonados, imóveis desabitados, obras inacabadas, uma cidade considerada fantasma. A esperança foi interrompida, a cidade ficou apenas no sonho do ressurgimento.

Todos esses aspectos têm enorme impacto para a vida da população da região e, em particular, para as condições de vida e de trabalho dos que dependem do Comperj para sobreviver. Nesse sentido, o capítulo seguinte ocupa-se em realizar uma descrição analítica do Complexo Petroquímico e observar o perfil dos trabalhadores demitidos e suas formas de trabalho, como parte significativa dos resultados obtidos através dos dados coletados.

---

<sup>111</sup> Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/52147/policia-civil-investiga-acao-de-milicia-em-itaborai>, publicado em: 29 mai. 2018, acessado em: 19 fev. 2021.

### 4.3

#### **Condições de trabalho dos trabalhadores desempregados do Comperj**

*Uma empresa dessa que nem o Comperj era pra estar funcionando. Aí fica fazendo o povo sofrer, a gente está sofrendo pelo desemprego, pela falta de competência dos nossos superiores que não têm consciência, e têm a ganância pelo dinheiro.*

(TD4, 2018).

Conforme buscamos demonstrar no início deste capítulo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) despontou como uma estratégia de governo para alavancar a economia do país, em 2007. Dentre os principais investimentos realizados, destacam-se os da área de infraestrutura, os projetos de habitação, energia elétrica, construção de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrovias e biocombustíveis. Em 2010, já na segunda etapa do PAC, os investimentos estiveram dirigidos ao petróleo e gás natural.

Nesse contexto, surge o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que teve como principais financiadores a Petrobras, o BNDES e o Grupo Ultra. De acordo com o Rima (2007), a perspectiva que havia sobre a instalação do Comperj, como maior projeto individual da história da Petrobras era a melhor possível. Foi considerado como o “Eldorado”, em virtude de significar para muitos um local de riquezas e oportunidades. Assim, em 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto à diretoria da Petrobras, anunciou a instalação do Comperj no município de Itaboraí, localizado na região metropolitana do estado.

O expressivo investimento realizado pela Petrobras e financiado pelo BNDES previa a instalação, em Itaboraí, de uma Unidade de Produção de Petroquímicos Básicos (UPB), com a finalidade de refinar petróleo pesado produzido na Bacia de Campos; de Unidades de Petroquímicos Associados (UPAs), local para onde seria realizada a modificação de parte desses insumos petroquímicos em resinas termoplásticas; e de uma Central de Utilidades, responsável pelo abastecimento de

água, vapor e energia elétrica imprescindíveis para a operação do Complexo, de acordo com o dossiê do Incid (2015)<sup>112</sup>.

Lima e Piccoli (2017, p. 69) alertam que é necessário observar o conteúdo nacional-desenvolvimentista do argumento que corroborou para a implantação do complexo. O governo justificava esse investimento, ressaltando o imperativo de expandir e modernizar a indústria nacional, exibindo traços expressivos de “uma bandeira progressista, cunhada em interesses nacionais”, ainda que mantivesse seu cariz capitalista.

De acordo com o relatório, sua localização em Itaboraí se deu em virtude da disponibilidade e das facilidades da região. O Rima (2007) previa a criação de mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e “por “efeito-renda”, a nível regional e nacional” (p. 5), com a instalação do complexo. Antevia, ainda, a capacitação de mão de obra em vários níveis de escolaridade, a ser realizada pela Petrobras, em parceria com prefeituras, onde poderiam proporcionar qualificação profissional, vislumbrando efeitos positivos na região e em todo o estado. Em seu ápice, as obras contabilizaram cerca de 30 mil funcionários, segundo o Tribunal de Contas da União - TCU (2010).

---

<sup>112</sup> Dossiê “A invisível cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj”. Sistema de Indicadores da Cidadania – Incid. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas- Ibase. Março de 2015.

**Figura 16**  
**Vista geral do Comperj**



Fonte: Petrobras.

A localização era tida como uma garantia de “eficácia operacional”<sup>113</sup>, visto que o Comperj está situado a apenas 160km da Bacia de Campos, onde se encontra o petróleo pesado a ser utilizado, tendo ferrovias e rodovias (como o Arco Metropolitano) que poderiam fazer esse percurso com facilidade. A possibilidade de expansão do complexo, devido a existência de área disponível para uma ampliação, também foi um dos fatores que contribuíram para a escolha do município de Itaboraí para a sua sede.

Conforme o vídeo institucional produzido pela Petrobras para apresentação do Comperj, cedido pelo analista financeiro responsável pela administração contratual do complexo e que participou como informante desta pesquisa, inicialmente o projeto do Comperj tinha a finalidade estratégica de reduzir as importações de nafta e proporcionar bases competitivas internacionais para o

---

<sup>113</sup> Devido a sua localização, “o Comperj estará ligado a Itaguaí, totalmente integrado à Reduc, Cenpes, a terminais como das Ilha D’água, Ilha Redonda, aos postos do Rio de Janeiro e Itaguaí, bem como ao terminal de Angra dos Reis” (Fonte: vídeo institucional da Petrobras, cedido pelo ex-funcionário do Comperj).

desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira. Situado no município de Itaboraí, no leste fluminense, o complexo ocupa uma área de 45 milhões de m<sup>2</sup>.

O maior investimento individual da Petrobras estava avaliado em mais de 8,4 bilhões de dólares<sup>114</sup>. Era esperada a integração, no mesmo projeto, de refinaria (1ª geração), central petroquímica, unidades produtoras de resinas termoplásticas (2ª geração), central de utilidades para geração de energia elétrica e vapor e para tratamento de água e efluentes.

O começo da terraplanagem estava previsto para o primeiro semestre de 2008. E o início da construção e montagem do complexo estava previsto para o primeiro semestre de 2009. Segundo os dados obtidos por meio do vídeo institucional da Petrobras, esperava-se que o Comperj gerasse uma economia de divisas para o país de cerca de dois bilhões de dólares anuais, instituindo condições para o fortalecimento da indústria nacional.

Seriam produzidos insumos para diversos tipos de produtos plásticos, desde embalagens até componentes automobilísticos. A indústria petroquímica é a base para diferentes setores da economia. No Brasil, o consumo de resinas termoplásticas por habitante alcançou a marca de 27 quilos em 2006. De acordo com os prognósticos otimistas desse período, esse número poderia chegar a até 53 quilos em 2020. Nesse sentido, para alcançar esta previsão, o Brasil necessitava de grandes quantidades de nafta ou de gás natural para a indústria petroquímica, as quais não são produzidas em quantidades suficientes na indústria brasileira para abastecer seu mercado.

Assim, a saída encontrada para essa questão passava pela importação de nafta ou de produtos petroquímicos acabados, com preços elevados. Soma-se a isso, a problemática do petróleo produzido na Bacia de Campos dos Goytacazes, RJ, que não é comumente valorizado no mercado internacional por ser pesado, o que provocava desvalorização monetária em sua exportação. A junção desses fatores provocava um saldo negativo na balança comercial brasileira, que necessitava da

---

<sup>114</sup> De acordo com o vídeo institucional da Petrobras, esse valor seria suficiente para construir três refinarias semelhantes à Reduc (Refinaria Duque de Caxias), ou, ainda, para a implantação de sete projetos de grande porte para o desenvolvimento da produção de petróleo da Bacia de Campos, no litoral Norte do Rio de Janeiro.

supressão da dependência internacional de matéria-prima e, ainda, acrescentar valor ao petróleo produzido no país.

Em uma matéria publicada pelo Globo.com<sup>115</sup> na qual tratava sobre a descoberta de petróleo leve em 2008, o então diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, elucidava a diferença entre os tipos de petróleo. Segundo ele, o petróleo da forma mais densa (pesada) serve para produtos com um custo menor, como óleo combustível. Os vocábulos “leve” e “pesado” fazem alusão à consistência do óleo, o qual pode ser mais ou menos concentrado.

Como explica a publicação supracitada, grande parte do óleo produzido no Brasil é do tipo pesado, mais denso, cujo refino possui um preço mais alto e necessita de mais tecnologia para as empresas do setor. Ainda que autossuficiente, o Brasil é compelido a importar o petróleo leve para juntar-se ao pesado e reduzir os custos do refino.

Destarte, especialistas da Petrobras levaram anos para desenvolver no Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) uma tecnologia única no mundo<sup>116</sup>, que utilizava o petróleo pesado, fartamente existente no Brasil para a produção de insumos petroquímicos básicos, o que valorizaria o petróleo existente na Bacia de Campos.

A previsão inicial, prevista pela Petrobras, era de que o Comperj processasse 150 mil barris de petróleo por dia, 1,3 milhão de toneladas de eteno por ano, 880 mil toneladas de propeno por ano, 700 mil toneladas de para-xileno por ano, 600 mil toneladas de benzeno por ano e 157 mil toneladas de butadieno por ano.

No complexo integrado, seriam produzidos também produtos de segunda geração, resinas termoplásticas que abastecem a indústria de bens de consumo para a produção de manufatura, como garrafas pets, embalagens diversas para indústrias alimentícias e farmacêuticas e peças para indústrias montadoras de automóveis e eletrodomésticos.

---

<sup>115</sup> Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL583646-9356,00-ENTENDA+A+DIFERENCA+ENTRE+OS+TIPOS+DE+PETROLEO.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL583646-9356,00-ENTENDA+A+DIFERENCA+ENTRE+OS+TIPOS+DE+PETROLEO.html), acesso em: 22 mar. 2021.

<sup>116</sup> O FCC (Craqueamento Catalítico Flúido) petroquímico denotaria uma mudança na forma de se produzir petroquímicos básicos no país, pois no lugar de produzir derivados combustíveis, através dessa tecnologia, o complexo produziria produtos petroquímicos, que possuem valor comercial mais elevado.

Esperava-se que o projeto do complexo atuasse desde a extração e o refino até a produção final de resinas termoplásticas o que, segundo a Petrobras, representaria rentabilidade e eficiência para o projeto. Posteriormente, entretanto, o projeto sofreu algumas modificações que tinham por finalidade utilizar a produção de petróleo e gás natural das reservas de pré-sal da Bacia de Santos.

O projeto reformulado presumia refinarias preparadas para processar um *blend* de petróleo médio e leve, com competência para realizar um processamento ampliado para a produção de combustíveis, com o propósito de dar conta da ampliação da demanda por esses produtos. Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (2010, p. 3):

Com as significativas mudanças ocorridas no Comperj, sua importância socioeconômica foi também drasticamente afetada. Antes se previa a construção de um complexo capaz de produzir diversos petroquímicos, no qual se instalariam diversas indústrias de transformação. Reduzida apenas a uma refinaria de petróleo, atendendo apenas ao mercado de combustíveis, e a unidades de processamento de gás natural.

A perspectiva era que surgissem outros empreendimentos industriais petroquímicos, de terceira geração, para emprego dos resíduos para a criação de materiais plásticos. O valor total do investimento era estimado em R\$ 32,5 bilhões. Esperava-se o acréscimo da demanda por moradia, comércio, serviço e educação/qualificação, em virtude do vasto número de trabalhadores contratados para a realização das obras. Dentre os quais, estariam empenhados na execução de trabalhos relacionados ao desenvolvimento da indústria de material plástico.

As indústrias consumidoras de insumos petroquímicos básicos, as de resinas termoplásticas, e as consumidoras intermediárias dos produtos com material plástico seriam atraídas para a região em virtude das obras do Comperj. Além disso, destacam-se “as atividades associadas aos efeitos induzidos pela renda gerada pelos empreendimentos” (Firjan, 2013, p. 47). Ressalte-se também que, conforme os estudos da Firjan:

As atividades de prestação de serviço não têm suas áreas de operação condicionadas à escolha da localização das empresas, o que gera a possibilidade da criação de negócios em todo o estado do Rio de Janeiro, mesmo para municípios com menor

vocação para a atração de indústrias. Esse efeito pode ser um instrumento importante de apropriação dos efeitos do Comperj por municípios que tenham vantagens competitivas para tal, mesmo não sendo geradores do emprego industrial (Firjan, 2013, p. 4).

Segundo Lima e Piccoli (2017, p. 36), “a crise capitalista e a crise político-institucional provocada pela descoberta da corrupção envolvendo a Petrobras e as empresas consorciadas, levaram o valor das ações da estatal a um enorme decréscimo”. No ano em que as obras foram interrompidas, o preço do petróleo no mercado internacional que era de US\$ 100 por barril passou a ser US\$ 40 por barril<sup>117</sup>.

O Tribunal de Contas da União publicou um relatório, em 2010, onde relatava uma reanálise nos preços contratuais das unidades de processo do Comperj, em virtude das revelações apontadas no âmbito da Operação Lava-Jato, em que se denunciou um esquema de fraudes e desvios em contratações de obras nas refinarias. Essa conjuntura, certamente, corroborou para a interrupção das obras do Comperj no fim de 2014 e início de 2015.

Além disso, foram descobertas irregularidades em 106 licenças ambientais com mais de 2.400 exigências que nunca foram cumpridas. O então procurador da República Lauro Coelho Junior, afirmou que a Justiça Federal em Itaboraí não considerou três falhas na concessão das licenças pelo estado: “o fracionamento da avaliação dos impactos ambientais, a inexistência de avaliação ambiental integrada e a apressada concessão da licença de instalação” (Ministério Público Federal, *Jusbrasil*, não datado)<sup>118</sup>.

Contudo, de acordo com a entrevista realizada para esta pesquisa com o analista financeiro responsável pela administração contratual de uma das primeiras obras do Comperj<sup>119</sup>, os problemas que provocaram a interrupção das obras

<sup>117</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, acesso em: 20 fev. 2021.

<sup>118</sup> Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/1058573/mpf-rj-contesta-licenciamento-ambiental-do-comperj>, acessado em: 20 fev. 2021.

<sup>119</sup> O ex-funcionário entrevistado trabalhou na Promon Engenharia, que era uma das empresas que compunham o consórcio SPE (Skanska, Promon e Engevix), responsável pela construção da Udav - Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo.

ocorreram muito antes dos escândalos envolvendo as empresas contratadas pela Petrobras para as obras do Comperj.

A problemática residiria, segundo ele, na ausência de planejamento por parte do governo do então presidente Lula para a política de fomentação de empregos. Ao ser questionado quais seriam os principais motivos que levaram às interrupções das obras, ele respondeu:

Muitos e inúmeros se considerarmos todas as variáveis atreladas a um megaprojeto como este. Mas dois não nos escapam a mente: falta de planejamento, o que não se explicaria dada a alta capacidade dos profissionais da Petrobras envolvidos. Vamos então para a segunda explicação que seria um movimento político, populista, respaldado na imagem de "bom homem", que o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, gostaria de fomentar ao sair de seu último mandato, deixando a cama pronta para sua sucessora Dilma. Milhares de empregos foram gerados de uma hora para outra, de forma irresponsável, considerando que tudo não passava de ilusão, uma bolha, dado que o projeto se mostrou insustentável. Ficou evidente que não houve planejamento suficiente para implantação de um projeto daquela magnitude, naquele local, naquelas condições. Mas pareceu o seguinte: tenho que gerar emprego rápido e dizer que estou fomentando a indústria naval e do petróleo. Então implanta uma refinaria aí em qualquer lugar e pronto! Nas melhores práticas de gerenciamento de projetos adotadas pelo mundo é usual o levantamento das premissas e restrições, que no caso em questão eram muitas e foram totalmente ignoradas, tais como: água potável; energia elétrica; estradas; melhorias nas rodovias e estradas de acesso; capacidade da cidade de Itaboraí comportar/incorporar o trânsito e o contingente de pessoas (cerca de 30.000 profissionais); a construção do porto, gasoduto, oleoduto para escoamento da produção; real necessidade de construção da refinaria X quantidade de petróleo extraído do pré-sal; e por aí vai...

Todavia, vale ressaltar que essa é uma percepção de um profissional a respeito da interrupção das obras no Comperj. Em se tratando do momento histórico atual, não se pode analisar esse relato sem levar em consideração um intenso movimento que buscava culpabilizar o Partido dos Trabalhadores pelos entraves que o Brasil estava vivenciando em sua conjuntura político-econômica, desconsiderando determinações econômicas e políticas de inegável importância para a compreensão desses problemas.

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que um conjunto de razões que levaram à paralisação das obras do complexo petroquímico, e não apenas um único motivo isolado. Razões essas que prejudicaram direta e indiretamente muitas pessoas que organizaram suas vidas em torno do complexo com um intuito de lograr bom êxito

em seus empreendimentos ou mesmo na esperança de um trabalho (dito) “decente”, com uma remuneração apropriada, que pudesse assegurar uma vida digna.

Em julho de 2017, a Petrobras e a maior empresa integrada de P&G da China, a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), estabeleceram uma união estratégica. De acordo com a Firjan (2017), a CNPC evidencia interesse em investir e ampliar suas atividades no Brasil, sendo uma delas a conclusão do Comperj. A previsão de conclusão das obras do complexo está prevista para 2025.

Segundo o analista financeiro entrevistado, a Petrobras pagou para hibernar duas vezes a planta, e posteriormente, pagou uma empresa para lubrificação dos equipamentos para não perder totalmente aqueles que estão parados devido à interrupção das obras. Seria uma medida para preservação dos instrumentos das unidades.

Em uma matéria publicada na página eletrônica do jornal *Exame*<sup>120</sup>, em maio de 2018, mesmo depois de divulgar a suspensão das obras do complexo petroquímico, a Petrobras gastou R\$ 2,7 bilhões para pagar obras já realizadas, encerrar contratos, e garantir a retomada de uma parte das obras, tendo despesas com a preparação das licitações da planta de gás natural e de unidades de apoio para as obras.

No mês de março de 2018, a empresa Kerui Petroleum, da província de Shandong, na China, assinou um contrato com a Petrobras para construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) Rota-3 do Pré-Sal, localizada no Comperj, na cidade de Itaboraí, no valor de aproximadamente US\$ 600 milhões.

Essa notícia chamou a atenção e reacendeu a esperança dos trabalhadores desempregados da região, que passaram verificar constantemente no Sintramon a existência de possíveis vagas de empregos que poderiam vir a ser anunciadas, visto que a estimativa era de que as obras de construção da unidade de gás criassem cinco mil vagas.

---

<sup>120</sup> Mesmo com obras paradas, Comperj consome R\$ 2,7 bi da Petrobras. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/mesmo-com-obras-paradas-comperj-consome-r-27-bi-da-petrobras/>, acesso em: 20 fev. 2022.

Conforme a matéria divulgada no G1<sup>121</sup>, publicada em maio de 2018, o vice-presidente do Sintramon, Marcos Hartung, afirmou que a UPGN poderia gerar pelo menos cinco mil empregos diretos dentro dos próximos meses, e que por esta razão centenas de trabalhadores buscavam o sindicato. Essas vagas não seriam disponibilizadas pela Petrobras e, sim, por empresas responsáveis pela construção e fornecimento de serviços necessários para a obra.

A figura 17 mostra uma das obras mais esperadas para o ano de 2018, a construção dos gasodutos da Linha 03 em Itaboraí, que gerou grande expectativa de emprego para os trabalhadores.

**Figura 17**  
**Obras do gasoduto em Itaboraí/RJ, 2018**



Fonte: O Petróleo, 2018.

Em entrevista realizada para esta pesquisa, o presidente do Sintramon afirmou:

<sup>121</sup> “17 mil desempregados vivem expectativa da retomada de obra do Comperj”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, acesso em: 20 fev. 2021.

A questão da absorção dos trabalhadores na retomada das obras é uma outra discussão em si, porque com as demissões, em 2015, nós tínhamos 18 mil trabalhadores no Comperj. Aqueles 18 mil trabalhadores não estavam ali por acaso, estavam porque as empresas estavam precisando dessa mão de obra ali dentro. Aí nessa possível retomada do Comperj, hoje, falam que o topo que podem chegar é de sete a oito mil. Então é 10 mil a menos do que tinha. E como é que a gente faz com o restante do pessoal que foram demitidos? Vai pôr onde? Seria necessário hoje, ao mesmo tempo, se a quantidade de pessoas que saiu aqui ser a quantidade de pessoas realocadas pra trabalhar lá.

Na verdade, a grande massa de contratação pra o Comperj, a perspectiva tá aí pra o primeiro semestre de 2019. Sendo contratado de cinco a seis mil trabalhadores. As contratações estão sendo feitas no Sine porque o sindicato ele não está encaminhando ninguém, quem tá encaminhando hoje é o Sine. A empresa, hoje, ela tem duas opções, ou ela atende a questão diretamente pelo Sine ou diretamente pela empresa, indicações próprias (Presidente do Sintramon, 2018).

Sob este contexto, na seção seguinte, buscar-se-á traçar um perfil dos trabalhadores demitidos das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro por meio das entrevistas realizadas para esta pesquisa.

#### 4.4

#### **Perfil dos trabalhadores da construção civil do Comperj que foram demitidos em 2014**

*A nossa classe trabalhadora ela foi iludida, ela foi enganada. Nós trabalhadores somos massa de manobra...* (TD3, 2018)

Durante a primeira pesquisa realizada por ocasião do Mestrado Acadêmico, em 2019, constatou-se que em sua maioria, os trabalhadores do setor da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro eram originários de outros estados, sem bases familiares em Itaboraí, que permaneceram no município e arredores por não conseguirem retornar para sua terra natal. Muitos desses trabalhadores encontravam-se desempregados, residentes no município, esperando sua contratação na retomada das obras. De acordo com o Incid (2015, p. 36):

Estima-se que, no canteiro de obras do Comperj, a proporção de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outros estados é de, no mínimo, 70%. Em alguns casos, a estimativa é de 90%. A maioria deles vem de cidades da Bahia, do Pará e do Maranhão. Muitos já saíram dos seus estados de origem contratados pelas próprias empresas (em geral, por um prazo determinado); outros vieram atrás de colegas e parentes que conseguiram um posto de trabalho no Comperj.

O que contraria a lei de incentivo municipal “70 mais 30” (mencionada no capítulo anterior), que objetivava assegurar um maior número de trabalhadores dos 15 municípios do Conleste. O processo migratório vivenciado pelos trabalhadores do Comperj ocorre de maneira amiúde para os trabalhadores do setor da construção civil onde, devido à grande rotatividade das obras – por serem majoritariamente temporárias –, tendem a se acostumarem com sucessivos deslocamentos em busca de vender sua força de trabalho, seu único meio de sobrevivência.

A implantação do Comperj, com a possibilidade de geração de milhares de empregos, provocou o aumento populacional no município de Itaboraí e adjacências, conforme foi visto anteriormente. Com a interrupção das obras, o número de trabalhadores desempregados na região se ampliou significativamente, o que corroborou para busca de ocupações no cadastro do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Após entrar em contato com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon), foi relatado que é comum encontrar filas enormes de trabalhadores logo pela manhã no Sine, em Itaboraí, em busca de retornar ao mercado de trabalho. De acordo com o relato da liderança sindical, já houve dias em que mais de mil pessoas se enfileiravam na busca de uma vaga, por vezes dormiam nas extensas filas, com o intuito de obter atendimento.

Sendo assim, no dia primeiro de outubro de 2018, foi realizada uma visita ao local onde está situado o Sine, para examinar a situação informada. Deveras, às sete horas da manhã a fila já havia ultrapassado o quarteirão do posto do Sine. Após ter dialogado com alguns trabalhadores que estavam na fila, demonstrando interesse em conhecer sua situação ocupacional e apresentando o objeto desta pesquisa, alguns se dispuseram a participar da entrevista, respondendo individualmente o questionário elaborado com um roteiro previamente preparado.

Na ocasião, foram realizadas entrevistas com cinco trabalhadores demitidos do Complexo Petroquímico, que se encontravam aguardando as senhas distribuídas para o atendimento no Sine, a fim de pleitearem uma vaga de emprego. Posteriormente, foram entrevistados, no dia 10 de dezembro de 2018, mais dois trabalhadores que estavam no Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon).

O perfil dos trabalhadores será apresentado através de códigos alfanuméricos, conforme indicado no quadro 6 abaixo, a fim de assegurar o sigilo quanto à identidade dos trabalhadores entrevistados. A sigla TD, criada para representá-los, corresponde a Trabalhador Demitido. A numeração foi feita conforme a ordem das entrevistas.

**Quadro 6**  
**Identificação dos trabalhadores entrevistados**

<b>Identificação</b>	<b>Origem</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de trabalho no Comperj</b>	<b>Função exercida no Comperj</b>
TD1	Pernambuco	Ensino fundamental completo	2 anos	Encanador
TD2	Salvador/BA	Ensino fundamental incompleto	2 anos e 2 meses	Soldador
TD3	Maranhão	Ensino fundamental incompleto	2 anos e 6 meses	Encanador industrial
TD4	Bahia	Ensino médio completo	2 anos e 8 meses	Encanador industrial
TD5	Minas Gerais	Ensino fundamental incompleto	2 anos e 8 meses	Pedreiro
TD6	Belém	Ensino médio completo	4 anos	Soldador
TD7	Bahia	Ensino médio completo	1 ano e 2 meses	Soldador

Fonte: pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Ressalte-se que respeitamos aqueles que não manifestaram interesse em participar da pesquisa. Havia muitos trabalhadores que já compunham o quadro de funcionários do Comperj, e que agora estavam desempregados. Os trabalhadores que se mostraram mais reticentes em participar da pesquisa eram nitidamente mais novos e os que se mostraram dispostos a participar das entrevistas tinham idade entre 39 e 66 anos. Poder-se-ia inferir que esses trabalhadores seriam mais intrépidos que aqueles, visto que já possuem experiência no mercado de trabalho e se sentem mais confiantes para relatar sua trajetória ocupacional.

O conjunto de trabalhadores presentes nos dois dias em que as entrevistas ocorreram em 2018 era composto majoritariamente por homens. Entretanto, foi possível identificar uma mulher que era soldadora, trabalhadora demitida do Comperj, que estava no Sine, mas, infelizmente, não aceitou participar da entrevista. É possível que a trabalhadora estivesse receosa em compartilhar seus relatos e, assim, não auferir a vaga pleiteada na retomada das obras. Entretanto, todos os trabalhadores abordados foram informados que suas identidades estariam sob sigilo ao participarem da entrevista.

Todos os sujeitos entrevistados eram trabalhadores demitidos do complexo petroquímico. Nenhum deles era proveniente do estado do Rio de Janeiro, ao contrário, todos advindos de outros estados e, em sua maioria, da região nordeste brasileira. Com baixa escolaridade e sofrendo os danos do desemprego em seus municípios, migraram para o estado do Rio de Janeiro almejando melhores condições de vida e oportunidade de trabalho. As histórias de vida são bastante semelhantes, tendo uma trajetória ocupacional instável e extenuante.

Conforme ilustra o quadro 7, a seguir, os trabalhadores entrevistados relataram o percurso que realizaram desde que saíram de seus estados de origem. Alguns percorreram diversas cidades até chegar às obras do Comperj, outros vieram para Itaboraí em decorrência do anúncio de vagas, e outros, após a interrupção das obras, permaneceram no exaustivo movimento em busca de trabalho por outras regiões do país.

### Quadro 7

#### Trajétoria ocupacional dos trabalhadores entrevistados

Trabalhadores (identificação na tese)	Profissão	Origem (por estado)	Percurso ocupacional por localidade (regiões e municípios)					
			Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Exterior
TD1	Encanador	Pernambuco			Itaboraí			
TD2	Soldador	Salvador		Salvador	Itaboraí			
TD3	Encanador Industrial	Maranhão	Manaus Pará	Maranhão	Itaboraí Macaé Itaguaí		Rio Grande do Sul	
TD4	Encanador Industrial	Bahia		Bahia	Itaboraí Itaguaí São Paulo Duque de Caxias Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Curitiba	Paraguai
TD5	Pedreiro	Minas Gerais			Minas Gerais Itaboraí			
TD6	Soldador	Belém	Belém		Itaboraí		Curitiba	
TD7	Soldador	Bahia		Bahia	Itaboraí			

Fonte: pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

TD1 tem 66 anos, natural de Pernambuco, não conseguiu terminar o ensino fundamental, aposentou-se recentemente, encontra-se desempregado desde a paralisação das obras do Comperj, reside em Itaboraí há 40 anos, sempre trabalhou na área da construção civil como encanador. Trabalhou por dois anos na empresa Jaraguá, responsável por fazer as interligações da unidade industrial do Comperj.

Segundo o Petronotícias<sup>122</sup>, seriam realizadas através dessa empresa as interligações de 49 tanques, cinco vasos, seis esferas, além de quatro subestações.

TD2 tem 60 anos, é oriundo de Salvador, BA, estudou até a 8ª série do ensino fundamental, reside em Itaboraí há seis anos, encontra-se desempregado há três anos. Antes de ser contratado no Comperj trabalhava como soldador, e permaneceu trabalhando na mesma área enquanto trabalhou no complexo. Trabalhou por dois anos e dois meses contratado pelo consórcio formado por Techint e Andrade Gutierrez, empresas que eram responsáveis pela construção da unidade de coque do Comperj.

TD3 tem 47 anos, nasceu no Maranhão, interrompeu seus estudos ainda no ensino fundamental, reside em Itaboraí há sete anos, encontra-se desempregado atualmente. Trabalhou 10 anos em Manaus, AM, nove anos no Pará. Saiu de casa com 17 anos, trabalhou em Manaus como ajudante no distrito industrial. Aos 28 anos foi para o Pará, onde trabalhou como montador de estrutura e encanador industrial.

Quando chegou em Itaboraí, o trabalhador já era encanador industrial, e foi contratado dentro do Comperj para encarregado de tubulação pelo consórcio SPE, formado a partir da parceria de três empresas de engenharia que atuam no Brasil: Skanska, Engevix e Promon, onde trabalhou durante dois anos e seis meses. Esse consórcio era responsável pela construção da Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo – Udav, dentro do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

TD4 tem 39 anos, proveniente da Bahia, concluiu o ensino médio, reside em Itaboraí há oito anos, encontra-se desempregado. Antes de trabalhar no Comperj, trabalhou em Itaguaí, de Itaguaí a empresa o levou para São Paulo, de São Paulo foi para o Paraguai, depois do Paraguai foi para Bahia e, devido à problemática de desemprego, retornou para o Rio em 2010. Residiu em Caxias, de Caxias foi trabalhar em Curitiba, PR, e posteriormente foi trabalhar no Comperj, onde trabalhou como encanador industrial por dois anos e oito meses no consórcio QGGI.

Esse consórcio foi formado pelas empresas Iesa Óleo e Gás, juntamente com a Queiroz Galvão e com a Galvão, juntas seriam responsáveis pela construção, na

---

<sup>122</sup> Disponível em: <https://petronoticias.com.br/archives/4222>, acessado em: 25 nov. 2019.

modalidade EPC, das Unidades de Hidrotratamento (UHDT) de destilados médios e de Querosene de Aviação (QAV) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

TD5 tem 64 anos, natural de Minas Gerais, interrompeu seus estudos no ensino fundamental, reside em São Gonçalo há 10 anos. Sempre trabalhou de pedreiro. Trabalhou por dois anos e oito meses no consórcio TE-AG, formado pelas empresas Techint e Andrade Gutierrez. Quando foi demitido do Comperj trabalhou oito meses em uma firma, depois mais oito meses em outra e, posteriormente, ficou sem emprego, estando até o presente momento nessa condição.

TD6 tem 40 anos, nascido em Belém, PA, concluiu o ensino médio, reside em Itaboraí há 10 anos. Antes de trabalhar no Comperj trabalhou como soldador em uma Refinaria em Curitiba, PR. No Comperj trabalhou como soldador por quatro anos, contratado pelas empresas Andrade Gutierrez, Fidens, Potencial e o consórcio TUC, formado pelas empresas: Toyo Engineering Corporation, UTC Engenharia S/A e Construtora Norberto Odebrecht S/A.

Este trabalhador foi demitido em janeiro de 2015, e desde então não trabalhou mais de carteira assinada. Realizou trabalho informal em sua área profissional, ainda que esporadicamente. Atualmente encontra-se desempregado.

TD7 tem 65 anos, natural da Bahia, finalizou o ensino médio em 2018, reside em Itaboraí há sete anos. Sempre trabalhou como soldador, conforme o relato. Trabalhou por mais de um ano no Comperj pelo consórcio Teag. Após sua demissão, trabalhou informalmente em sua área de atuação e fora dela. Atualmente, encontra-se desempregado.

Após realizar as entrevistas, foi possível perceber a constante rotatividade presente nas atividades laborais dos trabalhadores da construção civil. É comum deixarem suas famílias, seus estados, suas histórias e seus costumes para migrarem para outros estados em busca de uma vaga de emprego, ainda que seja uma vaga que tenha uma curta duração. A mobilidade contínua desses trabalhadores revela a busca de mecanismos para suprimir suas necessidades:

Quando eu saí do Comperj, eu fui pra Rio Grande do Sul. Trabalhei na plataforma P55. Voltei de novo e trabalhei aqui dentro de novo na Queiroz Galvão. Depois que

eu saí da Queiroz Galvão, voltei também de novo, trabalhei um ano aí. Depois que eu saí, fui pra Macaé, trabalhei cinco meses. Depois de Macaé, estou fazendo essa ponte aqui até Itaguaí. Vou lá faço uma parada de cinco dias e volto. É um bico de carteira assinada, bico registrado (TD3, 2018).

Quando eu saí do Comperj, passou um tempo, eu fui trabalhar no Mato Grosso do Sul, saí do Mato Grosso do Sul voltei aqui pra o Rio novamente, aí passou mais um período desempregado, aí fui pra Minas Gerais agora, trabalhei na cidade de Nazareno lá, aí voltei e estou há uns três ou quatro meses desempregado. Eu vou fazendo os contatos até aparecer alguma coisa (TD4, 2018).

Outra questão que pôde ser evidenciada por meio das entrevistas, reside em que trabalhadores que possuem uma maior qualificação profissional dentro do setor da construção civil acabam tendo mais dificuldade em se inserir em outros espaços de atuação, pois a profissão exercida por eles, além de conferir uma remuneração mais alta que em outros empregos, prejudica sua inserção em espaços menos especializados.

Dito de outra forma, a maioria dos trabalhadores entrevistados relata que enfrentaram problemas para se inserir em outros espaços ocupacionais, pois o contratante, ao tomar conhecimento de sua trajetória profissional, tornava-se receoso em lhe dar a vaga e esta ser deixada no momento em que esse trabalhador especializado alcançasse um emprego no cargo com o qual sempre trabalhou.

Com efeito, esses trabalhadores podem levar mais tempo para se reinserir no mercado de trabalho, pois tendem a aguardar uma vaga na profissão em que se especializaram. De acordo com o relato de um trabalhador a respeito da dificuldade em se reinserir no mercado formal de trabalho:

O pior é que a gente quase não acha porque na hora que eles pedem tudo, na hora do curriculum eu entrego, até em supermercado eu já entreguei, mas acho que eles veem esse negócio de pedreiro que eu não modifico. Aí eu falo com a moça que eu entrego, pode pôr qualquer outra profissão aí, que o salário é menor, é salário-mínimo, né? Acho que supermercado, essas outras coisas, quem não tem estudo suficiente, não tem profissão, é tudo salário (TD5, 2018).

Por conseguinte, trabalhadores utilizam de estratégias laborais para permanecer ativos no mercado de trabalho. Conforme exposto por alguns trabalhadores, é comum possuírem duas carteiras de trabalho. Assim, conseguem apresentar a carteira conforme a vaga de emprego anelada:

Uma pessoa hoje que só tem uma profissão ele fica muito naquele quadradinho, aí ele cai pra o emprego informal, vender uma água, vender uma coisa. Eu já tenho 20 anos nessa área. Trabalho com montagem industrial, trabalho com calderaria, trabalho com mecânica, ajustador, trabalho com mecânica industrial, trabalho como encanador, como encarregado, quando a gente chega na profissão como encarregado, então você já passou por isso tudo, entendeu? Então você tem um pouco de experiência de cada coisa. Então eu tenho duas carteiras, uma carteira de encarregado e outra carteira de, como é que se diz, a gente no nosso ramo a gente chama de ferramenta, de não profissional, de profissional, mas é um que não é de encarregado. Porque se você pega só uma carteira, quando chega pra fazer uma entrevista, eles dizem: poxa, mas você era encarregado, e você pegou e foi e rebaixou sua carteira. A gente sabe que pelo direito da Constituição não pode, mas devido a demanda a gente tem que ir de acordo com o mercado de trabalho. Tá aqui minha carteira de profissional de encarregado e tá aqui a outra de profissional com menos qualificação (TD3, 2018).

A instabilidade político-econômica no cenário brasileiro, conforme abordado neste estudo, também se reflete no setor de construção civil, à medida que diversas obras pelo país se encontram paralisadas, corroborando para que os trabalhadores do setor fiquem desalentados, inseguros, sem expectativas de obterem uma vaga de trabalho: Fico aguardando. Fico à mercê deles, me chamam quando precisam. Não é certo (TD3, 2018).

Essa afirmação demonstra quão submetido ao empregador o trabalhador se encontra. Suas necessidades ficam subjugadas à vontade do contratante de absorver ou não sua força de trabalho. Apesar da rotatividade, mobilidade, instabilidade, insegurança e precarização de muitos espaços laborativos, ainda assim os trabalhadores aguardam ansiosamente poderem ter o *privilégio da servidão* (Antunes, 2018).

O autor pondera que os trabalhadores devem apresentar uma disponibilidade contínua para serem convocados a vender sua força de trabalho, assim que seja necessário para as empresas (Antunes, 2018, p.34). A tecnologia permite o estreitamento desse processo, à medida que esses trabalhadores são chamados por aparelhos telefônicos, ou verificam a existência de vagas de trabalho em aplicativos especializados, como no caso do aplicativo Sine Fácil.

Contudo, em vez de possibilitar a busca por empregos, pode aumentar a insegurança nos trabalhadores por não terem a certeza de uma empregabilidade

estável, podendo ser facilmente descartados por seus contratantes e substituídos por outros trabalhadores, caso não se enquadrem dentro dos aspectos estabelecidos para manutenção no emprego.

Os trabalhadores do setor de construção civil são prestadores de serviços (em sua maioria, temporários) para outras empresas, como é o caso dos trabalhadores do Comperj, que são terceirizados, subcontratados por empresas contratadas pelos consórcios. Esses consórcios são formados por uma empresa ou conjunto de empresas que gerenciam o contrato principal.

Todos os trabalhadores entrevistados para esta pesquisa afirmaram que suas condições de trabalho no complexo petroquímico eram adequadas. Relataram que trabalhavam com a carteira de trabalho assinada, com todas as garantias previstas em lei para o trabalho formal. Tinham vale alimentação, transporte, plano de saúde e recebiam as horas extras trabalhadas. Foram unânimes em relatar que o salário recebido era condizente com o seu trabalho e que nunca deixaram de receber.

Entretanto, relataram que colegas que trabalhavam para a empresa Alusa Engenharia, que depois mudou o nome para Alumini Engenharia, amargaram atrasos no pagamento de salários, e ficaram por um tempo sem receber suas rescisões contratuais quando foram demitidos. Essa empresa, conforme já mencionado, foi o escopo de mobilizações dos trabalhadores do Comperj que lutavam por reajustes salariais, benefícios e pagamentos atrasados.

De acordo com o estudo realizado por Almeida (2016), os trabalhadores reivindicavam reajuste salarial de 11,5%, vale alimentação de R\$ 500,00, horas *In Itineri* (pagamento de duas horas), horas extras, classificação de atividades por parte das empresas, folga de campo, e pagamento integral da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) dos trabalhadores, referente ao ano de 2013-2014, além de não serem descontados os dias de greve (p. 79).

Segundo o presidente do Sintramon, em entrevista para essa pesquisa em dezembro de 2018, há sete ou oito meses atrás a Alusa pagou tudo aquilo que estava devendo a esses trabalhadores. Porém, não foi possível encontrar, para fins desta pesquisa, nenhum trabalhador da Alusa para ratificar essa informação, e verificar as implicações desse período sem o recebimento de suas rescisões contratuais.

Os trabalhadores entrevistados que estavam no Sine e no Sintramon eram todos do setor de construção civil que possuíam uma especialização profissional no setor. Não identificamos trabalhadores que fossem serventes, ajudantes de obra, armadores, entre outros profissionais com remunerações mais inferiores.

Poder-se-ia inferir que esses trabalhadores se alocaram em postos de trabalho precarizados e informais, solapando ainda mais seus direitos trabalhistas. Neste sentido, estariam, então, aplicando seus esforços e seu tempo em granjear seus meios de subsistência, não sendo possível, assim, pleitear suas vagas anteriores no complexo.

Ao analisar as formas de trabalho contemporâneas cada vez mais precárias, fruto da conjuntura regida pelos ditames neoliberais, no contexto do capital financeiro, Antunes (2018, p. 172) pondera que “a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente se tornar a regra”. Ao ser indagado sobre as condições laborais dos trabalhadores do Comperj, o Presidente do Sintramon relatou:

Algumas funções conseguiram, e outras continuaram desempregadas, porém fazendo *free lance*, empregos informais. Eu já vi soldador com aqueles carrinhos, sabe, catando latinha, catando papelão, catando panela velha, mas, querendo ou não, estão defendendo o deles honestamente, então não estão diretamente na rua, pedindo isso e aquilo, desocupados. Então existem várias maneiras, outros estão trabalhando no estacionamento de flanelinha, outros tão vendendo picolé na praia, vendendo bala no trânsito, vendendo água, então são várias situações que as pessoas estão encontrando pra poder ganhar seu “ganha pão” honestamente. Mas é claro que têm algumas pessoas que perdemos alguns para o tráfico, outros que caminharam por um caminho diferenciado, isso aí pode acontecer (Presidente do Sintramon, 2018).

Em uma matéria publicada pela página eletrônica *Globo.com*<sup>123</sup> em maio de 2018, diversos trabalhadores expuseram as dificuldades enfrentadas após as demissões no Comperj. De acordo com os relatos publicados, um trabalhador que era armador em uma das empresas ligadas à construção do Comperj, após ser demitido, trabalhou de maneira informal em espaços ocupacionais temporários por

<sup>123</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, publicado em: 15/05/2018, acesso em: 07 mar. 2021.

três anos consecutivos à paralisação das obras e, na ocasião da publicação, estava desempregado.

Outro relato apresentado na matéria supracitada é o de um trabalhador, que era montador de tubulação nas obras do complexo petroquímico, e descreve que na ocasião estava trabalhando como guardador de veículos na Avenida 22 de Maio, a principal do município de Itaboraí. Apesar da exposição ao sol forte e sem garantias trabalhistas, o trabalhador de 32 anos revelou que graças a essa função ainda conseguia garantir alguma coisa para o sustento do seu filho. Entretanto, lamentava não trabalhar mais no Comperj, pois o complexo era um sonho, o qual foi interrompido.

A respeito do trabalho, Antunes (2018, p. 98) pondera que “ao contrário de efetivar-se como exercício de uma atividade vital, satisfação de uma carência, ele se converte em apenas um meio para saciar as carências fora dele”. As necessidades fora do âmbito laborativo é que compelem o trabalhador a estar trabalhando.

Nesse contexto, a escassez de trabalho representa a ausência de recursos responsáveis pela reprodução da vida desse trabalhador e de sua família. A naturalização da condição de desemprego impulsiona os trabalhadores a se habituarem com formas de trabalho precarizadas, sendo impelidos a se sujeitar a esses subempregos em troca de meios para o seu sustento. Em entrevista para esta pesquisa, dois trabalhadores afirmaram:

Às vezes eu acho que Deus permite que a gente fique um ano, dois anos, três anos desempregados, que é pra saber como valorizar cada centavo que a gente ganha (TD4, 2018).

Muitos que achavam que estava ruim, agora estão reclamando aquele emprego lá. Porque ainda mais a gente que trabalha nessas empresas grandes, agora o governo não tá fazendo nada, né? Nada de empresas, as obras tudo paradas (TD5, 2018).

A alienação do trabalhador ao trabalho, em razão da necessidade de vender-se a si próprio, impede-o de observar a exploração a que está submetido, caracterizada por baixos salários, longas jornadas, intensos ritmos de produção, extração tanto de mais valor absoluto quanto de mais valor relativo, em

conformidade com a dinâmica do padrão de acumulação capitalista (Antunes, 2018, p. 118).

O fenômeno do desemprego perpassa cada trabalhador entrevistado. Sua manifestação constante demonstra que não se trata de um problema isolado, uma crise pontual que acometeu um grupo de empresários responsáveis pelas obras do complexo. A gravidade com que se apresentou para os trabalhadores do Comperj reverbera em boa parte das oportunidades de trabalho perdidas na região.

Assim, não somente as condições de trabalho são afetadas, mas a própria qualidade de vida dos trabalhadores se torna ameaçada. Segundo exposto pelos trabalhadores entrevistados:

Fui demitido em 15 de janeiro de 2015. Fiquei trabalhando aí, fazendo bico mesmo, sem carteira assinada. Mudou muito desde que fui demitido, o salário caiu muito, muito mesmo. Tem quatro anos que deixei de pagar a contribuição para o INSS. E se ficar doente sem plano de saúde você fica desprotegido (TD6, 2018).

Estou desempregado. Trabalhei fazendo bico na minha área e fora da minha área. Sem carteira assinada, fazendo portões, grades, algumas coisas dessas, ou como ajudante. Estou aqui no sindicato procurando serviço (TD7, 2018).

Ao ser indagado sobre o número real de trabalhadores demitidos do Comperj, tendo em vista a questão do desemprego na região, o presidente do sindicato revelou:

Eu nunca vi uma crise tão grande, eu com 51 anos eu já vi algumas crises da área da montagem, da construção, dos estaleiros, mas era um pouco diferente porque você saía daqui, sempre tinha uma... todo ano, meado do ano, próximo de final de ano tinha uma parada na refinaria tal, você saía daqui tinha uma parada na usina de cana em tal lugar, então você conseguia, de certa forma, transferir uma quantidade de pessoas que estava desempregada para um determinado local. Uma parada é quando você para uma parte de uma refinaria pra fazer uma reforma, uma manutenção, a gente chama de parada aquilo. E, com isso, as pessoas saíam de um local para o outro, eles conseguiam naquele período de 30, 40, 60 dias, às vezes até 90 dias, eles conseguiam ali aquele trabalho naquele período. E de 2015 pra cá, com a quantidade de trabalhadores que foram demitidos, o que me chamou a atenção é que não foi só aqui, foi em todo país (Presidente do Sintramon, 2018).

Cabe ressaltar que todos os trabalhadores entrevistados ressaltaram que o maior desafio vivenciado pelos trabalhadores demitidos do Comperj é vivenciar o desemprego, destacando-se algumas argumentações:

O maior problema é o desemprego. O desemprego está demais. Tem até supervisor trabalhando de servente, ajudante e não está encontrando. Eu não consegui trabalho. Eu gastei tudo que tinha e que o não tinha e fiquei aí. Com o apoio da minha família, se for pra passar dez anos aqui, eu passo porque minha família me dá apoio. Minha família está lá em Salvador. Eu tenho 11 irmãos e eles não deixam eu passar sufoco não, que eu criei eles também, né? Estou aqui sozinho, mas quando eu me aposentar, vou embora (TD2, 2018).

O maior problema é o desemprego, mas a questão é que tem emprego, o nosso Brasil é rico em matéria prima. A gente tem riquezas que outros países não têm. A gente tem petróleo, tem água à vontade, tudo fonte de renda pra gente. Uma empresa dessa que nem o Comperj era pra estar funcionando. Aí fica fazendo o povo sofrer, a gente está sofrendo pelo desemprego, pela falta de competência dos nossos superiores que não têm consciência, e têm a ganância pelo dinheiro (TD4, 2018).

Nós precisamos do emprego, e o Comperj está aqui em Itaboraí, o povo de Itaboraí é que tem que ficar, o povo de Niterói, de São Gonçalo, daqui da região do Rio. E vem muita gente de fora, vem o pessoal de Minas, vem o pessoal de Salvador, aí eles ficham e nós acabamos ficando desempregados. Todo mundo foi afetado, o município, muitas lojas foram fechadas, materiais de construção, essas lojas todinhas foram fechadas, e aí afetou geral, geral, né (TD6, 2018).

A expectativa de contratação na retomada das obras trouxe esperança para os trabalhadores demitidos do complexo petroquímico, mesmo sabendo que o número de contratações não seria suficiente para absorver a maioria desses trabalhadores que estão desempregados. O presidente do sindicato afirmou que o maior volume de contratações para o Comperj era esperado para o primeiro semestre de 2019, o que representaria de cinco a seis mil trabalhadores contratados, em detrimento do expressivo número de trabalhadores demitidos no período dos anos de 2014 e 2015, tendo em vista que o Comperj já chegou a contratar mais de 30 mil trabalhadores.

De acordo com o veículo de comunicação online especializado em divulgação de notícias do setor petrolífero, *O Petróleo*<sup>124</sup>, no dia 16 de janeiro de 2019, mais

<sup>124</sup> Urgente! Ex-funcionários do Comperj querem proibir contratações de profissionais de “fora”. Disponível em: <https://www.opetroleo.com.br/urgente-ex-funcionarios-do-comperj-querem-proibir-contratacoes-de-profissionais-de-fora/>, publicado em: 18 jan. 2019, acessado em: 08 mar. 2022.

de 30 trabalhadores demitidos do Comperj realizaram uma manifestação na BR-101, na altura do trevo de Manilha, em Itaboraí. Os trabalhadores revelaram que na retomada das obras não estão sendo priorizados os trabalhadores da região, visto que a empresa responsável pela contratação tem contratado trabalhadores de outros estados.

Consoante à publicação, a Petrobras alegou em nota que a despeito da responsabilidade pelas contratações para as obras ficar a cargo das empresas contratadas, a estatal tem “reforçado junto às mesmas o compromisso de priorizar a contratação de mão-de-obra local”<sup>125</sup>. Além disso, informou que:

As obras do projeto integrado Rota 3 já estão em andamento e contemplam a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e de um gasoduto com aproximadamente 355 quilômetros de extensão total, que escoará o gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos até a UPGN, em Itaboraí (RJ). Tanto a UPGN quanto o gasoduto estão previstos para ficar prontos em 2020. O objetivo é que funcionem integrados. A realização de cada etapa respeita o cronograma do projeto, e tem previsões distintas de conclusão, de acordo com a data de necessidade do serviço e a evolução da obra (Petrobras, 2019 apud *O Petróleo*, 2019).

Os trabalhadores informaram que esta foi apenas a primeira de muitas manifestações que farão em prol da ocupação das novas vagas no complexo petroquímico. A matéria não divulgou a presença do sindicato nessa mobilização dos trabalhadores do Comperj. Depreende-se que esses trabalhadores se organizaram para pleitear suas vagas sem a participação dos sindicatos.

Posteriormente, um mês após essa manifestação, no dia 18 de fevereiro de 2019, foi noticiada outra mobilização dos trabalhadores demitidos do Comperj pelo portal *Click Petróleo e Gás*<sup>126</sup>, que relatou que os trabalhadores bloquearam a portaria de acesso às obras, impedindo a entrada dos trabalhadores contratados para cumprir o expediente (figura 18). A tônica do protesto consistia na não contratação de trabalhadores residentes em Itaboraí e nas regiões circunvizinhas por parte das empresas responsáveis pelas obras do complexo.

---

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> Ex-funcionários se dirigiram à portaria e impediram a entrada dos funcionários cobrando contratação de mão de obra local no Comperj. Disponível em: <https://clickpetroleoeogas.com.br/trabalhadores-fazem-protesto-na-portaria-do-comperj/>, publicado em: 19 fev. 2019, acesso em: 08 mar. 2021.

**Figura 18**  
**Trabalhadores fazem protesto na portaria do Comperj**



Fonte: Click Petróleo e Gás, fevereiro de 2019.

Na reportagem, os trabalhadores pontuaram que estão desempregados, mesmo após terem se cadastrado no Sine de Itaboraí. Eles reclamam por transparência nas novas contratações das obras, visto que, conforme divulgado na matéria, em uma reunião<sup>127</sup> realizada entre os representantes das empresas e

<sup>127</sup> A reunião ocorreu no início do mês de dezembro de 2018 entre a assessoria de assuntos do Comperj e representantes da *Kerui Petroleum*, Cia. chinesa responsável pela construção da UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) em Itaboraí-RJ na agência do Sine (Sistema Nacional de Emprego). Os assuntos tratados na reunião discorreram sobre a contratação de trabalhadores a serem empregados nos canteiros de obras do Comperj por meio do Sine. Tratou-se sobre transparência, impessoalidade e esclarecimentos concernentes a essa temática. Cabe ressaltar que outras empresas que atuaram no Comperj de modo multilateral como a General Electric (GE), Locar, Mcdermott, EBSE, ECB, MIP, contratarão de forma independente para atividades técnicas específicas, dependendo da fase do empreendimento, conforme as informações divulgadas no portal Click Petróleo e Gás. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/representantes-da-kerui-comperj-e-sine-se-reunem-para-definir-as-contratacoes-em-2019/>, publicado em: 03 dez. 2018. Acesso em: 08 mar. 2021.

representantes do Comperj no Sine, em dezembro de 2018, ficou acordado que a metodologia de convocação dos trabalhadores seria através do cadastro no Sine.

Na entrevista realizada para esta pesquisa com a principal liderança sindical dos trabalhadores do Comperj, ao questionar sobre quais seriam as principais reivindicações dos trabalhadores do Comperj, o presidente afirmou:

Transparência com o Sine, porque criamos uma questão, mas de contrapartida a gente tem um órgão em si que tá fazendo as contratações, todas as contratações, todas as empresas que estão contratando estão contratando pelo Sine. Antes, nós, do sindicato, brigamos muito para que, as contratações, a gente pudesse estar indicando, utilizando o banco de dados do sindicato na questão das contratações. Essa era a nossa briga inicial (Presidente do Sintramon, 2018).

Desta forma, o sindicato destaca a dificuldade em intervir nessa questão, uma vez que foi estabelecido que as novas contratações seriam realizadas por meio do Sine, sem que o sindicato pudesse controlar o percentual de contratações. Ressalte-se que os trabalhadores que estavam sendo contratados naquele período nas obras do Comperj aceitaram voltar ao trabalho com vencimentos bem menores em postos de trabalho que exigem menor qualificação<sup>128</sup>.

A crise do sistema financeiro global, em 2008, aliada à redução do preço do petróleo, pactuada entre a Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos, desencorajaram investimentos no setor, que se tornou alvo de denúncias de corrupção por vezes obtidas mediante métodos questionáveis de delação, colocando na defensiva a continuidade das obras do já desidratado Comperj, paralisadas desde 2015 e modestamente retomadas em 2018 pelo consórcio formado pela empreiteira chinesa Shantong Kerui Petroleum e pela nacional Método Potencial, para construir a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), gerando 2.500 postos de trabalho, distante das estimativas oficiais para o empreendimento (Binsztok; Barbosa, 2018, p. 11).

Em suma, quem permanece lesado ainda mais com essa situação é o trabalhador demitido do Comperj que, além de ter sido tolhido da chance de vender sua força de trabalho na ocasião em que foi abruptamente despedido, perde novamente essa chance, ao ver escapar mais uma vez a prerrogativa de sua vaga de

<sup>128</sup> Após três anos parado, Comperj volta a contratar. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/apos-tres-anos-parado-comperj-volta-contratar-22740387>, publicado em: 02 jun. 2018. Acesso em: 08 mar. 2021.

emprego nos canteiros do complexo, sendo impulsionado a se submeter ao subemprego, a fim de permanecer ativo no mercado (ainda que de maneira informal) e manter minimamente sua sobrevivência.

#### 4.5

#### **De Comperj a Polo GasLub Itaboraí: um novo nome para antigos problemas**

De acordo com a página eletrônica Petronotícias<sup>129</sup>, em publicação de maio de 2020, o então presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, ressaltou que a mudança do nome do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) para Polo GasLub Itaboraí ocorreu na tentativa de apagar o passado de escândalos envolvendo as empresas contratadas para a construção do empreendimento, ao qual ele se referiu como sendo um “cemitério da corrupção”. A matéria sinaliza que o que a Petrobras não deve deixar que o empreendimento conquiste o título de “cemitério de empresas”, tendo em vista a rotatividade das empresas contratadas desde o início da construção do Complexo.

Considerando que a imagem do Comperj foi associada às investigações da Operação Lava Jato, a problemas com questões operacionais e atrasos ou prejuízos financeiros, pode-se inferir que renomear o Comperj faz parte de uma estratégia para revitalizar sua imagem e melhorar a percepção do mercado sobre suas operações e objetivos. Uma nova marca poderia contribuir para atrair investimentos e estabelecer parcerias estratégicas com outras empresas do setor, com o intuito de torná-lo mais atraente para investidores e potenciais parceiros comerciais.

Deve-se atentar também que, ao adotar um nome que inclui o nome da cidade (Itaboraí), pode haver uma tentativa de mostrar um fortalecimento dos laços com a comunidade e demonstrar o “compromisso” com o desenvolvimento econômico local. Além disso, esse movimento estratégico reflete não apenas uma mudança

---

<sup>129</sup> Para tentar apagar passado de corrupção, Petrobras muda nome do Comperj para Gaslub Itaboraí. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/para-tentar-apagar-passado-de-corrupcao-petrobras-muda-nome-do-comperj-para-gaslub-itaborai/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

superficial de nomenclatura, mas, também, uma redefinição da identidade e dos objetivos operacionais da instalação.

No período em que esta pesquisa foi realizada, a Petrobras estava construindo, em Itaboraí, um polo para processamento do gás do pré-sal e investindo em um projeto de produção de lubrificantes interligado à Refinaria Duque de Caxias - Reduc (RJ). As obras seguiam na direção da construção do gasoduto Rota 3 e da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

Conforme Azevedo (2021), a despeito do crescimento da produção do petróleo, houve uma expansão da construção de uma malha de gasodutos. A Rota 3 foi planejada como uma rede de gasodutos que ligaria campos do pré-sal ao Comperj, que se tornou uma construção de uma UPGN. De lá, esse gás seria tratado para ser injetado na rede. O planejamento previa que o gasoduto teria aproximadamente 355 quilômetros (km) de extensão total, sendo 307 km de trecho marítimo, já construído, e 48 km de trecho terrestre. A proposta era de que esse gasoduto viabilizasse o escoamento e processamento de 21 milhões de metros cúbicos de gás por dia ( $\text{m}^3/\text{d}$ ) de gás natural produzido no pré-sal da Bacia de Santos. O Gasoduto Rota 3 é uma parte do sistema de gasodutos do Brasil, criado para transportar gás natural do pré-sal na Bacia de Santos até a região sudeste do país, incluindo o estado do Rio de Janeiro. O projeto faz parte do plano de expansão da malha de gasodutos para acompanhar a produção crescente de gás natural no pré-sal.

O gás natural escoado pelo Rota 3 é direcionado a Rota 2, através da interligação entre os dois gasodutos, e transportado até a Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas (UTGCAB), em operação na cidade fluminense de Macaé, onde é processado. Estima-se que quando a operação do Gasoduto Rota 3 estiver completamente finalizada, a malha de escoamento de gás natural do pré-sal da Bacia de Santos, que inclui os Gasodutos Rota 1 e Rota 2, terá capacidade total de transportar cerca de 44 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

De acordo com informações divulgadas no site oficial Comunicação Bacia de Santos<sup>130</sup> em julho de 2022 e atualizada em abril de 2023, o Gasoduto Rota 3 começou a operar no mês de junho de 2022, embora de forma parcial. O gás natural utilizado nessa operação é derivado da plataforma P-77, que se somará ao da P-75, ambas instaladas no Campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. As obras dos trechos marítimo raso e terrestre do Rota 3 foram finalizadas no início de 2022, entretanto, a operação parcial envolve apenas os trechos marítimos ultra profundo e profundo.

Em novembro de 2023, a página Petronotícias<sup>131</sup> informou que o diretor executivo de engenharia, tecnologia e inovação da Petrobrás, Carlos Travassos, afirmou que a construção do gasoduto Rota 3 deve iniciar sua operação no segundo semestre de 2024. De acordo com a matéria, Carlos Travassos informou que para concluir é necessária a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), que será localizada no Polo GasLub, anteriormente denominado de Comperj, em Itaboraí (RJ). O adiamento ocorreu em função da desmobilização da força de trabalho da empresa responsável pelas obras da UPGN. As empresas contratadas em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE)<sup>132</sup> são a chinesa *Kerui Petroleum* (KM), uma das maiores da China, e a empresa brasileira de engenharia Método Construção e Montagem, que formam a KM. Paula e Moura (2021, p. 130) observam:

A desarticulação das empreiteiras também levou à desnacionalização por meio da penetração de firmas estrangeiras no mercado nacional de infraestrutura e construção civil, seja via contratos para obras no Brasil ante a debilidade das empresas domésticas, seja via aquisição de construtoras por tais grupos.

<sup>130</sup> Gasoduto Rota 3 inicia operação parcial de escoamento de gás natural. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/w/gasoduto-rota-3-inicia-operacao-parcial-de-escoamento-de-gas-natural>. Acesso em: 22 fev. 2024.

<sup>131</sup> Petrobras dentro do cronograma para iniciar operação da Rota 3 no segundo semestre de 2024. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/petrobras-dentro-do-cronograma-para-iniciar-operacao-do-rota-3-no-segundo-semester-de-2024/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

<sup>132</sup> O Regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE) é uma estrutura legal e organizacional utilizada em diversos tipos de projetos, especialmente no setor de infraestrutura e em empreendimentos de grande porte. Uma SPE é uma entidade criada para realizar um projeto específico, como a construção de uma estrada, uma usina hidrelétrica, um complexo industrial, entre outros. Essa estrutura é comumente utilizada em parcerias público-privadas (PPPs) e em projetos de investimento de longo prazo.

Segundo a petroleira, a paralização das obras da UPGN ocorreu devido à rescisão contratual por parte da empresa contratada, a SPE Kerui-Método, que era responsável pela construção do gasoduto. Calcula-se que nesse período 1.500 trabalhadores foram despedidos e as atividades de construção estão paralisadas, estando em funcionamento somente a preservação dos equipamentos e instalações.

No caso da UPGN, houve uma redução de 70% no efetivo de trabalhadores como medida de mitigação contra a pandemia de covid-19.

Em setembro de 2021 foi realizada uma nova entrevista com o presidente do Sintramon, na qual ele afirmou:

Com a pandemia, nós tivemos uma queda muito grande de emprego no Comperj em março de 2020. As atividades no Comperj foram freadas, e ficaram 30% trabalhando 70% em casa. Depois, quem estava com 59 e 60, nessa faixa de risco, ficaram em casa, alguns em home office, alguns tiveram que ser demitidos. Perder emprego na pandemia foi mais difícil pra se realocar no mercado depois. Alguns buscaram o sindicato e nós tentamos fazer essa recolocação no mercado de trabalho, de acordo com a necessidade das empresas (Presidente do Sintramon, 2021).

Em 2021 também foram realizadas entrevistas com dois trabalhadores que, na ocasião, estavam trabalhando nas obras da UPGN, que estavam sendo operacionalizadas no Comperj/GasLub. Ambos eram encanadores, e faziam parte da diretoria do Sintramon e aceitaram participar da pesquisa. Ao serem questionados sobre a situação dos trabalhadores com o advento da pandemia, eles responderam:

A situação da interrupção foi agravada com a pandemia, né? Porque os que estavam trabalhando ainda nos canteiros tiveram que parar um período. Morreu funcionário. E deram muitas férias pra, de uma certa maneira, não botar o pião pra trabalhar. Mas muitos nem retornaram das férias, né? Pessoas da idade de mais de 60 anos, dispensaram, né? Aí, imagina, essas pessoas pra se colocarem no mercado outra vez? Se está ruim pra gente com essa idade, que dirá pra pessoa mais velha. É muito complicado, né? (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

Segundo o presidente do Sintramon, a Petrobras precisava gerar fundos de uma maneira mais rápida, por isso focou na UPGN, que é a obra que emprega todos os trabalhadores que estão nos canteiros de obra do Comperj. Ele relatou que os

trabalhadores são contratados através de empresas contratadas pela Petrobras, sendo terceirizados. Afirma também que após a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), os trabalhadores foram prejudicados. “Os trabalhadores passaram a ser penalizados pelo tempo de serviço, pela qualidade das empresas em si, pelos benefícios. Têm empresas que querem diminuir o salário, os benefícios do trabalhador” (Presidente do Sintramon, 2021).

Quando indagados sobre as obras que estavam sendo realizadas naquele período, os trabalhadores responderam que após as paralisações das obras em 2014, na retomada, já com o projeto da UPGN, os trabalhadores contratados precisaram se realocar em atividades profissionais diferentes das que exerciam anteriormente:

Demorou bastante tempo pra acontecer a contratação, pra limpar o canteiro, pra receber o pessoal. Nós entramos com o intuito de organizar o canteiro, limpar, ajeitar pra poder receber o pessoal. Independente da profissão, todos tentaram entrar. Tinha que meter a mão, capinar. Ou faz isso ou fica desempregado. É. Aí você assume outras funções, né? Desvio de funções, mas era o melhor que tinha no momento, né? Tinha que aceitar aquilo (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

Em relação às funções exercidas nos canteiros de obras, os trabalhadores explicaram que existiam várias empresas naquele momento e que, ao finalizar suas atividades, os trabalhadores ficam desempregados novamente:

Eu trabalho na KM (Kerui/Método), que hoje é responsável pelo maior canteiro de obras. No meu canteiro são três mil e duzentas pessoas. Aí, nos outros, já varia. Tem obras que tem quatrocentos, quinhentos, mas o total, segundo o nosso informativo, gira em torno de quatro mil trabalhadores atualmente. E no caso da minha empresa, ela fica mais ou menos um ano, um ano e meio e, por aí, estourando de obra, entendeu? Sim, ela não vai ficar na operacionalização (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

Eu trabalhava lá, saí há seis meses, mas essa semana eu já estou retornando pra lá por outra empresa. No canteiro onde vou entrar é de preservação dos equipamentos que já estão lá, pra não estragar com o tempo, são quarenta e cinco pessoas. As obras elas vão acabando, né? Não tem essa continuidade, né? É, vai acabando as obras e vai entrando a parte de limpeza, de manutenção. Vai ficando mão de obra só pra manutenção (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

A paralisação das obras no Comperj, a partir de 2014, seguida pelo processo de demissões em massa, deixou milhares de trabalhadores desempregados de uma

só vez. Muitos desses trabalhadores tinham famílias para sustentar e dependiam do emprego no Comperj como principal fonte de renda. Com a perda do emprego, esses trabalhadores enfrentaram severas dificuldades financeiras. A pesquisa mostrou que não tinham economias suficientes para cobrir suas despesas enquanto procuravam por novas oportunidades de emprego. Isso levou a problemas como inadimplência em empréstimos, dificuldades para pagar contas básicas e, até mesmo, a perda de moradia.

Quando desemprego é prolongado e as perspectivas de encontrar um novo emprego são limitadas, muitos desses trabalhadores, que possuíam habilidades e qualificações específicas para a indústria petroquímica, não conseguem facilmente migrar para outros setores:

O soldador, ele não consegue trabalhar com facilidade em outro lugar, o encanador também. Até mesmo montador de andaime. Tem profissões que depende do estaleiro, das construções pesadas. E aí o trabalhador que não consegue mais emprego na sua área vai pra outras áreas, né? Encontra outros trabalhos. Vira Uber e até vendedor de água (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

Os motoristas da Uber<sup>133</sup>, amiúde, enfrentam salários baixos e instabilidade financeira devido à natureza do pagamento por viagens realizadas. Não possuem direitos trabalhistas como férias pagas, seguro saúde, seguro-desemprego, licença médica remunerada ou compensação por acidentes de trabalho ou aposentadoria, e são responsáveis por cobrir todos os custos operacionais, como combustível, manutenção do veículo e seguro. Além disso, a pressão pela avaliação dos passageiros pode influenciar diretamente sua capacidade de continuar trabalhando na plataforma. A falta de representação e negociação coletiva dificulta a capacidade

---

<sup>133</sup> Uber Technologies Inc. é uma empresa multinacional americana, fundada em 2008, formalmente apresentada como prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo de transporte que permite a busca por motoristas baseada na localização, oferecendo um serviço semelhante ao tradicional táxi. A empresa tem sede em São Francisco, Califórnia, EUA, e opera em aproximadamente 70 países e 10 500 cidades em todo o mundo. É a maior empresa de compartilhamento de viagens do mundo. Em 2023, a empresa teve uma taxa de comissão (receita como porcentagem das reservas brutas) de 28,7% para serviços de mobilidade e 18,3% para entrega de alimentos (fonte <https://finance.yahoo.com/news/uber-technologies-inc-uber-reports-121325969.html>. Yahoo! Finance. 7 de novembro de 2023. <https://www.businesswire.com/news/home/20240207898706/en/Uber-Announces-Results-for-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2023>. Nota de imprensa. Business Wire. 7 de fevereiro de 2024. Acesso em: 20 fev. 2024).

dos motoristas de defenderem seus interesses e melhorarem suas condições de trabalho. Com o *discurso competente* (Chauí, 2006) de proteção ao trabalhador motorista de aplicativos, a proposta do executivo do Projeto de Lei Complementar 12/2024<sup>134</sup> sugere uma jornada de trabalho que poderá chegar a 12 horas diárias por plataforma, criando a categoria de "trabalhador autônomo por plataforma". Fontes (2017), ao analisar o *capitalismo em tempos de uberização*, pondera que:

Não há jornada de trabalho combinada ou obrigatória, nem limites para ela, tampouco dias de repouso remunerado. Estes se sabem trabalhadores, mas não se consideram como tal, mas como prestadores de um serviço casual, mesmo se movidos pela mais dramática necessidade. De fato, eles não têm um emprego, mas uma conexão direta de entrega do mais-valor aos proprietários capazes de lhes impor um processo de produção de valor pré-estabelecido (Fontes, 2017, p. 58).

Ao relembrares a promessa do tão sonhado *Eldorado* Comperj, os trabalhadores entrevistados recordaram a importância que a empregabilidade no canteiro lhes auferia:

É um trabalho que é visto, né? Assim, as pessoas sonhavam em trabalhar nas obras lá. Antigamente você chegava pra abrir um crediário, comprar e falava que trabalhava no Comperj e era fácil. Todo mundo, pô, o cara trabalha lá, acho que pode vender que ele vai pagar. Hoje já é meio complicado. Tem uma incerteza geral, porque é finito, né? É o que a gente estava falando, tem prazo de validade pra acabar. É um dia após o outro (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

Os trabalhadores entrevistados relataram que empresas chinesas têm levado trabalhadores daqui para trabalhar na China em razão do custo com a mão de obra especializada do Brasil, lá, ser bem mais baixo que aqui.

Aqui tem lugar pra fazer obra, tem mão de obra, mas eles preferem pegar e levar pra China, levar pra outro lugar, busca aqui no Brasil de qualquer jeito e prefere mandar pra lá e tirar a mão de obra daqui. A Petrobras é nossa, mas só quem ganha é eles. É o trabalhador que precisa daquilo ali e não tem. Não tem! Hoje eu trabalho para uma empresa chinesa, a KM (Kerui/Método). A nossa mão de obra pras empresas chinesas que estão aqui no Brasil é cara. Nós temos a CLT. Nas plataformas, eles pegam daqui e levam pra lá. O nosso

<sup>134</sup> Proposta do Executivo regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1041667-proposta-do-executivo-regulamenta-o-trabalho-de-motorista-de-aplicativo/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

jogo aqui tem regras. Lá fora é chicotada direto, é 12 horas direto. Trabalhar, trabalhar, sem ter folga. Aqui eles acham que a gente é preguiçoso (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

Em um contexto global marcado pela crescente precarização do trabalho e pela expansão de práticas exploratórias por parte dos empregadores, a luta dos trabalhadores por seus direitos emerge como uma resposta vital à voracidade do capitalismo contemporâneo. Diante de jornadas exaustivas, salários de subsistência e ausência de proteções laborais básicas, os trabalhadores se veem compelidos a resistir, organizando-se coletivamente para exigir mudanças substanciais em suas condições de vida e trabalho.

Além disso, a flexibilização do mercado de trabalho e a erosão dos direitos trabalhistas contribuem para a fragilização das bases sindicais e para a intensificação da insegurança econômica dos trabalhadores. Entretanto, apesar dos desafios, a luta da classe trabalhadora em resistir às práticas exploratórias dos empregadores e exigirem condições de trabalho dignas, possibilita que futuras gerações não percam os direitos que foram arduamente conquistados. Sua luta não se limita apenas ao local de trabalho, mas tem repercussões profundas na sociedade como um todo.

Isso é sobre a importância dos trabalhadores lutarem pelos seus direitos. Se ficar de braços cruzados vai acontecer isso aqui. E quem vai negociar com o patrão? Se você não tiver um sindicato forte, junto com a mão de obra unida... o patrão deita e rola (Trabalhador do Comperj/GasLub, 2021).

Até a conclusão desta pesquisa, a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Polo Gaslub (ex-Comperj), em Itaboraí (RJ), tinha previsão de entrar em operação comercial, até o final do segundo semestre de 2024, da Rota 3, o gasoduto que pretende escoar gás natural de Santos para o Polo Gaslub Itaboraí, de acordo com Cynthia Silveira, presidente do Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Firjan<sup>135</sup>. Ela destaca que poderá ter projetos petroquímicos integrados a

---

<sup>135</sup> Bons ventos para petróleo, gás e naval. Firjan Carta da Indústria. Publicado em: 18/01/2024. Disponível em: <https://cartadaindustria.firjan.com.br/publicacoes/firjan-preve-bons-ventos-para-petroleo-gas-e-naval>. Acesso em: 29 mar. 2024.

refinarias do Rio de Janeiro, incluindo também fertilizantes. E além do financiamento para óleo e gás, Cynthia afirma que o mercado dará atenção ao desenvolvimento de projetos para captação de energia eólica e uso de hidrogênio.

A UPGN era para ter começado suas operações em 2022, mas a Petrobras teve problemas com a empresa responsável pelas obras, a Kerui/Método. O contrato foi rescindido e a Petrobras recontratou os serviços com a Toyo Setal<sup>136</sup>, com implicações no cronograma do projeto. Nesse contexto, em 2023 a Petrobras contratou a empresa Toyo Setal para concluir as obras da UPGN do Polo Gaslub, mas não se pode perder de vista que esta é uma das empresas que esteve envolvida nas investigações da Operação Lava Jato, em 2014, a qual, na ocasião, teve seu executivo Julio Camargo investigado e condenado. Ele contou com a delação dos esquemas de licitação para redução de sua pena de 26 anos para 5 anos em regime aberto, após acordo com o Ministério Público.

Apesar da Toyo Setal ser considerada uma empresa brasileira, é uma empresa que conta com vários chineses em seu quadro societário, e umas das principais empresas em projetos de fertilizantes do mundo, motivo pelo qual se planeja o desenvolvimento de projetos voltados para área de fertilizantes no Comperj/Polo GasLub Itaboraí.

Conforme a pesquisa realizada até março de 2024, a UPGN está com 90% de suas obras de construção executadas pela Toyo Setal. São 1,2 mil trabalhadores no canteiro de obras. Porém, no auge das obras, esse quantitativo pode chegar a 2 mil trabalhadores. A previsão otimista é de que o Gaslub receberá o gás do pré-sal pelo gasoduto de escoamento *offshore* Rota 3 – que será processado em terra, em unidades com capacidade de 21 milhões de m<sup>3</sup>/dia, prometendo, então, ampliar a oferta de gás nacional no mercado brasileiro.

Pode-se inferir que grande parte dos trabalhadores que estavam trabalhando nas obras da UPGN no (antigo) Comperj, tenham sido demitidas, visto que era um quantitativo em torno de 6 a 7 mil pessoas conforme relatou o presidente do

---

<sup>136</sup> Toyo Setal é uma empresa brasileira, fundada em 2012, de implantação de empreendimentos industriais, atuando principalmente na modalidade EPC (engenharia, suprimentos, construção e comissionamento). Fonte: <http://www.toyosetal.com/quem-somos>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Sintramon na ocasião das entrevistas, em 2021, visto que a principal empresa responsável pelo desenvolvimento das obras, a Kerui/Método, teve seu contrato suspenso pela Petrobras.

Segundo a página Epbr,<sup>137</sup> a Petrobras também planeja a instalação de uma termelétrica a gás no Polo Gaslub. A implantação estaria sujeita à contratação de uma unidade em leilões de energia, o qual seria um projeto para 2027. Para além disso, ventila-se a ideia de ter parte de seus terrenos à venda, em busca de empresas interessadas em se instalar na região, tendo recebido 13 manifestações de interesse por seus 2,1 km<sup>2</sup> disponíveis para negociação.

Segundo a página O Eco<sup>138</sup>, em uma publicação de 25 de março de 2024, a instalação do Parque Águas, o qual possui 1.830 hectares, é uma das principais condicionantes ambientais para o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea) dar a Licença de Operação (LO) da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no Comperj/Polo GasLub de Itaboraí. De acordo com a matéria, essa foi uma das exigências postas para a Petrobras na Licença Prévia (LP) emitida em 2008 para amenizar a seriedade das implicações ambientais causadas pelo Comperj, sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim e Estação Ecológica (Esec) da Guanabara.

Dentre as determinações, está a regularização fundiária do Parque Águas e a recomposição de 2.014 hectares das matas ciliares das bacias dos rios Guapi-Macacu e Caceribu, que margeiam o Comperj/ Polo GasLub, a restauração florestal de uma zona tampão de 2.308 hectares entre o GasLub e as duas Unidades de Conservação (UCs) federais. Além disso, o termo de compromisso que o Inea (Instituto Estadual do Ambiente) estabeleceu no ano de 2013 com a Petrobras, no valor de R\$ 4.142.508,18, propostos para a instalação e manutenção do Parque Águas, não incluiu a despesa para desapropriar os imóveis rurais localizados nos 1.830 hectares do parque (área 500 hectares inferior à prevista na LP do Comperj).

---

<sup>137</sup> Entenda os planos da Petrobras para o antigo Comperj. Disponível em: <https://epbr.com.br/entenda-os-planos-da-petrobras-para-o-antigo-comperj/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

<sup>138</sup> Impasse ambiental e fundiário pode travar licença de operação de unidade de gás da Petrobras no RJ. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/impasse-ambiental-e-fundiario-pode-travar-licenca-de-operacao-de-unidade-de-gas-da-petrobras-no-rj/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Com os valores corrigidos, as indenizações pelas desapropriações, hoje, custariam entre R\$ 20 milhões e R\$ 25 milhões de reais.

Em suma, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) enfrentou uma série de desafios desde o seu início, resultando em uma saga de projetos problemáticos e dificuldades financeiras. Desde os atrasos na construção até os escândalos de corrupção que abalaram a Petrobras e as empresas contratadas para sua construção, o Comperj viu seus objetivos originais de se tornar um polo petroquímico de renome serem ofuscados por uma série de entraves.

O emaranhado de projetos problemáticos e mudanças de estratégia ao longo dos anos reflete não apenas uma busca pela recuperação financeira, mas, também, uma falta de compromisso com a criação de empregos e a estabilidade econômica da região. Em vez de priorizar a empregabilidade perene e o desenvolvimento sustentável, as ações em torno do Comperj parecem ter sido motivadas principalmente pela necessidade de remediar falhas passadas e melhorar a saúde financeira da Petrobras.

No entanto, é essencial reconhecer que os verdadeiros impactos do Comperj vão além das planilhas financeiras da Petrobras. As comunidades locais, os trabalhadores e o meio ambiente também foram afetados por essas turbulências. A falta de continuidade nos projetos e a incerteza em torno do futuro do complexo deixaram muitos trabalhadores desempregados e contribuíram para a instabilidade que se observa na região, sobretudo de Itaboraí, que ainda sofre com o sabor amargo dos impactos da interrupção das obras do Comperj, sem vestígios do motor de desenvolvimento econômico e social que se prometera para a região.

## 5

### Considerações finais

A pesquisa realizada buscou trazer elementos relevantes para a reflexão crítica sobre o processo de desemprego e precarização do trabalho que acometeu os trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da indústria naval do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Bahia.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e quantitativa, no qual participaram da pesquisa sete trabalhadores da construção civil demitidos do Complexo Petroquímico, cinco trabalhadores demitidos das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, um trabalhador que na ocasião da pesquisa estava trabalhando no que restou do canteiro de obras do Estaleiro e dois trabalhadores do Polo GasLub, que sucedeu o Comperj. Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada através de uma amostragem não probabilística, sendo utilizado o método de amostragem intencional por conveniência.

Objetivou-se neste estudo analisar as condições de trabalho dos trabalhadores pertencentes ao setor da construção civil das obras do Comperj e da indústria naval do Estaleiro Enseada do Paraguaçu no período de 2014 a 2017, quando ocorreu a paralisação das obras, e o processo de demissões em massa.

Espera-se que a partir deste estudo novas reflexões sobre os trabalhadores da construção civil do Comperj e da indústria naval do Estaleiro Enseada do Paraguaçu possam ser construídas, a fim de ampliar o debate sobre o desemprego e precarização do trabalho que assola severamente o município de Itaboraí e o distrito de São Roque do Paraguaçu em particular, e o país, de forma geral.

O processo de demissões no Complexo Petroquímico afetou diversas categorias profissionais que trabalhavam no Comperj. Entretanto, o grupo de trabalhadores da construção civil foi demasiadamente prejudicado com as demissões, devido à baixa qualificação profissional, à diminuição das obras em todo o país, a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, por serem migrantes de outros estados e estarem sem uma rede de apoio na região do complexo, dentre outras razões abordadas.

Por se tratar da execução de obras de um complexo, o número de contratações de trabalhadores do setor da construção civil foi superior ao dos outros setores, o que revela, em contrapartida, que o quantitativo de demissões foi maior para os trabalhadores dessa área. Sendo assim, optou-se por direcionar a investigação em torno das condições de trabalho desses trabalhadores que, poder-se-ia afirmar, foi um dos grupos que mais sofreu perdas.

De modo similar, os trabalhadores do Estaleiro Enseada do Paraguaçu sofreram com o processo de interrupção das obras. O Estaleiro, situado em São Roque do Paraguaçu, erguia-se como um farol de esperança no horizonte socioeconômico regional, prometendo não apenas uma ascensão industrial para a área, mas a promessa de empregabilidade duradoura para as futuras gerações. Contudo, a partir de 2014, com o início das investigações da Operação Lava Jato, esta promissora narrativa encontrou seu desafio mais austero: a suspensão das atividades, desencadeando um processo de desvinculações laborais em massa que impactou irrevogavelmente a vida dos trabalhadores e a comunidade em sua circunvizinhança.

O fenômeno das demissões em massa no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, assim como no Comperj, transcende a simples e transitória conjuntura econômica; ele é, de fato, um espelho das questões estruturais e políticas que permeiam o panorama nacional e, de modo mais específico, o setor naval. A atmosfera de instabilidade política e econômica, aliada à crise no segmento de petróleo e gás, contribuiu substancialmente para a atrofia das operações do Estaleiro.

A aproximação com o universo ocupacional desses trabalhadores demitidos revelou aspectos de precarização do trabalho associado ao desemprego estrutural. Neste sentido, o estudo possibilitou observar as trajetórias ocupacionais desses trabalhadores, examinando quais espaços laborais ocupavam antes de trabalhar no Comperj, e também no Estaleiro, e como vem se desenvolvendo o processo de realocação no mercado de trabalho desde a paralisação das obras.

O contexto em que as demissões ocorreram corresponde a um cenário onde a crise brasileira, articulada a uma crise mundial do capitalismo, tem no desemprego estrutural uma de suas principais expressões. Ao elaborar uma análise sobre

algumas particularidades da conjuntura brasileira atual, foi possível observar que a radicalização do neoliberalismo e o advento da pandemia de covid-19 corroboraram para produzir novas expressões de uma questão social mais expandida e diversificada em meio à crise estrutural que se estabeleceu desde os anos de 1970.

Como resposta a essa crise, a partir dos anos de 1990, em seu projeto de ataque, o capital instaurou o modelo neoliberal com seus planos de ajuste na economia brasileira, o que Antunes (2018) denominou de uma nova engenharia da dominação. Sob a égide da hegemonia financeira, programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, sobretudo os gastos sociais, foram implementados, concomitantemente, com os processos de mercantilização e privatização, o que fomentou novas expressões da questão social.

As transformações no interior da classe trabalhadora e no seu movimento sindical fazem parte da necessidade do capital de desenvolver novas formas de exploração do trabalho. Assim, os fenômenos da terceirização, precarização e informalidade vem caminhando juntos, operando dentro da lógica mercadológica e destrutiva do capital, com o intuito de extrair lucros ainda maiores da força de trabalho.

A corrosão dos direitos trabalhistas, somada à diminuição de empregos formais, amplia a precariedade das condições de trabalho, dando espaço para trabalhos terceirizados, intermitentes, temporários se expandirem, além dos trabalhos informais. Além disso, o desemprego e o empobrecimento da população se tornam cada vez mais presentes nesse cenário. Até o momento em que esta pesquisa foi realizada, eram quase 39 milhões de trabalhadores brasileiros inseridos no mercado de trabalho informal, como mostrou a pesquisa do IBGE no final de 2023. Desta forma, a (ínfima) diminuição do percentual de trabalhadores desempregados não denota ampliação do trabalho formal, com garantias e benefícios trabalhistas.

Cresceu o número de trabalhadores sem carteira assinada e o número de trabalhadores por conta própria, em detrimento da redução do trabalho formal. A informalidade escamoteia o número real de desempregados em todo país. O

subemprego esconde a gravidade da ausência do “trabalho decente” e suas deletérias consequências para a classe trabalhadora.

A investigação para essa pesquisa mostrou que os trabalhadores do setor da construção civil demitidos do complexo petroquímico e os trabalhadores da indústria naval encontraram grande dificuldade em se reinserir no mercado formal de trabalho. Os espaços ocupacionais que auferiram desde as demissões em 2014 e 2015 foram, em sua maioria, informais, temporários, com remunerações bastante inferiores em relação aos vencimentos percebidos no período em que trabalharam no Comperj e no Estaleiro.

Soma-se a isso a concorrência pelas poucas vagas existentes, visto que o número de trabalhadores desempregados no município chegou a 17 mil em Itaboraí e 7 mil em São Roque do Paraguaçu, conforme mostrou essa investigação.

A interrupção das obras no complexo provocou a derrocada de diversos estabelecimentos comerciais e empresas que haviam se instalado na região por ocasião do Comperj, engrossando ainda mais a crise e o desemprego na região.

Desprovidos de emprego, sem perspectivas tangíveis de reintegração ao mercado laboral, a comunidade local da região do Recôncavo Baiano, que inicialmente celebrara a implantação do estaleiro com fervor, deparou-se com um quadro de desencanto e desesperança, pois as promessas de avanço econômico e social se mostraram efêmeras. Os reflexos econômicos da estagnação das atividades do Estaleiro ecoaram em múltiplos setores, desde o comércio regional até os serviços públicos, incidindo adversamente na qualidade de vida dos moradores.

O município de Itaboraí teve que absorver um expressivo quantitativo de pessoas que migraram de outros estados em busca de trabalho nos canteiros do complexo. Conforme mostrou a pesquisa, esses trabalhadores, majoritariamente, são provenientes da região nordeste, onde não conseguiam se inserir no mercado formal, com baixa escolaridade, e fatigados pela constante rotatividade do setor, acreditaram que poderiam alcançar uma estabilidade laborativa, durante o período das obras do complexo.

No decorrer da pesquisa não foi possível encontrar, tanto no Sine quanto no Sintramon, um quantitativo de trabalhadores com menor especialização do setor de

construção civil em busca de suas vagas no Comperj, isto é, trabalhadores que executam atividades com menores remunerações no setor, como armador, servente, ajudante de obra entre outros. Essa foi uma das limitações da pesquisa realizada desde o Mestrado Acadêmico, em 2017.

Entretanto, pode revelar que os que possuem baixa qualificação não estavam nesses espaços em virtude de já estarem realizando trabalhos informais, sem esperança de granjear sua reconstrução. Pretende-se, então, utilizar esse pressuposto em novos estudos, futuramente.

Paralelamente, o esvaziamento percebido no distrito de São Roque do Paraguaçu pode indicar que os trabalhadores demitidos do Estaleiro tenham migrado para outras regiões em busca de empregabilidade.

Com base nos dados coletados, poder-se-ia inferir que quanto menor a qualificação profissional, maior a inserção em espaços mais precarizados, informais e sem garantias. Não obstante, os trabalhadores que possuem maior qualificação profissional tendem a demorar mais a retornar para o mercado de trabalho, visto que ficam à espera de uma empregabilidade mais perene, com benefícios e garantias laborais semelhantes ao emprego que dantes possuíam.

O desemprego deixa de ser uma condição efêmera e torna-se duradouro, à medida que os trabalhadores não encontram novas vagas de empregos formais e vão improvisando meios de sobrevivência cada vez mais precários. No que tange a essa questão, cabe ressaltar que a reforma trabalhista e a reforma da previdência geram consequências perniciosas que obstaculizam a possibilidade do trabalhador se inserir em espaços laborais com garantias e benefícios, em conformidade com a legislação trabalhista que o amparava anteriormente.

A desregulamentação dos direitos trabalhistas conquistados, a precarização do trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas corroboram para a fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento do seu movimento sindical. A epidemia da terceirização repercute na sindicalização dos trabalhadores, uma vez que cresce a dificuldade de sindicalizar os terceirizados por estarem mais afastados uns dos outros (sendo contratados por empresas diferentes). Além disso, grande

parte do sindicalismo de terceirizados possui um cariz patronal, tendo discursos e ações que beneficiam mais as empresas do que os trabalhadores.

Conforme abordado neste estudo, o principal sindicato que representa os trabalhadores da construção civil do Comperj, o Sintramon, ateve-se a defender a questão da priorização das vagas para os trabalhadores da região na ocasião anterior à paralização das obras do Comperj, enquanto, naquele momento, os trabalhadores pleiteavam reajustes salariais e benefícios. Posteriormente, quando as obras foram retomadas, o sindicato não teve força suficiente para garantir que essas vagas fossem asseguradas, sendo este o mote principal das mobilizações atuais dos trabalhadores da região que lutam em prol de sua recontração.

O trabalhador da construção civil vislumbrou as obras do Comperj como uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho, em um espaço ocupacional que possibilitasse melhores condições de vida. O Comperj representava uma maneira factível de alavancar a economia dos municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste). Itaboraí, enquanto município sede do Complexo Petroquímico, atraiu investidores, empresas e empreendimentos que acreditaram que o Comperj simbolizava um renascimento econômico para a cidade.

Entretanto, em vez disso, o Comperj criou um problema ainda maior para a cidade. Por ter atraído diversas empresas, houve uma grande expansão populacional, consoante à oferta de empregos (direta e indiretamente) inicialmente anunciada, cerca de 200 mil. Desta forma, com a paralisação das obras, o número de desempregados no município ampliou significativamente, trazendo consigo as repercussões negativas geradas por essa problemática.

A explosão demográfica associada ao Comperj representou um grave problema social para o município quando as obras foram interrompidas e os investimentos na região foram desacelerados. Atualmente, ao circular pela cidade de Itaboraí, pode-se perceber os transtornos causados pela interrupção das obras, desde canteiros de obras abandonados a estabelecimentos comerciais e empresas fechados. De igual modo, ao caminhar pelas ruas do distrito de São Roque do

Paraguaçu, percebe-se o abandono e a desesperança como retrato de uma” terra do que já teve”.

Em face ao exposto, este estudo pretendeu contribuir com questões fundamentais para compreender os efeitos causados pelo fenômeno do desemprego para os trabalhadores em decorrência da interrupção de grandes obras no Brasil. Há de se considerar, contudo, que o que vem ocorrendo com esses trabalhadores é apenas uma expressão da degradação que tem afetado a classe trabalhadora como um todo. As demissões em massa no Estaleiro Enseada do Paraguaçu e no Comperj transcendem o status de mero episódio; são, ao invés, um testemunho das fragilidades estruturais e das injustiças sociais que permeiam a tessitura brasileira contemporânea.

Outro ponto que merece destaque são as mudanças no planejamento inicial das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que revelam uma realidade dinâmica e complexa, marcada por uma série de fatores econômicos, políticos e sociais.

O Comperj, concebido como um empreendimento de grande envergadura para alavancar a indústria petroquímica nacional, inicialmente vislumbrou-se como um símbolo de desenvolvimento e progresso para a região fluminense. No entanto, o planejamento original foi alvo de inúmeras mudanças ao longo do tempo, refletindo os desafios enfrentados pelo setor petroquímico no Brasil. Questões como a instabilidade política, oscilações nos preços do petróleo e mudanças na demanda global por produtos petroquímicos influenciaram diretamente as decisões de seu planejamento, que hoje se resume as obras da Unidade de Processamento de Gás Natural.

No caso do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, a história segue uma trajetória semelhante. O Estaleiro, idealizado como um empreendimento estratégico para impulsionar a indústria naval brasileira, especialmente após a descoberta de reservas de petróleo na camada pré-sal, transformou-se num exportador de minérios para a Europa. As interrupções das obras e as mudanças no planejamento original são resultantes do contexto adverso enfrentado pelo setor naval, com a queda nos preços do petróleo e os desdobramentos da Operação Lava Jato.

Ao analisar os efeitos deletérios da Operação Lava Jato sobre parte dos trabalhadores da construção civil e da indústria naval do Brasil, percebe-se um quadro de devastação socioeconômica, onde os estratos laborais mais vulneráveis foram mergulhados em um mar de incertezas e vicissitudes. A Lava Jato desencadeou uma reação em cadeia, cujas repercussões foram amplamente sentidas pelas bases operárias. A descontinuidade de projetos, o declínio de investimentos e a reticência dos investidores corroeram as bases da estabilidade laboral, lançando os trabalhadores em um oceano de insegurança ocupacional.

A construção civil, há muito tempo pilar do desenvolvimento nacional, viu-se impelida a um estado de atonia, com canteiros de obras silenciosos e a miríade de empregos associados à edificação, dissipando-se como fumaça ao vento. Os trabalhadores, outrora imbuídos de um senso de propósito, esperança e dignidade laboral, foram compelidos a enfrentar o espectro do desemprego em meio a uma operação midiática jurídico-política que assolou o país.

Por sua vez, a indústria naval, outrora alçada como uma promessa de renascimento econômico em águas brasileiras, naufragou em águas turvas devido aos desdobramentos da Lava Jato. A interrupção de projetos, a desconfiança dos investidores e a redução drástica das encomendas levaram ao fechamento de diversos Estaleiros e à dolorosa experiência das demissões em massa, deixando em um rastro de desolação e desesperança entre os trabalhadores e suas famílias.

A análise revela uma dinâmica preocupante de precarização do trabalho, refletida no contexto pós-demissões em massa. A constatação de um "grande esvaziamento na região" sugere uma deterioração significativa das oportunidades de emprego e da estabilidade econômica local. Diante da escassez de alternativas laborais, uma parcela considerável dos trabalhadores desempregados se viu compelida a buscar meios de subsistência em setores informais, como a pesca, caracterizado por condições de trabalho muitas vezes instáveis e desprotegidas. Ademais, a migração para outras regiões em busca de trabalho evidencia não apenas a ausência de oportunidades locais, mas, também, a vulnerabilidade dos trabalhadores diante da precariedade do mercado de trabalho, forçando-os a se

deslocarem em busca de meios de sustento, ampliando assim a margem de incerteza e insegurança em suas vidas.

Diante deste cenário de desolação, fica evidente a necessidade de uma reflexão profunda sobre esses mecanismos, ditos de combate à corrupção, e seus desdobramentos sobre a economia e a sociedade brasileira. Não foram desenvolvidas estratégias que conciliassem justiça com a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, garantindo-lhes segurança econômica e social em tempos de incerteza.

A destituição aviltante dos direitos trabalhistas, sobretudo após o governo de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, ainda terá implicações severas em curto, médio e longo prazo para a dignidade do trabalhador. Mesmo com o atual governo Lula, não se tem garantias de que esse cenário irá mudar radicalmente, porque a conjuntura capitalista hodierna é tracejada de perdas diárias para a classe trabalhadora. O Estado ignora o aumento abrupto do desemprego e o empobrecimento de grande parcela da população. O descomprometimento com aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho como forma de sobrevivência é revelado em cada medida desastrosa dos últimos governos.

A paralisação das obras, em meio à conjuntura de crise nacional e mundial, bem como os desdobramentos da Operação Lava Jato, são reflexos incontestáveis da condição de subalternidade do Brasil no sistema capitalista mundial. Esses eventos não são meras consequências, mas sintomas agudos de um sistema que perpetua a desigualdade e a exploração em benefício de uma elite econômica e política privilegiada. Nessa conjuntura, fica evidente a perpetuação de um modelo econômico que favorece a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma minoria cada vez mais enxuta, em detrimento da maioria da população. Dessa forma, a interrupção das grandes obras do PAC e o resultado das investigações da Operação Lava Jato revelam não apenas os sintomas, mas a própria essência perversa do capitalismo periférico que nos aprisiona em um ciclo interminável de injustiça e desigualdade.

A história da classe trabalhadora é permeada de impeditivos para a conquista ou manutenção dos seus direitos. Os entraves assumem novas roupagens de acordo

com o momento histórico, mas permanecem com sua costumeira tônica em favor dos interesses do capital. Assim como os trabalhadores da construção civil do Comperj e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu permanecem acreditando na possibilidade de sua recontração, a classe trabalhadora necessita se manter na luta para não ter os seus direitos ainda mais espoliados.

A luta contra as expressões da questão social não será vencida enquanto mantivermos o atual modelo capitalista. Enquanto formos classe trabalhadora, estaremos fadados a permanecer lutando para não perdermos o que já foi conquistado.

## 6

## Referências

ALMEIDA, H. P. **“Tudo não é por acaso”: exploração, greves, sindicatos surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Tanise Tomazi; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. O método comparativo em estudos regionais. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 6, n. 2, p. 3-19, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405-419, São Paulo, jul./set. 2011

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra? **Revista do TST**, Brasília, vol. 79, nº 4, out/dez 2013.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, ano 18, n. 34, p. 19-40, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo: 2022.

ARAÚJO, Emanuelle Silva; BORGES, Dorian; NASCIMENTO, Andrea Ana do; DUARTE, Márcio Alexandre. Análise preliminar do impacto do COMPERJ na segurança pública. **Cadernos de Segurança Pública**, v. IV, p. 01-29, 2012.

AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de. Apresentação. In: **Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política** / Fausto Augusto Jr., José Sergio Gabrielli, Antonio Alonso Jr. [orgs.]. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2021.

AVRITZER, Leonardo. Anticorrupção como utopia regressiva. A terra é redonda. **Eppur Si Muove.** (site), 10 fev. 2021. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/anticorruptao-como-utopia-regressiva/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto et al. (orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A crítica à precariedade. In: **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida** / Rosangela Nair de Carvalho Barbosa, Ney Luiz Teixeira de Almeida – Curitiba: CRV, 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. **Serviço Social & Sociedade**, nº 113, São Paulo, Cortez, 2013.

BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge Luiz. Prefácio. In: **Modernização fracassada**. Dossiê Comperj. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2018.

BOLSONARO, Jair. **O caminho da prosperidade**. Proposta de plano de governo. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em: 28 jun. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAGA, Ruy. Para muito além da exploração. Dossiê: A volta da barbárie? Desemprego, terceirização, precariedade e flexibilidade dos contratos e da jornada de trabalho. **IHU online** - Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 484, ano XVI; mai. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#adct). Acesso em: 28 mai. 2021.

**BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Transformada na Emenda Constitucional 95/2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 08 jun. 2019.

**BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016.** Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Transformada na Emenda Constitucional nº 103/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>. Acesso em: 08 jun. 2021.

**BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 28 mai. 2021.

**BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

**BRASIL. Ministério da Fazenda. Análise das mudanças na PEC 287/2016 – Reforma da Previdência.** Publicado em: 26/04/2017. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/abril/analise-das-mudancas-na-pec-287-2016-2013-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 08 jun. 2021.

**BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 28 mai. 2021.

**BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em: 28 mai. 2021.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Impacto econômico e social da paralisação das obras públicas**. Brasília-DF, abril de 2018.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa**, v. 54, n. 215, p. 139-162, Brasília, jul./set. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CITTADINO, Gisele. Operação Lava Jato, *Lawfare* e Poder Judiciário. In: **Operação Lava Jato**: crime, devastação econômica e perseguição política / Fausto Augusto Jr., José Sergio Gabrielli, Antonio Alonso Jr. [orgs.]. – 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

COSTA, Cristiane Sobrinho. **Das fardas laranjas às cartas da morte: danos da construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu sobre pescadores e marisqueiras**. (Tese de Doutorado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: Dieese, 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.html>. Acesso em: 05 jan. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Implicações Econômicas Intersetoriais da Operação Lava Jato**. São Paulo, 16/03/202.

DRUCK, Graça; THEBAUD-MONY, Annie. Terceirização: erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FEANCO, Tânia (orgs). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, número especial 01, p. 35-55, 2011.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. **Operação Lava Jato destruiu milhões de empregos e colocou setores em recessão**. 28 ago. 2019 (site). Disponível em: <https://fup.org.br/operacao-lava-jato-destruiu-milhoes-de-empregos-e-colocou-setores-em-recessao/> Acesso em: 27 fev. 2024.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). Comperj - potencial de desenvolvimento produtivo. In: **Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**, nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, maio 2008.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo** v.5, n.8, jan/jun 2017.

GOMES, José Salgado. **O universo da indústria petrolífera - da pesquisa à refinação**. 2. ed. Portugal: Fundação Calouste-Gulbenkian. 2011.

GURSKI, Bruno Cesar; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Grandes obras públicas no Brasil: situação e implicações na governança brasileira / Great public constructions in Brazil: situation and implications in brazilian governance. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 1, 197–224, 2018.

G1. Globo.com. **Desemprego fica em 12,6% em agosto e atinge 13,1 milhões, diz IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-126-em-agosto-diz-ibge.ghtml>. Publicado em 29/09/2017. Acesso em 29 nov. 2017.

G1. Globo.com. **Setor de serviços volta a crescer e ajuda na recuperação da economia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajuda-na-recuperacao-da-economia.ghtml>. Publicado em: 01/09/2017. Acesso em: 01 dez. 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, São Paulo: Boitempo, 2016.

HERZER, Hilda; DI VIRGILIO, Mercedes; RODRÍGUEZ, Carla; REDONDO, Adriana. ¿Informalidad o informalidades? Hábitat popular e informalidades urbanas en áreas urbanas consolidadas **Pampa: Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales**, nº 4, Ciudad de Buenos Aires, 2008.

HIRATA, Helena. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência**: a evolução do debate no contexto dos novos paradigmas de organização industrial. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), workshop Trabalho e Educação, Rio de Janeiro, 13-15 jul. 1992.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER Social**, v 15, Brasília, 2013.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**. 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Incid. Indicadores da Cidadania**. Dossiê A invisível cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj. Rio de Janeiro: Ibase, março de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC**. Rio de Janeiro: IBGE, dezembro de 2015. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc\\_ipca\\_2015\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em oito das 27 UFs no 1º trimestre de 2021**. Estatísticas Sociais. Publicado em 27/05/2021 pela Agência Notícias IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30784-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2021>. Acesso em: 15 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 43. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). O que é? Índice de Gini. Por Andréa Wolffenbüttel. **Desafios do desenvolvimento**, ano 1, edição 4, de 1/11/2004, Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28). Acesso em: 10 jun. 2021.

JUNIOR, Fausto Augusto; NOBRE, Sérgio. Lava Jato e implicações econômicas intersetoriais. In: **Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política** / Fausto Augusto Jr., José Sergio Gabrielli, Antonio Alonso Jr. [orgs.]. 1. ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LIMA, Rodrigo Campos Vieira. **Desenvolvimento e Contradições Sociais no Brasil contemporâneo. Um estudo do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAR, Araraquara, 2015.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de; PICCOLI, Ariana da Silva Campos. Estado e capital nos governos Lula e Dilma: o caso do megaempreendimento COMPERJ. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.17, n.1, p. 27-44, jan. a jul. / 2017.

LIMA, Monica Silva de. Tecnologia e precarização da saúde do trabalhador: uma coexistência na era digital. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 153-172, maio/set. 2022.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Hegemonia, democracia e conservadorismo no Brasil contemporâneo. **IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais**. Crises do Capitalismo, novas e velhas formas de protesto. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

LÖWY, Michael. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. **Blog da Boitempo**. Publicado em 17/05/2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MACEDO, Rogério Fernandes; CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. **Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira**. Artigo escrito para apresentação no Niep-MARX, 2012.

MACHADO, Ana Caroline Gimenes. **“Tijolo com tijolo num desenho trágico”: condições de trabalho na construção civil após as demissões em massa no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)**. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

MARANHÃO, Cesar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabeth (org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, nº 2, jul/dez 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, volume I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, nº 110, São Paulo, 2012.

MOTA, Ana Elizabeth. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOYSÉS, Yana dos Santos. **A instalação do COMPERJ e a des-reterritorialização da Comunidade de Itambi (Itaboraí, Rio de Janeiro): desenvolvimentos e sustentabilidades**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2010.

MOYSÉS, Yana dos Santos. A Escolha da Instalação do Comperj no Município de Itaboraí-RJ e Suas Contradições no Território. **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Belo Horizonte: 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 2, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Em Pauta**, n.19. Rio de Janeiro: Uerj, 2007.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, nº 111. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Altineia Maria. **O trabalho do assistente social no município de Tanguá/RJ: (re) produção ampliada da questão social e exercício da profissão**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Serviço Social, UERJ, 2010.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 33, ano 12, fevereiro de 1997.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de.; CANDIDO, D’Jeanine. Investimentos produtivos, territorialidades e gestão do uso do território no leste metropolitano do Rio de Janeiro. In: **Modernização fracassada**: Dossiê Comperj/ Jacob Binsztok, Jorge Luiz Barbosa. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2018.

PANDEFF, Pando Angeloff.; GUIMARÃES, Mauricio F.; DONHA, Andre; SILVA, Janie Garcia da. **Avaliação de impactos socioambientais da indústria petroquímica: o caso do Comperj e a Apa-Guapimirim/RJ**. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras. Niterói, RJ. Agosto de 2008.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social em debate”**. Coleção Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULA, Luiz Fernando de; MOURA, Rafael. A Operação Lava Jato e as mudanças na gestão da Petrobras: uma avaliação dos impactos econômicos gerais e locais. In:

**Operação Lava Jato:** crime, devastação econômica e perseguição política / Fausto Augusto Jr., José Sergio Gabrielli, Antonio Alonso Jr. [orgs.]. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PEREIRA, Fransierson dos Santos. **As transformações socioespaciais na área de influência direta decorrentes das intervenções do Estaleiro Enseada do Paraguaçu no Distrito de São Roque do Paraguaçu em Maragogipe-BA.** (Monografia de Conclusão de Curso em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charle F. **The second industrial divide:** possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019.** Brasília: PNUD, 2019. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf). Acesso em: 15 mai. 2021.

RAICHELIS, Raquel. Crise do capital, precarização do trabalho e TICS: o trabalho de assistentes sociais no “fio da navalha”. In: **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida** / Rosangela Nair de Carvalho Barbosa, Ney Luiz Teixeira de Almeida. Curitiba: CRV, 2023.

REVISTA GRANDES CONSTRUÇÕES. **Estaleiro Enseada do Paraguaçu ressuscita a indústria naval da Bahia.** Revista GC, ed.29, agosto 2012.

RODRIGUES, Vicente A. C. Superexploração e dependência: sobre o par dialético desenvolvimento/subdesenvolvimento na América Latina e no Brasil. In: **Trabalho, capitalismo e superexploração no Brasil** / Ana Lole, Inez Stampa (orgs.) 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

ROSANVALLON, Pierre. **La nueva cuestión social:** repensar el Estado Providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao estado suicidário.** São Paulo: Edições N 1, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTANA, Antonia Selma da Silva. SANTANA, Jeane Vieira. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado: os impactos da paralisação do estaleiro enseada indústria naval no desenvolvimento do município de Maragogipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, volume 13, n. 2, junho 2020.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Teias mnemônicas: entre história e tradição oral. **História Oral**, v. 18, n. 1, p. 199-219, jan./jun. 2015.

SANTOS, Josiane. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. Questão Social e Serviço Social na formação Sócio-histórica brasileira. **Temporalis**, n. 25, Brasília, 2013.

SILVA, Sida da. **A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA**. (Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015.

STAMPA, Inez. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**. Uerj, Rio de Janeiro, nº 30, v. 1, 2012.

STAMPA, Inez. RODRIGUES, Vicente A. C. Democracia e dependência no Brasil: notas sobre um naufrágio anunciado. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 2023.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 447-466, set./dez. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE). **Estudos Socioeconômicos**. Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Itaboraí. 2019.

VÉRAS, Roberto. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 111-133, maio 2014.

VÉRAS, R. Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 545-567, Set./Dez. 2015.

## **ANEXOS**

## Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Departamento de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

**Pesquisa: “Trabalho e precariedade no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e no Estaleiro Enseada do Paraguaçu/BA: uma análise das implicações da interrupção das obras e demissões em massa ocorridas a partir de 2014”**

Pesquisadora: Ana Caroline Gimenes Machado

Profª Orientadora: Inez Terezinha Stampa

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Natureza da pesquisa: Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar as condições de trabalho dos trabalhadores da construção civil após as demissões em massa no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, BA.

2. Sobre a entrevista: serão realizadas entrevistas com roteiro de questões abertas e fechadas, organizadas em três blocos temáticos. Caso você autorize, a entrevista será gravada para facilitar e tornar mais fidedigno o registro das informações prestadas.

3. Confidencialidade: todas as informações coletadas durante a entrevista são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento do inteiro teor das entrevistas. No entanto, trechos das mesmas poderão ser utilizados na apresentação dos resultados da pesquisa, mas você não será identificado. Os dados da pesquisa serão armazenados no prazo mínimo de cinco anos de preservação e só a pesquisadora terá acesso a eles.

4. Benefícios: ao participar desta pesquisa você não terá benefícios diretos. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a precarização do trabalho na cidade de Itaboraí/RJ e no município de São Roque do Paraguaçu.

5. Contatos: a qualquer momento você poderá desistir de participar, sem qualquer prejuízo para você. Caso queira informações ou esclarecimentos sobre este estudo, você poderá solicitá-los pelo e-mail [anacaroline.gimenes.m@gmail.com](mailto:anacaroline.gimenes.m@gmail.com). Minha orientadora, professora Inez Stampa ([inestampa@puc-rio.br](mailto:inestampa@puc-rio.br)) e eu estaremos à disposição para informações que não tenham ficado claras.

6. Riscos: todas as providências para que nem você, nem o local onde você desenvolve suas atividades laborais sejam identificados, serão tomadas. No entanto, pode haver algum risco de identificação. Neste caso, você pode decidir por não participar.

Você receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

As dúvidas sobre a pesquisa podem ser respondidas pela pesquisadora e pela orientadora e as questões éticas podem ser respondidas pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, no endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Kennedy, 2º. andar, Gávea, Rio de Janeiro, RJ, CEP: -22453-900. Tel. 35271618. A Câmara tem por atribuição analisar do ponto de vista ético os projetos de pesquisa dos professores, pesquisadores e discentes da Universidade, quando solicitada.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, leia, por favor, todos os itens acima e preencha os que se seguem:

---

Após a leitura e explicação recebida, acredito ter sido suficientemente esclarecido(a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, a respeito do estudo **“Trabalho e precariedade no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e no Estaleiro Enseada do Paraguaçu/ BA: uma análise das implicações da interrupção das obras e demissões em massa ocorridas a partir de 2014”**

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do entrevistado

\_\_\_\_\_  
Ana Caroline Gimenes Machado – pesquisadora

**Anexo 2****Roteiro de entrevista com os trabalhadores desempregados do  
Comperj**

Identificação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Idade</li><li>• Sexo</li><li>• Raça/cor</li><li>• Escolaridade</li><li>• Profissão</li><li>• Origem</li><li>• Em qual cidade você mora?</li></ul>
Condições de trabalho	<ul style="list-style-type: none"><li>• Trabalha atualmente?</li><li>• Qual trabalho você realizava na obra do Comperj?</li><li>• Quanto tempo ficou desempregado?</li><li>• Foi recontratado nas obras atuais do Comperj?</li><li>• Como o cenário da pandemia de covid-19 tem afetado suas condições de trabalho?</li></ul>

### Anexo 3

#### Roteiro de entrevista com os trabalhadores desempregados do Estaleiro Enseada do Paraguaçu

Identificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade</li> <li>• Sexo</li> <li>• Raça/cor</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Profissão</li> <li>• Origem</li> <li>• Em qual cidade você mora?</li> </ul>
Condições de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalha atualmente?</li> <li>• Com o que você trabalhava (vínculo empregatício) antes do Estaleiro Enseada do Paraguaçu?</li> <li>• Qual trabalho você realizava na obra do Estaleiro?</li> <li>• Qual foi a empresa contratante?</li> <li>• Qual foi a forma de contratação?</li> <li>• Qual foi o tempo de contratação?</li> <li>• Como era seu ritmo do trabalho? Fazia horas extras?</li> <li>• O salário era condizente com seu trabalho? Houve algum momento que deixou de receber?</li> <li>• Quais os problemas você percebia nesse trabalho?</li> <li>• Houve alguma mudança nas suas condições de vida desde a paralisação das obras?</li> <li>• Como o cenário pandêmico tem afetado suas condições de trabalho?</li> </ul>

#### Anexo 4

##### Roteiro de entrevista com liderança sindical do Comperj (Sintramon)

Identificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade</li> <li>• Sexo</li> <li>• Raça/cor</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Profissão</li> <li>• Em qual cidade você reside?</li> </ul>
Ações coletivas e sindicais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual o sindicato que você representa?</li> <li>• Qual sua função no respectivo sindicato?</li> <li>• Há quanto tempo você está na direção sindical?</li> <li>• Quantos trabalhadores demitidos do Comperj foram recontratados nas obras atuais do Complexo?</li> <li>• Como o cenário da pandemia de Covid-19 tem afetado as condições de trabalho desses trabalhadores?</li> <li>• Como tem sido a relação do sindicato com os trabalhadores em meio à pandemia?</li> </ul>

### Anexo 5

#### Roteiro de entrevista com liderança sindical do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (Sintepav)

Identificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade</li> <li>• Sexo</li> <li>• Raça/cor</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Profissão</li> <li>• Em qual cidade você reside?</li> </ul>
Ações coletivas e sindicais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual o sindicato que você representa?</li> <li>• Qual sua função no respectivo sindicato?</li> <li>• Há quanto tempo você está na direção sindical?</li> <li>• Quem é trabalhador do Estaleiro Enseada do Paraguaçu?</li> <li>• Quais as principais reivindicações dos trabalhadores?</li> <li>• Qual o número real de trabalhadores demitidos?</li> <li>• Existe algum trabalhador que sem conseguir trabalho está em situação de rua?</li> <li>• Quantos trabalhadores demitidos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu foram recontratados nas obras atuais do Estaleiro?</li> <li>• Como o cenário da pandemia de Covid-19 tem afetado as condições de trabalho desses trabalhadores?</li> <li>• Como tem sido a relação do sindicato com os trabalhadores em meio à pandemia?</li> </ul>

## Anexo 6

### Roteiro de entrevista com funcionário do Comperj e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu

Identificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade</li> <li>• Sexo</li> <li>• Raça/cor</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Profissão</li> <li>• Em qual cidade você reside?</li> <li>• Formação/profissão</li> </ul>
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual era o projeto inicial do Comperj/ Estaleiro Enseada do Paraguaçu?</li> <li>• Em que momento as obras começaram a ser interrompidas?</li> <li>• Como eram seus vínculos trabalhistas?</li> <li>• Você percebia alguma intervenção do sindicato sobre a questão da interrupção das obras? Qua(is)?</li> <li>• Como você acha que a interrupção das obras e o processo de demissões em massa no Comperj/Estaleiro Enseada do Paraguaçu afetou esses trabalhadores?</li> <li>• Atualmente, quais obras estão sendo realizadas nesses espaços?</li> </ul>